

AMAZÔNIA SAQUEADA: AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL NAS REGIÕES DE TRÍPLICE FRONTEIRA

COLÔMBIA

BRASIL

“Mapeando o crime ambiental na Bacia Amazônica”: introdução à série

A série de estudos “Mapeando o crime ambiental na Bacia Amazônica” busca compreender a dinâmica contemporânea dos crimes ambientais na Bacia Amazônica e gerar recomendações de políticas para os principais atores envolvidos no combate a essas atividades criminosas nos níveis regional, nacional e local.

A Bacia Amazônica estende-se por oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e um território (Guiana Francesa). Nos últimos anos, pesquisadores e tomadores de decisão desenvolveram uma compreensão cada vez mais sólida das dinâmicas de desmatamento e degradação na região, bem como dos modos como atores econômicos exploram recursos florestais sob diferentes regimes autorizativos. Esta série lança luz sobre uma dimensão menos explorada do fenômeno: os papéis desempenhados por economias e atores ilícitos na promoção do desmatamento.

Os estudos da série traçam um quadro complexo do contínuo impacto socioambiental de atividades econômicas autorizadas e/ou lícitas sobre a floresta amazônica e seus povos. Revelam ainda as dinâmicas espaciais e temporais de categorias específicas de crime ambiental e sua intersecção com atividades econômicas legais, outros tipos de crime e a violência social. Também analisam a economia política subjacente aos mercados criminais, as características organizacionais dos grupos criminosos e o conluio de agências

governamentais em crimes contra o meio ambiente. Os relatórios também discutem o histórico de medidas de governos voltadas a dismantelar organizações criminosas que diversificaram seus crimes ambientais em toda a Bacia Amazônica.

Os estudos da série ilustram como, em diferentes países da Bacia Amazônica, atores lícitos e ilícitos interagem e alimentam o crime e a degradação ambiental em tempos de emergência climática e de mudanças sociopolíticas aceleradas em toda a região. Enquanto isso, a atenção e a ação do Estado para combater os crimes ambientais nos últimos anos – especialmente no que diz respeito à redução do desmatamento e da mineração ilegal – é prejudicada pelo enfraquecimento de proteções ambientais e regulamentações fundiárias. De modo cada vez mais frequente, as elites políticas e econômicas se revelam cúmplices ou alheias à destruição da Amazônia.

Esta série é liderada pelo Instituto Igarapé, um think and do thank independente, com sede no Rio de Janeiro, que trabalha em soluções para as agendas pública, climática e de segurança digital, em parceria com o InSight Crime – organização sem fins lucrativos que conduz estudos de campo, pesquisas e investigações sobre temas relacionados ao crime organizado na América Latina e no Caribe.

AMAZÔNIA SAQUEADA: AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL NAS REGIÕES DE TRÍPLICE FRONTEIRA

Este estudo foi liderado pelo InSight Crime. As conclusões e análises deste relatório são baseadas em pesquisa documental, entrevistas por telefone e trabalho de campo nas regiões fronteiriças de Colômbia, Venezuela, Peru e Brasil, nos municípios de Puerto Carreño, Puerto Inírida e Leticia – situados nos departamentos colombianos de Vichada, Guainía e Amazonas, respectivamente; na cidade de Puerto Ayacucho, no estado venezuelano do Amazonas; em Tabatinga, no estado do Amazonas brasileiro; e no município de Santa Rosa de Yavarí e no Vale do Yavarí, no departamento peruano de Loreto. Em 2022, foram realizadas entrevistas com especialistas em crimes ambientais, autoridades governamentais e de segurança, integrantes de comunidades locais, agricultores e membros de organizações internacionais.¹

O estudo examina a dinâmica do crime ambiental em duas tríplices fronteiras: Brasil-Colômbia-Venezuela e Brasil-Peru-Colômbia. Zonas fronteiriças são conhecidas internacionalmente como locais de intensa circulação de pessoas e mercadorias. Na América Latina, as fronteiras estão profundamente ligadas a múltiplas formas de tráfico. As regiões amazônicas de tríplice fronteira são importantes áreas a serem investigadas devido ao papel central que desempenham nas cadeias ilícitas de produtos florestais. Buscando enxergar além das zonas e cidades fronteiriças oficiais, compreendemos essas regiões de tríplice fronteira de modo mais amplo, como zonas fronteiriças que se estendem por milhares de quilômetros quadrados, embora ainda profundamente conectadas a dinâmicas transnacionais: rotas, fluxos de bens e pessoas, bem como práticas comerciais e organizações criminosas que se estendem para além das fronteiras político-administrativas dos Estados.

Ao contrário de outras regiões fronteiriças, as fronteiras amazônicas são áreas remotas, com acesso logístico difícil e, com frequência, extremamente distantes de outros grandes centros políticos e econômicos. Além da mata cerrada e de seus inúmeros rios, as regiões amazônicas de fronteira abrigam uma riqueza natural incomparável. A tríplice fronteira entre Venezuela, Brasil e Colômbia é o único lugar do mundo onde se encontram os tepuis – planaltos gigantescos que escondem minérios como ouro e diamantes –, enquanto a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru abriga madeiras valiosas como o mogno e o cedro. Essas regiões também abrigam diversas comunidades indígenas e são carentes de instituições e infraestrutura estatais.

Antes áreas remotas, ambas tríplíce fronteiras são centrais para as formas contemporâneas de crime ambiental transfronteiriço. Por mais de 20 anos, as artérias fluviais que ligam harmoniosamente esses países serviram para o transporte de drogas oriundas da Colômbia e do Peru – os maiores produtores de cocaína – para o Brasil, uma das principais portas de entrada de drogas no mercado internacional. Essa infraestrutura criminoso está hoje a serviço da mineração ilegal e do tráfico de madeira. Criminosos com muito poder atuam nessas fronteiras. Guerrilhas colombianas se refugiaram na região. Na Venezuela, esses grupos reforçaram suas fileiras com integrantes venezuelanos.

Além de oferecer um relato sobre as particularidades da dinâmica criminoso dessas regiões fronteiriças e o grande impacto que sofrem as comunidades locais – sobretudo indígenas –, este relatório destaca os principais desafios do combate ao crime ambiental nessas regiões de tríplice fronteira, dificultado por questões como falta de recursos e especialização, corrupção e insuficiente cooperação intergovernamental.

Índex

Sumário executivo	5
Mineração ilegal de ouro.....	10
Ouro e guerrilhas: o Parque Nacional Yapacana na Venezuela.....	16
Corrida do ouro ilegal atrai grupos criminosos para a Terra Yanomami no Brasil	20
Tráfico de madeira	30
Coca e tráfico de drogas	35
Resiliência do Estado	45
Conclusões e oportunidades de intervenção	56
Notas finais.....	60

Sumário executivo

No coração da Bacia Amazônica, encontramos duas tríplexes fronteiras onde os crimes ambientais e seus perpetradores não reconhecem limites nacionais. Nessas extensas regiões, áreas isoladas de florestas primárias cruciais estão sendo destruídas por atividades como a mineração ilegal de ouro, o cultivo de coca e a derrubada de árvores.

Na fronteira de quase 4 mil quilômetros do Brasil com a Colômbia e a Venezuela,

acessível apenas por barco e aeronaves leves, garimpeiros disputam uma corrida desenfreada em busca de ouro.

Dezenas de milhares deles invadiram terras do povo indígena Yanomami, que habita um imenso território na fronteira do Brasil com a Venezuela.² Os garimpeiros devastaram a região, deixando poços de lama em toda a Terra Yanomami.

Tríplice fronteira amazônica entre Venezuela, Colômbia e Brasil



No Parque Nacional Yapacana, na Venezuela, ao norte dessa zona de tríplice fronteira, a mineração ilegal do ouro cresceu com velocidade e intensidade “notáveis”, segundo o grupo de vigilância SOS Orinoco.³ Garimpeiros destruíram inclusive a floresta no topo do monte Yapacana, formado por paredes íngremes que se elevam sobre o parque.⁴



Imagem de satélite do desmatamento próximo ao monte Yapacana (cortesia do SOS Orinoco)

“Na região, tudo depende do ouro”, afirmou ao InSight Crime, sob condição de anonimato por temer retaliação, um especialista em mineração na Amazônia venezuelana.⁵ “A atividade no monte Yapacana não para nunca. Eles extraem ouro o tempo todo.”

Na outra tríplice fronteira, onde os territórios de Brasil, Colômbia e Peru se encontram, criminosos e economias ilícitas fluem e se fundem à semelhança dos rios da região.

No nordeste do Peru, a floresta amazônica está sendo derrubada para o cultivo de coca.⁶ Ao ser transportada dos locais de

processamento na floresta, a cocaína é contrabandeada para a Colômbia e para o Brasil, onde a droga é despachada para alimentar o consumo do maior país da região e então seguir para a Europa e outros continentes.⁷

Três rios – Japurá (também conhecido na Colômbia como Caquetá), Putumayo e Amazonas – e seus muitos afluentes funcionam como artérias para o tráfico transfronteiriço. As hidrovias, onde as balsas de ouro são operadas por garimpeiros, também são compartilhadas para transportar madeira cortada por madeireiros ilegais.

A tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil



O nexu entre drogas e crimes ambientais nessas duas regiões amazônicas de tríplice fronteira reuniu uma mistura explosiva de criminosos em um território selvagem onde a presença de forças de segurança e do Estado é mínima. O pouco de ordem que existe é muitas vezes imposto à mão armada por grupos criminosos.⁸

No departamento colombiano do Amazonas, amplo e carente de fiscalização, comunidades indígenas inteiras são mantidas como reféns.

“Nunca tinha visto tanto medo de violência devido à presença de grupos ilegais armados”,

disse um agente humanitário que trabalha com comunidades indígenas no estado colombiano do Amazonas e pediu para não ser identificado por questões de segurança.⁹

Desde 2019, além de estarem na mira da violência, as comunidades indígenas dependem cada vez mais de atividades criminosas para sua subsistência. Processar coca, desmatar para obter madeira e trabalhar em balsas de extração de ouro são algumas das poucas oportunidades de emprego nessas regiões remotas.¹⁰ Alguns participantes são jovens com pouco poder de decisão.

As comunidades indígenas também estão sendo expostas a altos níveis de mercúrio, metal líquido tóxico, usado nas atividades do garimpo para separar o ouro, que está contaminando rios e florestas.

Essas mesmas comunidades são historicamente verdadeiras guardiãs da natureza, atuando como defensoras na linha de frente da defesa de cursos d'água e florestas, com o objetivo de proteger suas terras natais biodiversas. Escutar as necessidades dessas comunidades, fornecer financiamento, oportunidades alternativas de subsistência e buscar maneiras de proporcionar segurança são passos necessários para combater a série de crimes que alimenta o desmatamento nessas duas regiões amazônicas de tríplice fronteira.

Uma atuação política mais ampla também é necessária, incluindo a cooperação entre representantes regionais de todos os países fronteiriços, o monitoramento aéreo e por satélite das florestas, uma maior vigilância de reservas e parques e a aplicação de leis e tratados de proteção ambiental. Para tanto, é necessário haver uma enorme vontade política.

Embora o isolamento de ambas as trípliques fronteiras as tenha protegido, em parte, de sofrer o desmatamento extenso que afetou outras regiões da Amazônia, as sementes destrutivas já estão sendo plantadas nessas regiões cruciais.



Desmatamento no departamento de Guainía, Colômbia. Fotografia de Luisa Acosta, InSight Crime

MINERAÇÃO ILEGAL DE OURO



MINERAÇÃO ILEGAL DE OURO

A mineração ilegal é de longe o crime ambiental mais difundido e insidioso nas regiões amazônicas de tríplice fronteira.

No início dos anos 1980, garimpeiros começaram a devastar as terras de tríplice fronteira da Amazônia em busca de ouro.¹¹ Desde então, habitantes pobres e desesperados da região, incluindo de comunidades indígenas, se tornaram mão de obra para a mineração ilegal. Essas pessoas trabalham para operações sofisticadas e estruturadas de mineração ilegal, as quais fornecem máquinas de escavação e dragagem e pagam os trabalhadores com pequenas quantidades de ouro.

Dos lados colombiano e venezuelano, a mineração e as atividades comerciais que surgiram no entorno de pontos de mineração dita "de pequena escala" são fiscalizadas por criminosos, incluindo pistoleiros e facções de grupos armados não estatais (GANEs), que incluem os ex-FARC¹² – formados por grupos dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), desmobilizadas em 2017 – e unidades da última guerrilha colombiana, o Exército de Libertação Nacional (ELN).¹³ A organização criminosa mais poderosa do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC),¹⁴ também parece estar fazendo incursões no comércio ilegal de ouro.¹⁵

Uma extensa rede criminosa empresarial faz a "lavagem" (ou esquentamento) do minério. Usando frotas de aeronaves pequenas, empresas aéreas transportam ouro e suprimentos. No Brasil, proprietários dessas empresas foram investigados por facilitar ativamente a extração e a lavagem do ouro.¹⁶

Na Colômbia e no Brasil, comerciantes compram ouro ilegal abertamente de indivíduos que extraem o ouro, bem como de proprietários de operações de mineração. Uma rede de empresários e suas firmas participam amplamente ao longo de toda a cadeia do ouro ilegal.

Quando o ouro é finalmente fundido, suas origens ilícitas desaparecem.

Balsas invadem rios na Colômbia

As margens densamente arborizadas dos rios que cortam o Brasil e a Colômbia ecoam com o estrondo dos "dragões", enormes balsas que sugam leitos de rios usando mangueiras industriais para capturar partículas de ouro.¹⁷

Garimpeiros brasileiros circulam livremente nessa região amazônica remota.¹⁸ Segundo um militar colombiano, as balsas são construídas principalmente no lado brasileiro da fronteira, onde costumam operar sem controle.¹⁹

Ao longo de uma curva do rio Puré, que corre da Colômbia para o Brasil, é possível ver com facilidade o teto de um dragão em uma foto aérea. Da mesma forma, são visíveis os efeitos da dragagem constante. Em um lado da balsa, o rio é cristalino; no outro, é turvo.²⁰ Já os efeitos contaminantes do mercúrio, usado para separar o ouro e levado pela água, não são visíveis.²¹

As balsas utilizadas na mineração do ouro começaram a invadir a Amazônia colombiana no início dos anos 2000, ao longo do rio Caquetá, que no Brasil ganha o nome de Japurá. Uma década depois, as balsas já operavam bem abaixo do rio Putumayo, mais ao sul.²²



Uma balsa de dragagem no rio Pureté, na tríplice fronteira (Cortesia do Exército Nacional da Colômbia).



Em setembro de 2022, militares colombianos destruíram quatro balsas no rio Pureté, que vai do Brasil até a região colombiana de Tarapacá (Cortesia do Exército Nacional da Colômbia).

Nos últimos anos, dragas utilizadas na mineração do ouro intensificaram as operações na região fronteira amazônica, principalmente em Tarapacá.²³ A região colombiana, que faz fronteira com o Peru e o Brasil, tornou-se um polo da mineração de ouro graças aos muitos rios que a atravessam. O rio Putumayo banha a zona sul de Tarapacá e é também lá que o rio Cotuhé cruza com o Putumayo. No nordeste de Tarapacá, o rio Puré cruza a fronteira entre a Colômbia e o Brasil.

O rio Puré teve a maior incidência de mineração ilegal de ouro entre os dez rios analisados em 2021 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e pelo Ministério de Minas e Energia da Colômbia.²⁴ Partes dos rios Putumayo e Cotuhé em Tarapacá também apresentaram atividade considerável no ano passado, segundo o relatório do UNODC.²⁵

As balsas de dragagem ilegais do Brasil aproveitaram a redução de patrulhas militares durante a pandemia de covid-19 para fazer incursões na região, segundo funcionários do governo e ativistas indígenas que trabalham no departamento colombiano do Amazonas. Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Amazonas, afirmou que a mineração ilegal cresceu muito nos últimos anos.²⁶

Valencia e o militar colombiano explicaram que o combate à mineração ilegal na tríplice fronteira é extremamente difícil. Para chegar ao rio Puré, por exemplo, as forças de segurança têm duas opções. A primeira é cruzar o rio saindo de Leticia em uma viagem de seis dias. Isso inclui entrar no território brasileiro, o que exige uma coordenação entre militares e chancelarias dos dois países, por questões de soberania territorial. A outra opção é chegar de helicóptero, mas isso alerta os trabalhadores e compromete a efetividade das operações.²⁷

“Os mineiros trabalham com balsas que se deslocam facilmente pelos rios e, quando as operações militares são realizadas em um só lugar, elas simplesmente cruzam a fronteira”, disse Valencia.²⁸

De balsas a “dragões”

A maioria das balsas utilizadas na mineração do ouro é construída sobre tábuas ou troncos. Cada uma delas contém um motor à gasolina, às vezes retirado de um caminhão velho, e uma mangueira de cerca de 20 centímetros de diâmetro (aproximadamente o tamanho de uma bola de futebol). A mangueira suga a lama do leito do rio, que é então recolhida e empurrada para um misturador que coleta sedimentos e partículas de ouro enquanto a lama é devolvida para o rio.²⁹

A construção das balsas – que produzem até 40 gramas de ouro por dia – custa entre 8 e 10 mil dólares.³⁰ Essa quantidade de ouro pode ser vendida localmente por 400 a 600 dólares e vale até 2 mil dólares no mercado internacional. Este tipo de mineração fluvial, no entanto, não pode ser realizado durante todo o ano devido a variações no nível das águas.³¹

Os “dragões” são o maior tipo de balsa. Geralmente têm vários andares e carregam equipamentos muito maiores, mais pesados e mais caros do que aqueles encontrados em pequenas balsas.³² Eles carregam motores de 60 cavalos de potência e várias mangueiras com diâmetros de até 38 centímetros.³³ Segundo fontes policiais, a construção dos dragões maiores, que utilizam peças de madeira e metal para carregar esses equipamentos, custa cerca de 45 mil dólares.³⁴

Ao que tudo indica, os brasileiros são os principais operadores das balsas. O cônsul diplomático do Brasil em Leticia, Antonio Torres, disse em agosto de 2022 que três cidadãos brasileiros (dois homens e uma mulher) foram presos por mineração ilegal.³⁵ Em uma operação em setembro de 2022 no rio Puré, autoridades colombianas prenderam seis brasileiros.³⁶

Garimpeiros colombianos também estão envolvidos. Uma interdição de dez balsas no rio Puré, por exemplo, levou à prisão de dois brasileiros e um colombiano em 2020.³⁷

Como funciona uma balsa típica

Balsas operadas por garimpeiros ilegais estão invadindo as hidrovias amazônicas compartilhadas pela Colômbia e pelo Brasil. A corrida do ouro é devastadora para os povos indígenas, que estão sendo submetidos a altos níveis de mercúrio tóxico.

A construção de uma balsa custa entre 35 e 45 milhões de pesos colombianos (cerca de US\$ 10.000)

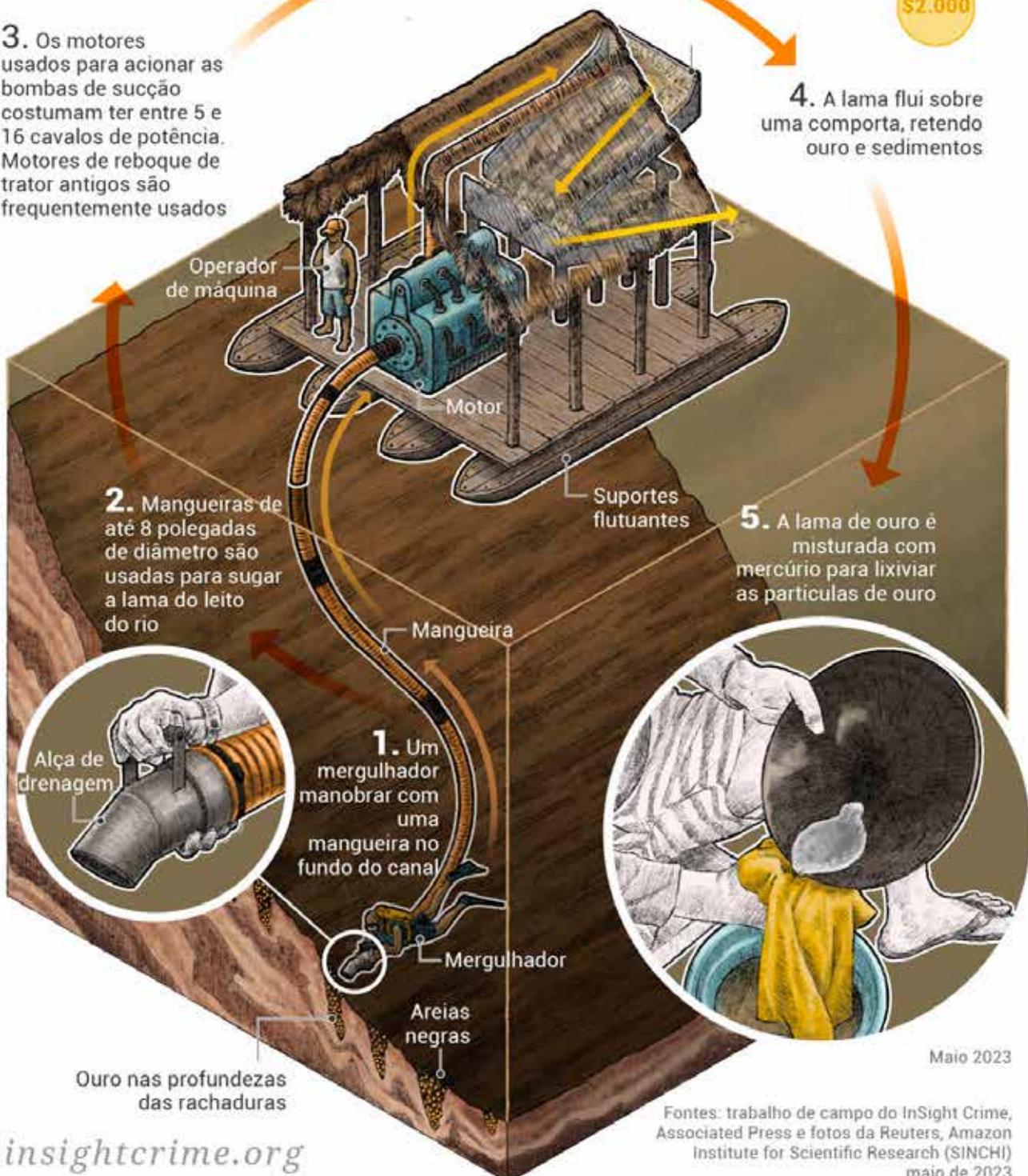
Uma balsa pode produzir em média 40 gramas de ouro por dia, com valor aproximado de US\$ 2 mil no mercado internacional

\$10.000

\$2.000

3. Os motores usados para acionar as bombas de sucção costumam ter entre 5 e 16 cavalos de potência. Motores de reboque de trator antigos são frequentemente usados

4. A lama flui sobre uma comporta, retendo ouro e sedimentos



Maio 2023

O Brasil adotou poucas medidas para conter a mineração ilegal na Amazônia durante o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022). Enquanto autoridades brasileiras destruíram algumas máquinas pesadas,³⁸ os esforços se mostraram tímidos em comparação com o estrago ambiental causado pela atividade, promovida no marco de uma agenda extrativista permissiva de Bolsonaro.³⁹ No entanto, com a nova posse de Luiz Inácio Lula da Silva, a postura do Brasil em relação à mineração ilegal tomou outro rumo. Desde fevereiro de 2023, forças de segurança brasileiras realizam operações para expulsar garimpeiros das terras Yanomami e destruir suas máquinas.⁴⁰

As autoridades colombianas tiveram algum êxito interditando e destruindo balsas na região. Em 2021, várias balsas de dragagem ilegal foram destruídas no rio Puré, segundo José Reinaldo Mucca, diretor de Assuntos Indígenas do Amazonas, na Colômbia.⁴¹ Em setembro de 2022, militares destruíram quatro balsas no rio Pureté, que vai do Brasil até a região colombiana de Tarapacá.

Os dragões, devido ao seu tamanho e à agitação constante dos leitos dos rios, são as balsas mais fáceis de detectar de cima. Em seus esforços para escondê-los, mineiros pintam de verde os telhados dos dragões e navegam perto das margens dos rios. Os operadores frequentemente afundam suas próprias dragas para evitar sanções.⁴²

No entanto, o governo colombiano não tem recursos adequados para fiscalizações constantes, policiamento ou para guarnecer postos militares na floresta. Os mineradores frustraram as tentativas de fiscalização aérea e sanção por parte das autoridades monitorando operações de comando e controle e cruzando para o Brasil ou o Peru ao detectarem movimentações das autoridades colombianas.⁴³ Isso somado às dificuldades geográficas e aos desafios de coordenação entre os três países, torna o combate à mineração ilegal uma tarefa desalentadora.

Mineração atrai onda de atores criminosos

Dado o custo de construção das balsas, aqueles que atuam na extração de ouro na Amazônia provavelmente estão recebendo financiamento para a mineração ilegal de ouro vindo tanto no Brasil como na Colômbia. Uma única balsa pode acumular mais de 14 quilos de ouro por ano, quantidade que pode render de 150 a 200 mil dólares localmente e cerca de 877 mil dólares, com base no preço internacional do quilo do ouro em 2022.⁴⁴

O ouro é processado semanalmente nos rios colombianos e levado para o Brasil.⁴⁵ Uma vez lá, o minério é facilmente misturado com ouro de outras fontes e, assim, é lavado, passando a integrar o mercado legal. Os compradores colombianos também compram grãos de ouro diretamente das balsas e os transportam para os mercados colombianos.⁴⁶

No departamento colombiano do Amazonas, a mineração ilegal parece ser parcialmente controlada por grupos armados. Em Tarapacá, um grupo conhecido como Comandos da Fronteira (*Los Comandos de la Frontera*), (a ser abordado na seção sobre tráfico de drogas deste relatório) exerce grande influência e provavelmente supervisiona o garimpo.⁴⁷

Segundo o agente de direitos humanos que presta auxílio no departamento colombiano do Amazonas, o grupo Comandos da Fronteira lucra não apenas com o narcotráfico, mas também com a mineração ilegal.⁴⁸ Mucca, diretor de Assuntos Indígenas do departamento do Amazonas, concorda que o grupo provavelmente está envolvido nas duas atividades.⁴⁹ Em entrevista à imprensa, Jaime Galindo, comandante da Sexta Divisão do Exército Colombiano, também afirmou que os seis brasileiros detidos no Pureté em setembro de 2022 estavam “a serviço” do grupo Comandos da Fronteira. “Do Cotuhé para cima é máfia”, disse Mucca.

Efeitos da mineração ilegal nas comunidades indígenas

Na linha de frente contra a mineração ilegal na Amazônia, as comunidades indígenas se tornaram alvo de ameaças e ataques de uma rede de atores envolvidos na atividade.

A presença destes atores em seus territórios deixou comunidades indígenas sem escolha a não ser obedecer às operações de mineração ilegal. Isso gera todo tipo de dificuldade, inclusive violência, disse um representante da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana – OPIAC.

“Em alguns setores da mineração, temos denúncias de assassinato de lideranças indígenas e desaparecimento de algumas lideranças”, afirmou.⁵⁰

A escassez de oportunidades econômicas nas regiões de tríplice fronteira implica que algumas comunidades locais tenham dificuldade em resistir às incursões da mineração. Jovens costumam ser contratados como mergulhadores para mover mangueiras pelos leitos dos rios. Entre os adultos, mulheres atuam como cozinheiras, enquanto os homens se tornam trabalhadores na extração, propriamente dita. Eles são pagos em dinheiro ou em cupons que podem ser trocados por itens de algumas lojas de Tarapacá.⁵¹

Caciques de algumas comunidades do Amazonas colombiano fizeram acordos com mineradores, segundo Mucca, autoridade de assuntos indígenas.⁵² Em Tarapacá, por exemplo, alguns anciãos indígenas receberam 3 milhões de pesos (cerca de 680 dólares) por permitirem a entrada de balsas e dragas em seus cursos d’água.

A mineração ilegal é muitas vezes realizada por grupos ilegais apoiados por *patrones*, como são chamados os chefes das operações,⁵³ com capacidade financeira para trazer equipamentos caros para esses territórios, afirmou o representante da OPIAC.⁵⁴

A mineração do ouro também implica riscos à saúde. Para separar o minério dos sedimentos, utiliza-se mercúrio, geralmente próximo a cursos d’água ou até mesmo nas próprias balsas. Parte do mercúrio acaba sendo levado pela água.

Um estudo de 2018 sobre contaminação por mercúrio na Amazônia colombiana identificou o minério em amostras de cabelo de pessoas das comunidades indígenas de Tarapacá.⁵⁵ Das nove comunidades testadas, todas apresentaram pelo menos o dobro do limite considerado seguro (ingestão diária de 1,6 partes por milhão) pela Organização Mundial da Saúde e quatro revelaram níveis pelo menos sete vezes acima desse limite. Certamente os níveis atuais são mais altos.

A contaminação por mercúrio pode prejudicar o desenvolvimento das crianças, afetando o cérebro e outras partes do sistema nervoso. O mercúrio também pode ser tóxico para adultos, causando danos cerebrais e renais, cegueira e doenças cardíacas.⁵⁶

Autoridades governamentais, de Saúde e Justiça realizaram reuniões com comunidades indígenas para discutir questões relacionadas ao mercúrio, segundo Valencia, autoridade do governo colombiano do Amazonas.

“Não é apenas uma questão de ir até eles e dizer que há um problema”, afirmou. “Também precisamos levar soluções”, incluindo atendimento médico para os afetados.

OURO E GUERRILHAS: O PARQUE NACIONAL YAPACANA, NA VENEZUELA

Poços de lama marcam os pontos de extração de ouro no Parque Nacional Yapacana, na Venezuela, que abriga altas montanhas com planícies no topo e cachoeiras profundas. Um vídeo mostra árvores mortas espalhadas como galhos dentro de uma cratera de aparência lunar.⁵⁷

O Parque Nacional Yapacana está situado no sudoeste da Venezuela, perto da fronteira com a Colômbia.⁵⁸ De acordo com um relatório de 2019 do SOS Orinoco, as operações de mineração na reserva cresceram de aproximadamente 220 hectares em 2010 para mais de 2 mil hectares em 2018, o que equivale a cerca de 1.500 campos de futebol.⁵⁹ No ano seguinte, as operações de mineração destruíram mais 200 hectares e as minas saltaram de 36 em 2018 para 69 em 2019, segundo a organização.⁶⁰

A Venezuela tem o segundo maior número de minas ilegais entre os países amazônicos, superado apenas pelo Brasil, país com extensão muito maior.⁶¹ Dos 4.472 pontos de mineração ilegais na região, pelo menos 1.423 estão na Amazônia venezuelana, segundo a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).⁶² Yapacana é “a maior e menos regulamentada área de mineração” em toda a região Orinoco-Amazônica, segundo o grupo SOS Orinoco, que monitora a atividade.⁶³

As minas em expansão deixaram terras devastadas em todo o parque, cuja área é maior que o território de Luxemburgo.

O jornalista e ativista político venezuelano Luis Alejandro Acosta, que mora no estado venezuelano do Amazonas e viajou para o monte Yapacana, disse que as minas podem ter até 10 retroescavadeiras trabalhando simultaneamente.⁶⁴

“A produção lá não para nunca”, afirmou. “Dia e noite.”

Uma mina de ouro para a máfia ex-FARC

Diante de sanções e queda bruscas nos recursos vinculados ao petróleo, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, voltou-se à venda de ouro ilegal para sustentar seu regime.⁶⁵

Os guerrilheiros colombianos supervisionam grande parte da corrida do ouro no Parque Nacional Yapacana.⁶⁶ Antecessor de Maduro, o falecido Hugo Chávez cedeu o parque pela primeira vez aos revolucionários das FARC no início dos anos 2000, segundo Acosta.⁶⁷

Chávez concedeu refúgio aos guerrilheiros ao longo de grande parte da região fronteira. Ele entendia a força revolucionária como ferramenta estratégica para conter o golpe contra seu regime apoiado pelos Estados Unidos em abril de 2002, que o derrubou do poder por um curto período. Conceder refúgio seguro às FARC também serviu na época como baluarte contra uma Colômbia – principal aliado dos EUA na região – cada vez mais hostil.⁶⁸

Hoje, a Venezuela não é apenas um refúgio para guerrilheiros. Ex-integrantes das FARC se espalharam profundamente pelo território venezuelano, assumindo o controle de comunidades e economias criminosas. O que antes era uma guerrilha colombiana, hoje é um grupo binacional.⁶⁹

Rede de Frente ex-FARC Acácio Medina

insightcrime.org

A dissidente Frente Acácio Medina, encabeçada por **Miguel Díaz Sanmartín, vulgo Julián Chollo**, controla a mineração ilegal de ouro no Cerro Yapacana. Lá, o grupo tem máquinas, extrai ouro e cobra taxas de extorsão na mineração.

Comandantes de nível médio:

Esses números resolvem o problemas mais simples da comunidade e são responsáveis por cobrar taxas de extorsão na área.

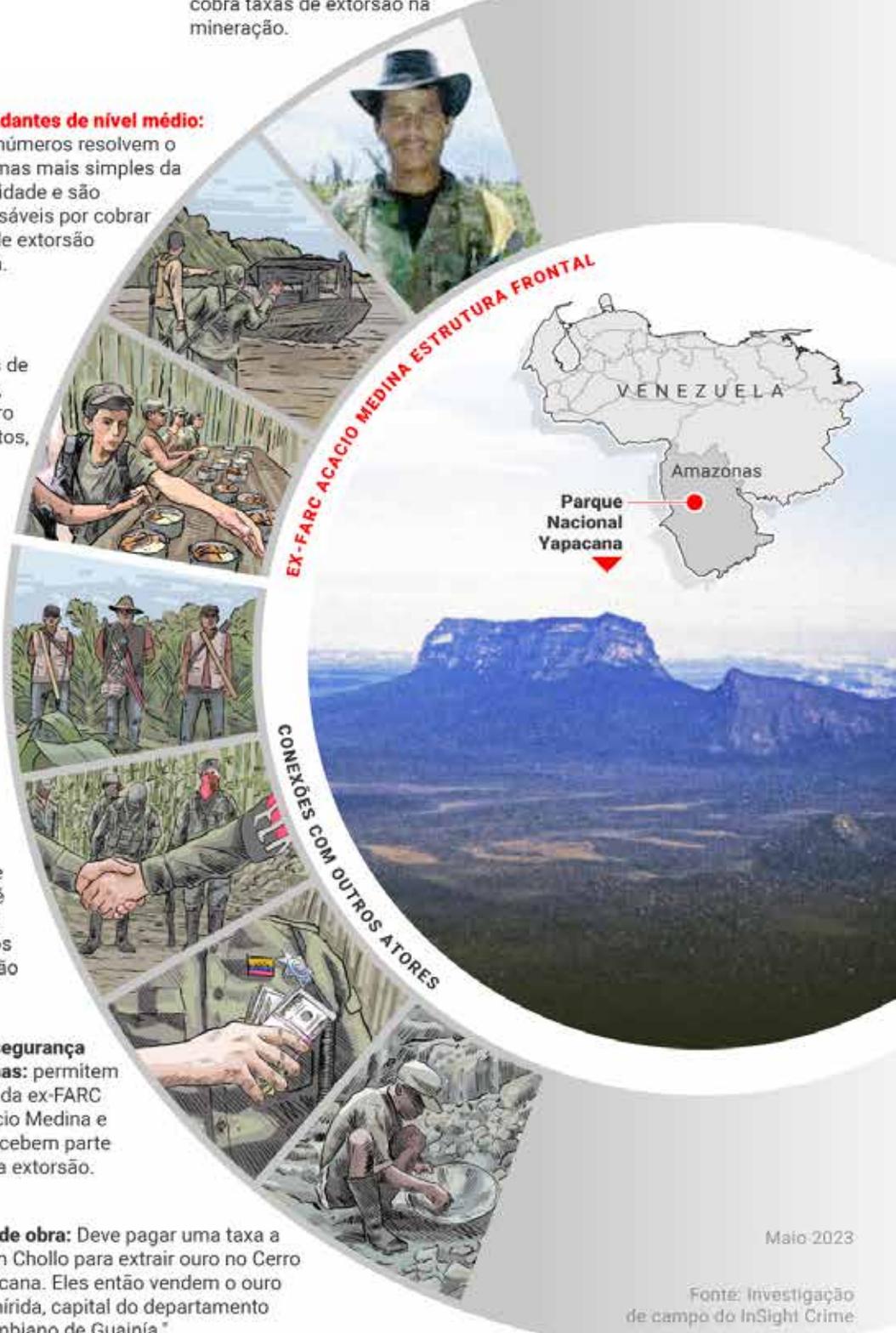
Milicianos: Eles se encarregam de tarefas de inteligência e logística, como abastecer o Cerro Yapacana com alimentos, combustível, etc.

Comunidades locais: Sob ameaça de violência, permitir a passagem de mineiros e equipamentos de mineração.

ELN: A Frente Acácio tem um pacto de não agressão e divisão de territórios com a Frente ELN Daniel Pérez, que é responsável sobretudo pelo controle dos portos da região e pela extorsão dos mesmos.

Forças de segurança venezuelanas: permitem a presença da ex-FARC Frente Acácio Medina e em troca recebem parte do saque da extorsão.

Mão de obra: Deve pagar uma taxa a Julián Chollo para extrair ouro no Cerro Yapacana. Eles então vendem o ouro em Inírida, capital do departamento colombiano de Guainía."



Maio 2023

Fonte: Investigação de campo do InSight Crime

No início dos anos 2000, a tríplice fronteira fornecia grandes oportunidades de contrabando de drogas para o Bloco Oriental das FARC e sua 16ª Frente.⁷⁰ Até 20 toneladas de cocaína por mês eram exportadas para o narcotraficante brasileiro Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”. O comandante das FARC Géner García Molina, conhecido como “Jhon 40”, controlava o contrabando de drogas na região, movimentando até 100 toneladas de cocaína por ano, enquanto desenvolvia uma queda por cavalos e relógios Rolex.⁷¹

Naquela época, as FARC dedicavam pouca atenção ao ouro em Yapacana, embora a mineração ilegal já ocorresse esporadicamente desde a década de 1980.⁷² Segundo Acosta, os guerrilheiros só começaram a extorquir os mineradores por volta de 2010.⁷³

Quando as FARC chegaram a um acordo de paz em 2016, Jhon 40 e Miguel Diaz Sanmartín, conhecido como “Julian Chollo”, estavam entre os primeiros rebeldes que recusaram a rendição. Em vez disso, eles formaram a Frente Acácio Medina, composta por ex-membros da 16ª Frente, na área de fronteira onde se encontram o departamento de Guainía, na Colômbia, e o estado do Amazonas, na Venezuela.⁷⁴

Julián Chollo – descrito como um “lobo solitário” que ingressou nas FARC aos 20 anos – agora controla a região de Yapacana, cobrando taxas exorbitantes dos trabalhadores das operações de mineração.⁷⁵

Dezenas de milhares de mineiros se encontram em Yapacana para extrair ouro. Cerca de 25 mil pessoas atuam diariamente, embora nem todos atuem na extração propriamente dita. Uma parte trabalha nos acampamentos como cozinheiros, motoristas e vendedores, segundo Acosta.⁷⁶

Chollo cobra taxas precisas: 5 gramas de ouro para cada retroescavadeira em operação; 3 gramas para manter um negócio; 1 grama por barco trazendo trabalhadores e suprimentos; e assim por diante.⁷⁷

“É muito ouro coletado a cada 15 dias”, conta Acosta. Enquanto isso, as maiores minas e máquinas, “aquelas que extraem mais ouro”, pertencem às guerrilhas, acrescentou.⁷⁸

Uma liderança indígena da região, que pediu anonimato por temer represálias, concordou que os grupos ex-FARC teriam o comando total de Yapacana.⁷⁹ Os anciãos celebraram acordos com os guerrilheiros, recebendo motores, ferramentas agrícolas e outros itens em troca do controle de seus territórios, afirmou a liderança.⁸⁰

Para alguns indígenas, Chollo é como “um Robin Hood”, afirmou a liderança indígena. “Se alguém quer comprar um ferro de passar, ele dá. Assim, a comunidade foi comprada.”⁸¹

As comunidades também enfrentam uma violência ameaçadora.

“Eles invadem nossos espaços nos ameaçando”, afirmou outra liderança indígena que também pediu anonimato.⁸² “Somos submissos a eles, e são eles que mandam, que fazem as leis.”

Linhas de abastecimento de mineração tributadas pelo ELN

O rio Orinoco e seus afluentes servem como vias de acesso à região de Yapacana. San Fernando de Atabapo, cidade fronteiriça venezuelana onde o ouro é a principal moeda, está situada a cerca de 75 quilômetros. Lá, alimentos e bebidas alcoólicas são comprados com *rayas* (“linhas”) – pequenas quantidades de ouro cotadas em aproximadamente 3 dólares cada.⁸³ Itens maiores, como eletrodomésticos, também são trocados por ouro.⁸⁴

A cidade ribeirinha de Inírida, cerca de 25 quilômetros a oeste de San Fernando de Atabapo, no departamento colombiano de Guaviare, serve como terminal de transporte. De lá, grandes balsas iniciam uma viagem de dois dias até Yapacana, transportando

maquinário, combustível e outros suprimentos. O transporte de uma carga de 20 toneladas custa cerca de mil dólares, segundo Acosta.⁸⁵

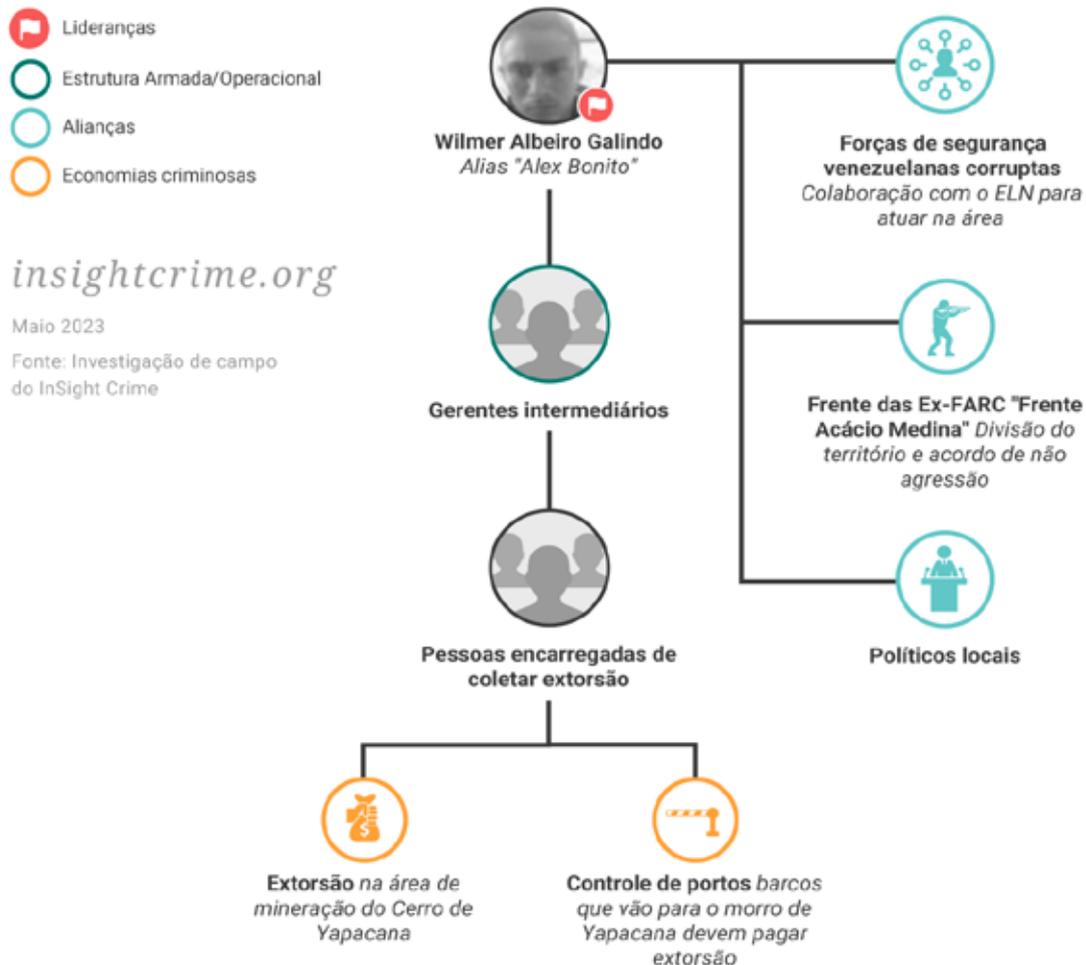
Unidades da força guerrilheira do Exército de Libertação Nacional da Colômbia cobram taxas para a passagem dos barcos. Existem mais de 50 desses pontos de controle, segundo um integrante de uma comunidade indígena.⁸⁶

Avançando do estado venezuelano de Apure para o Amazonas, os combatentes do ELN travaram uma campanha ao longo do rio Orinoco. A desmobilização das FARC em 2017 – por meio de um acordo histórico com o governo da Colômbia no ano anterior – abriu caminho para a entrada da Frente Daniel Pérez, do ELN, na região.⁸⁷

Wilmer Albeiro Galindo, o “Alex Bonito”, chefia essa unidade guerrilheira, que promoveu uma onda de assassinatos em 2020. Inicialmente, membros do ELN e de grupos ex-FARC se enfrentaram. Mas os dois grupos conseguiram delinear o espaço e compartilhar uma aliança incômoda.⁸⁸

“Eles coexistem, compartilham, coordenam. Não sei como”, disse um integrante de uma organização comunitária indígena que pediu anonimato por questões de segurança.⁸⁹ “Ao longo da fronteira, o ELN é mais visível. Seus membros estão distribuídos ao longo do rio Inírida, onde extorquem e garimpam. Enquanto isso, as FARC fazem o mesmo, mas no monte Yapacana”.

José Daniel Pérez Carrero rede do ELN



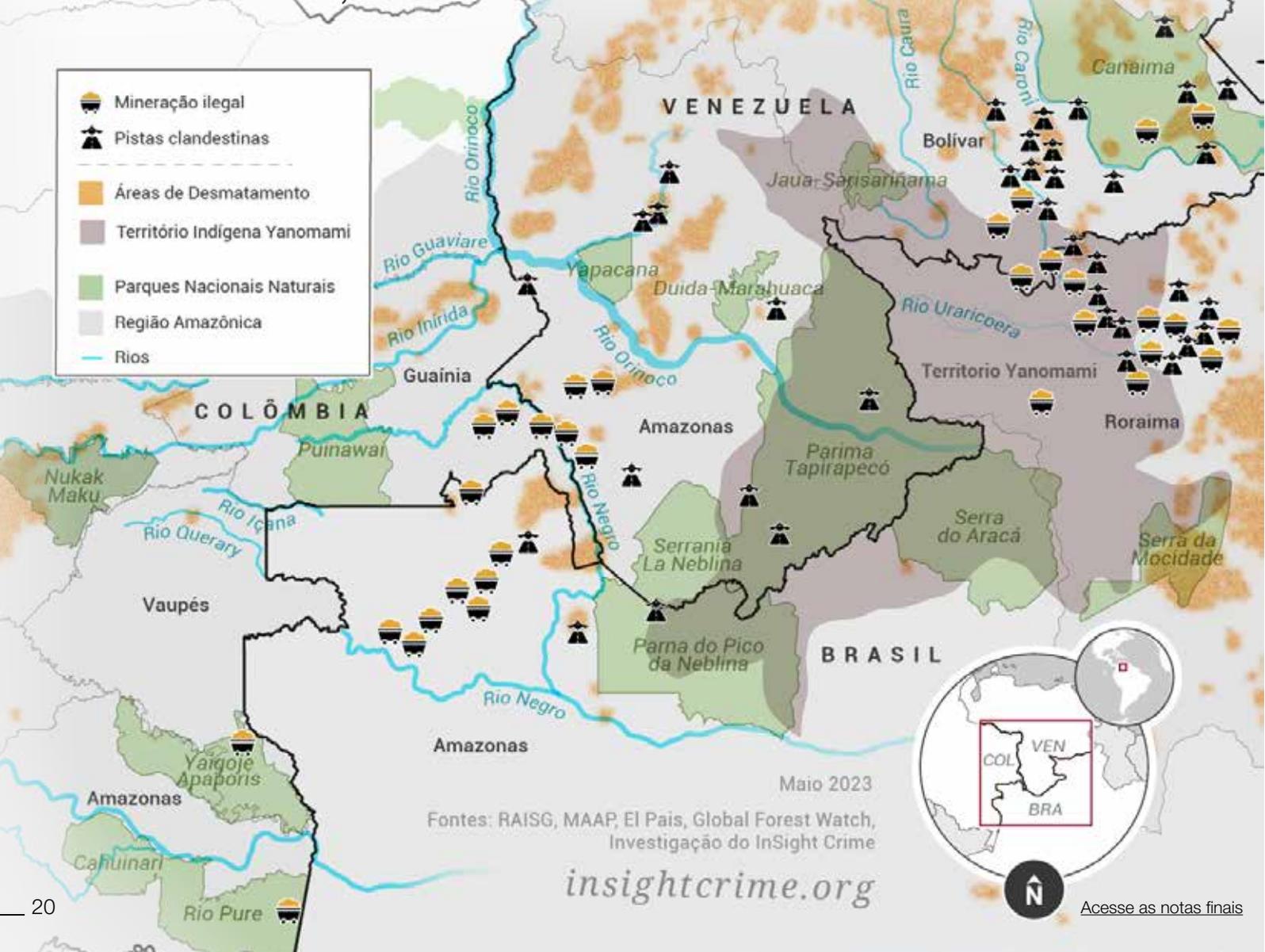
CORRIDA DO OURO ILEGAL ATRAI GRUPOS CRIMINOSOS PARA A TERRA YANOMAMI NO BRASIL

No dia 2 de outubro de 2022, o proprietário de uma cantina às margens do rio Uraricoera, no Brasil, recebeu uma mensagem de WhatsApp dos “lobos”, uma gangue armada de garimpeiros.⁹⁰ Um ataque se aproxima, alertou com urgência um grupo Yanomami.⁹¹

Antes que os Yanomami pudessem fugir, pistoleiros chegaram em dois barcos e abriram fogo. Um adolescente Yanomami de 15 anos foi baleado no rosto.⁹² Fotos mostram que uma bala o atingiu na bochecha esquerda e saiu pela nuca.⁹³ Por milagre, o jovem sobreviveu.

Cleomar, um Yanomami de 46 anos, não teve tanta sorte. Foi morto com tiros na cabeça e no peito ao se jogar no rio para tentar fugir, segundo carta enviada às autoridades brasileiras pela Hutukara Associação Yanomami, que representa o povo Yanomami no Brasil.⁹⁴

Mineração ilegal e desmatamento na fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia



“O ocorrido demonstra que a situação de insegurança no rio Uraricoera em razão da circulação desimpedida de garimpeiros ainda não cessou e merece intervenção urgente do poder público”, escreveu o líder Yanomami Dário Kopenawa em carta assinada de 4 de outubro de 2022.⁹⁵

Cerca de 20 mil garimpeiros invadiram a Terra Yanomami, derrubando árvores e destruindo leitos de rios.⁹⁶ Com área maior que o território de Portugal, a Terra Indígena se estende por mais de 105 mil quilômetros quadrados na fronteira Brasil-Venezuela, sendo o maior território indígena do mundo.⁹⁷

O rio Uraricoera, que corta o trecho norte da reserva, funciona como via para o avanço da mineração ilegal. Embarcações que variam de longos barcos de madeira a enormes balsas motorizadas transportam um fluxo constante de garimpeiros, suprimentos, equipamentos, alimentos, álcool e combustível.⁹⁸

Homens armados que patrulham o Uraricoera em lanchas oferecem algumas das provas mais visíveis da disseminação do crime organizado na mineração ilegal de ouro na Amazônia.⁹⁹ Gangues taxam garimpeiros e a comunidade ao longo do rio, incluindo barqueiros e lojistas. O tráfico de drogas e os bordéis geram ainda mais receita para as gangues.¹⁰⁰

Alguns pistoleiros fazem parte das operações do garimpo. Outros são acusados de integrar a maior e mais poderosa organização criminosa do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que parece estar assumindo um papel maior nas atividades de garimpo na Terra Yanomami.¹⁰¹

Autoridades corruptas também estão envolvidas. Integrantes de uma unidade de elite de inteligência regional estariam envolvidos no fornecimento de armas e na ligação com um homem apelidado de “Soldado”, descrito em uma investigação policial como chefe da “segurança do garimpo” no Uraricoera.¹⁰²

Integrantes do Exército que atuam em Roraima foram acusados de vazar informações sobre operações contra o garimpo e receber propina em troca de fechar os olhos para a movimentação das drogas e do ouro, segundo matérias da imprensa sobre relatórios de inteligência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).¹⁰³

Kopenawa, o líder Yanomami, escreveu em sua carta que “são constantes os temores com a quantidade de garimpeiros subindo e descendo do rio fortemente armados”.¹⁰⁴

Garimpeiros devastam a floresta

As invasões de garimpeiros começaram nos anos 1980. Uma década depois, em meio à pressão internacional, o governo brasileiro sufocou a maior parte da atividade na região.¹⁰⁵ A história se repetiu e a mineração ilegal voltou à Terra Yanomami durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, com a alegação de desenvolver economicamente a Amazônia e explorar suas riquezas minerais.¹⁰⁶

Segundo relatório da Hutukara Associação Yanomami e do Instituto Socioambiental (ISA), grupo de defesa dos direitos indígenas e ambientais, o desmatamento no território indígena mais que dobrou de cerca de 1.200 hectares em 2018 para 3.300 – equivalente a cerca de 2.400 campos de futebol – no final de 2021. Toda essa área está vinculada ao garimpo.¹⁰⁷ Mais da metade da mineração ilegal na região ocorre no entorno do rio Uraricoera.

A zona da Terra Indígena com pior desmatamento nos últimos dois anos é Waikás, localizada no Uraricoera, no norte de Roraima. Em 2020 e 2021, quase 2.600 hectares de floresta foram destruídos nessa região por garimpeiros que percorrem o rio sem enfrentar maiores dificuldades.¹⁰⁸

As operações de mineração também começaram na região de Auaris, no noroeste do território indígena, que faz fronteira com

a Venezuela. Duas áreas de garimpo foram observados no local, segundo imagens de satélite de um relatório da Hutukara Associação Yanomami e do Instituto Socioambiental. Um fica do lado brasileiro da fronteira, outro do lado venezuelano. Ambas as minas são pequenas, mas parecem estar crescendo.¹⁰⁹

Garimpeiros também invadiram outros rios. O garimpo perto do rio Parima se intensificou durante o auge da pandemia de covid-19, desmatando mais de 100 hectares de floresta. A área desmatada na região do Xitei, nas cabeceiras do Parima, saltou de 11 hectares em 2020 para 136 em 2021, o maior aumento observado em qualquer região rastreada pelo relatório.¹¹⁰

O rio Mucajaí – que atravessa a reserva até o município de mesmo nome, em Roraima – e suas florestas circundantes foram devastados pelo garimpo. Uma foto aérea mostra uma sucessão de garimpos que parece uma pequena cidade esculpida na vegetação, na região de Homoxi, localizada nas cabeceiras do Mucajaí.¹¹¹ Em março de 2022, um poço engoliu um posto médico que atendia a comunidade Yanomami.¹¹²

Um vídeo feito por garimpeiros, divulgado pela imprensa local em abril de 2021, mostra os criminosos se gabando de terem alterado o curso do Mucajaí.¹¹³ Um garimpeiro filma o rio cheio de lodo, dizendo: “Olha a largura que nós deixamos ele”. Depois se aproxima para mostrar uma bomba e grandes mangueiras: “Agora nós estamos trabalhando no leito do rio”.¹¹⁴

Esse tipo de garimpo devasta a floresta. As árvores são derrubadas para que poços sejam cavados. Jatós d’água potentes são lançados neles para soltar a terra. Bombas movidas a gás sugam a lama, que é então lavada por um longo misturador. O sedimento extraído é misturado com mercúrio líquido, que se acopla ao ouro. Usando bateias, os garimpeiros aquecem o amálgama resultante para formar pepitas.¹¹⁵

Esse processo envenena a floresta. As árvores absorvem o vapor do mercúrio,¹¹⁶ enquanto poços tóxicos leitosos e contaminados pelo minério são deixados para trás e vão parar em águas subterrâneas e rios.¹¹⁷

O uso generalizado de mercúrio ameaça os Yanomami, que vivem em grandes ocas com capacidade para abrigar até 400 pessoas.¹¹⁸ Assim como nas comunidades indígenas expostas na Colômbia, altas concentrações de mercúrio foram encontradas em amostras de cabelo de comunidades Yanomami próximas às operações de garimpo.¹¹⁹ Uma análise da água na confluência dos rios Orinoco e Ventuari, na borda oeste do Parque Nacional Yapacana, também apontou níveis elevados deste minério tóxico.¹²⁰

Os peixes, um dos principais componentes da alimentação dos Yanomami, estão contaminados. Segundo estudo de 2022, mais da metade dos peixes coletados nos rios Mucajaí e Uraricoera apresentam níveis de mercúrio considerados impróprios para consumo.¹²¹ A exposição prolongada ao mercúrio causa fadiga e danos ao sistema imunológico e órgãos vitais.¹²²

O líder Yanomami Júnior Kekurari, que chefia o conselho local de saúde indígena, descreveu os garimpeiros trabalhando a uma distância de 50 a 200 metros das comunidades indígenas.¹²³

“A Terra Yanomami sofreu bastante desde 2018... Os rios estão destruídos, só tem lama contaminada de mercúrio, cheio de gasolina... As crianças brincam no rio, bebem. A comunidade consome água suja”, explicou Kekurari em entrevista ao podcast Ao Ponto, do jornal O Globo.¹²⁴

Garimpeiros e pistoleiros encontram oportunidade de ouro

A rigor, a palavra “garimpeiro” refere-se a quem pratica a mineração artesanal, em pequena escala. No entanto, o termo está desatualizado. A maioria das operações de garimpo na Amazônia brasileira hoje não é mais artesanal, pois utiliza maquinário pesado, incluindo balsas, dragas, tratores e escavadeiras. No contexto da mineração de ouro na Amazônia brasileira, o garimpo é hoje fortemente associado a práticas ilegais de extração de ouro.¹²⁵

Das 174 toneladas de ouro comercializadas entre 2019 e 2020, estima-se que o ouro de garimpo responda por 49 toneladas, o equivalente a 28% da produção de ouro do Brasil.¹²⁶

A lei brasileira permite que eles operem legalmente, inclusive em partes da Amazônia. Conforme a portaria DNPM 155, promulgada em 2016, cada garimpeiro pode minerar até 50 hectares em áreas designadas, enquanto as cooperativas de mineração podem atuar em até 10 mil hectares.¹²⁷ A legislação brasileira restringe o garimpo em terras indígenas e áreas de proteção ambiental.¹²⁸

A lei, contudo, não impõe restrições a técnicas ou equipamentos, ao contrário das legislações dos vizinhos Colômbia e Peru.¹²⁹ A lei colombiana exige registro rigoroso de maquinário no Ministério dos Transportes, enquanto o Peru proibiu o uso de máquinas pesadas na mineração de pequena escala, entre outras medidas.¹³⁰

Os garimpeiros expandiram rapidamente sua atuação para fora das áreas permitidas e invadiram regiões protegidas, intensificando as atividades para obter ouro usando todo tipo de equipamento, desde picaretas e motosserras até maquinários pesados que incluem retroescavadeiras. O garimpo em terras indígenas aumentou quase 500% entre 2010 e 2020, segundo estudo da

plataforma MapBiomas, que acompanha as transformações no uso da terra no Brasil.¹³¹ Em áreas de preservação, o aumento ultrapassou 300%.

A maioria dos garimpeiros vem de comunidades rurais com sistemas educacionais precários e oportunidades limitadas de trabalho bem remunerado.¹³² Indivíduos que se aventuram sozinhos na extração do ouro na Amazônia são muitas vezes cooptados por entidades criminosas que lhes fornecem maquinário em troca da maior parte dos seus rendimentos.

Os garimpeiros se movimentam com facilidade entre os três países da região fronteira. Por exemplo, garimpeiros brasileiros têm se aventurado na porção da reserva Yanomami localizada no lado venezuelano para criar novos sítios.¹³³ Segundo investigação do portal de notícia UOL, que utilizou vídeos, fotos, documentos e entrevistas com lideranças indígenas, o número de garimpeiros cruzando a fronteira está entre 500 e 5.000.¹³⁴

Garimpeiros e outros trabalhadores vindos de outras regiões do Brasil são atraídos para a Terra Yanomami por anúncios nas redes sociais oferecendo empregos, incluindo vagas para operador de máquinas, motorista, piloto e cozinheiro.¹³⁵

Assim como em Yapacana, na Venezuela, a moeda na Terra Yanomami é o ouro. Barqueiros que transportam garimpeiros em trechos longos e difíceis de navegar do Uraricoera ganham 10 gramas por passageiro.¹³⁶ Bares, bordéis e cantinas foram se instalando ao longo do rio e em torno de pontos de garimpo.

No Brasil, os “donos” das minas controlam todas as estruturas comerciais, logísticas e de acampamento no rio Uraricoera.¹³⁷ Um exemplo dos chamados donos de mina é Dona Iris, presa em junho de 2022 acusada de posse ilegal de armas. Um depoimento relatado pelo jornal O Globo informa que a mulher de 55 anos usava propriedades em Alto Alegre, município no nordeste de

Roraima, para transportar suprimentos e pessoas aos sítios de garimpo, usando escolta armada.¹³⁸ De acordo com relatório da Hutukara Associação Yanomami e do ISA, Dona Iris ordenou ataques a aldeias Yanomami ribeirinhas em retaliação ao bloqueio das operações de garimpo.¹³⁹

Os proprietários dos garimpos cobram taxas pelo acesso a portos improvisados. Eles extorquem os garimpeiros e taxam a venda de álcool e outros produtos. A prostituição e a venda de drogas também estão sob seu controle.¹⁴⁰ Mulheres venezuelanas que atravessam a fronteira foram atraídas para sítios de garimpo e exploradas sexualmente.¹⁴¹ Uma mulher contou à Folha de São Paulo que foi traficada por uma cafetina que a convenceu a ir a um garimpo, onde foi estuprada.¹⁴²

A crescente atividade ilegal atraiu criminosos mais perigosos para a região e abriu caminho para eles entrarem no comércio ilícito do ouro. Um vídeo gravado em 2021 mostra uma quadrilha armada em uma lancha de alumínio navegando em alta velocidade pelo rio Uraricoera.¹⁴³ No vídeo, os homens, alguns deles encapuzados, carregam pistolas e espingardas. A câmera então se volta para um homem vestido com uma camiseta vermelha, boné e uma grossa corrente de ouro pendurada no pescoço com um pingente de coroa.

“Que negócio de índio mandar aqui? Quem manda aqui é nós, porra! Vai ver como funciona o bagulho. Olha [indicando as armas], fazer a guerra neguinho (sic).”¹⁴⁴

Um dos homens do barco, preso posteriormente, era um foragido ligado ao PCC.¹⁴⁵ Acusado de tráfico de drogas em 2013, Janderson Edmilson Cavalcante Alves escapou de uma prisão em Roraima e fugiu para a Venezuela, onde foi relacionado a um roubo de 100 fuzis de um quartel do Exército, ocorrido em 2019.¹⁴⁶

Para escapar das autoridades venezuelanas, o homem de 30 anos se escondeu na região da fronteira com o Brasil, onde traficava drogas e servia como mercenário para operações

de garimpo. A prisão de Alves, que disse às autoridades ser ligado ao PCC,¹⁴⁷ mostra a presença da facção no garimpo em território Yanomami.¹⁴⁸

Chefe da Divisão de Inteligência e Captura do Sistema Prisional de Roraima, Roney Cruz disse à imprensa local que membros do PCC atuam nas minas. Em investigação do UOL, Cruz afirmou que a quadrilha tinha até um barco atracado no Uraricoera que chamavam de “funerária”, usado em missões que envolviam mortes.¹⁴⁹

Faz sentido que o PCC tenha algum tipo de apoio nos pontos de garimpo, dada a quantidade de atividades criminosas que ocorrem lá e a força crescente da facção em Roraima e no restante da Amazônia brasileira.

A investigação do UOL vai além, alegando que o líder da quadrilha, Endson da Silva Oliveira, vulgo “Bebezão”, e seu irmão, Emerson, estruturaram as atividades do PCC ao longo do Uraricoera. Mortos em dois tiroteios, os irmãos tinham um cúmplice que foi encontrado com equipamentos de mineração em sua casa.¹⁵⁰

Não está claro, contudo, se o PCC tem apenas alguns membros que encontraram oportunidades nos garimpos fora-da-lei ou se integrantes da facção também se infiltraram nos altos escalões das operações de mineração ilegal.

O que está claro é que, diante da ausência do Estado, criminosos agiram impunemente em território Yanomami por anos. Apesar de ser o território indígena com o maior número de operações da Polícia Federal, essas operações não têm se mostrado efetivas.¹⁵¹ A polícia garante que muitas operações não aconteceram por falta de apoio logístico do Exército e de outras instituições federais.¹⁵² Outro posto de segurança do governo, conhecido como Base de Proteção Etnoambiental (Bape), que controlava o acesso ao rio Uraricoera, foi desativado há vários anos.¹⁵³

Alguns Yanomami têm buscado se proteger da invasão de garimpeiros ilegais.¹⁵⁴

Em 2021, os Yanomami do Palimiú fizeram uma barricada no Uraricoera e pararam uma lancha cheia de garimpeiros. Jovens Yanomami levaram cerca de mil litros de combustível antes de virarem o barco. Suas ações foram uma retaliação ao afogamento de uma criança, atropelada por um barco de mineração, segundo relatório da Hutukara Associação Yanomami e do ISA.¹⁵⁵

Ao longo de vários meses, pistoleiros em lanchas navegaram pelas aldeias ribeirinhas de Palimiú disparando com armas automáticas. A ameaça de violência contra os indígenas continua.¹⁵⁶

Em sua carta às autoridades de outubro de 2022, o líder Yanomami Kopenawa disse que um garimpeiro conhecido como “Brabo” havia recentemente alertado a comunidade de Palimiú para que “não se opusessem ao garimpo instalado na região se não quisessem que se repetissem os episódios de ataques de 2021.”¹⁵⁷

Brasil combate garimpo de ouro na Terra Yanomami

A impunidade desfrutada por garimpeiros e organizações criminosas na Terra Yanomami pode estar diminuindo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse com ambições de reverter a abordagem destrutiva ao meio ambiente de seu antecessor, Jair Bolsonaro.

No primeiro mês de mandato, Lula visitou o estado de Roraima e a Terra Yanomami.

“Mais que uma crise humanitária, o que vi em Roraima foi um genocídio. Um crime premeditado contra os Yanomami, cometido por um governo insensível ao sofrimento do povo brasileiro”, tuitou Lula.¹⁵⁸

Em janeiro de 2023, o ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou a intenção de abrir uma investigação da Polícia Federal sobre os crimes sofridos pelos Yanomami, incluindo genocídio.¹⁵⁹

Ao mesmo tempo, Lula desferiu um duro golpe à mineração ilegal em terras Yanomami.¹⁶⁰ Em fevereiro de 2023, agentes armados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e da Funai realizaram uma operação na reserva Yanomami para expulsar milhares de garimpeiros que atuavam no território.¹⁶¹ Helicópteros, pistas de pouso ilegais, maquinário pesado, combustível e armas foram apreendidos ou destruídos.¹⁶²

A Aeronáutica controlará o espaço aéreo que até recentemente não era patrulhado.¹⁶³ Um sistema de radar móvel permitirá a interceptação de voos na área, enquanto a Marinha fará o patrulhamento dos rios.¹⁶⁴

Para evitar operações do Estado, garimpeiros estão cruzando as fronteiras de Venezuela e Guiana.¹⁶⁵ Embora essa seja uma pequena vitória para a defesa do território Yanomami, as operações também estão criando um “efeito balão”, similar ao visto no combate ao narcotráfico, ao deslocar garimpeiros para outras regiões de garimpo na Bacia Amazônica.

Aeronaves de pequeno porte e pistas de pouso clandestinas alimentam o garimpo na Amazônia brasileira

É fácil detectar os helicópteros e pequenos aviões usados nas operações do garimpo. Todos os assentos, exceto o do piloto, são retirados da aeronave e substituídos por prateleiras de metal e compensado para acomodar containers de gasolina.¹⁶⁶ O combustível é levado aos pontos de garimpo para ser usado em motores elétricos, motosserras e máquinas de escavação.

As frotas pousam em uma colcha de retalhos em expansão formada por pistas de pouso próximas a operações de garimpo localizadas na Amazônia brasileira.¹⁶⁷ A maioria delas ocupa um espaço pouco maior do que uma

trilha aberta na floresta. Algumas são pistas de terra pré-existentes, originalmente construídas para levar remédios e profissionais de saúde às comunidades indígenas.¹⁶⁸

Uma investigação do New York Times examinou milhares de imagens de satélite obtidas em 2016 e encontrou 1.269 pistas de pouso não registradas na Amazônia brasileira. Um total de 61 pistas estavam localizadas na Terra Yanomami.¹⁶⁹

Essas pistas têm sido outra porta de entrada para o território Yanomami.¹⁷⁰ A maioria dos voos parte de Boa Vista (RR), cidade localizada mais ao leste da fronteira entre Brasil e Venezuela.¹⁷¹

O negócio do ouro ilegal em Boa Vista

Próximo de Boa Vista, o aeroporto de Barra do Vento é o principal terminal de voos que entram e saem da Terra Yanomami.¹⁷²

Os pilotos chegam lá em busca de trabalhos arriscados, que podem render grandes pagamentos em ouro, segundo o site Repórter Brasil.¹⁷³ Eles sobrevoam a floresta em aviões, sobretudo monomotores, pequenos e velhos, navegando pelo labirinto de pistas de terra. Alguns já caíram na floresta e nunca mais foram vistos.¹⁷⁴

Proprietários de empresas de transporte aéreo estão entre os principais envolvidos no garimpo e na lavagem do ouro.

Duas figuras se destacam como exemplos desse nexos ilícito. Valdir José do Nascimento, conhecido como Japão, é acusado de possuir uma frota de aeronaves usadas para transportar alimentos, combustível e equipamentos para as áreas de extração e levar o ouro ilegalmente extraído para outras regiões para fins de comercialização, segundo o Ministério Público Federal.¹⁷⁵ Em uma única semana, foram feitos cerca de 20 voos para as áreas de garimpo com aviões pertencentes a Nascimento, segundo o Repórter Brasil. Cada

voo custou em média 10 a 12 gramas de ouro, afirmaram os promotores. Em apenas uma semana, a “organização criminosa auferia lucro de cerca de R\$ 200 mil”, ainda segundo os promotores.¹⁷⁶

Nascimento é o proprietário registrado de sete Cessnas monomotores da década de 1970 e de um avião bimotor de nove lugares. Os promotores o qualificaram como o “maior fomentador da atividade garimpeira ilícita na Terra Indígena Yanomami”, segundo o Repórter Brasil.¹⁷⁷

O piloto e empresário da aviação Rodrigo Martins de Mello também está sendo investigado por envolvimento com o garimpo ilegal.¹⁷⁸ Ele foi indiciado em dezembro de 2022 por extração de minérios sem autorização e formação de organização criminosa, além de outros crimes, conforme denúncia apresentada na Justiça Federal.¹⁷⁹

Defensor declarado dos interesses do garimpo e candidato a deputado nas eleições de 2022 pelo Partido Liberal (PL), mesmo partido de Bolsonaro, Mello teve helicópteros apreendidos durante uma operação em sua empresa de táxi aéreo e perfuração, com sede próxima de Boa Vista.¹⁸⁰ Ambas as empresas são objeto de uma investigação policial de uma rede de garimpo maior que movimentou mais de 200 milhões de reais ao longo de dois anos, segundo os promotores.¹⁸¹

Mello negou as acusações de envolvimento com o garimpo, dizendo que “há muita informação fantasiosa”.¹⁸²

Apesar de se enrolar na bandeira do Brasil em comícios, Mello, também conhecido como Rodrigo Cataratas, não foi eleito. Mesmo após a derrota – um alívio para os ativistas dos direitos indígenas, que temiam que sua eleição lhe concedesse imunidade –, Mello seguiu lutando pelos interesses do garimpo.¹⁸³

Em entrevista à Folha de S. Paulo, Mello prometeu levar “a mensagem da necessidade de solucionar esse conflito entre garimpeiros e órgãos federais”, e caracterizou os garimpeiros

como vítimas de “abuso de autoridade por parte dos órgãos federais”.¹⁸⁴

Cerca de um mês após as eleições de 2022, a Justiça Federal ordenou a prisão do filho dele, Celso Rodrigo de Mello. O mandado alegava o envolvimento de Celso em transações suspeitas e na queda de um helicóptero que vitimou duas pessoas.¹⁸⁵

A estrutura das redes de lavagem de ouro

O centro de Boa Vista abriga a “Rua do Ouro”, onde dezenas de pequenas joalherias e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMs) – entidades autorizadas pelo Banco Central a comprar e vender ouro de garimpo no Brasil – compram abertamente ouro ilegal extraído de terras Yanomami e outras partes da Amazônia.¹⁸⁶ As portas são coloridas, com seguranças protegendo as entradas. A maioria das lojas não tem vitrines. Segundo repórteres do site Amazônia Real que visitaram a Rua do Ouro e falaram com um ourives, o ouro é vendido em grãos ou pepitas para ser posteriormente refinado.¹⁸⁷

Garimpeiros, motoristas, cozinheiros e qualquer pessoa com ouro para vender usam as lojas. Os pilotos entregam grandes quantidades de ouro em nome de operadores de garimpos ilegais.¹⁸⁸

As lojas servem como o primeiro elo na cadeia da lavagem ou esquentamento do ouro. O minério, contudo, deve ser transportado para outro lugar do país para comercialização e eventual exportação. Conforme a Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável pela concessão e fiscalização de licenças para mineradores, não há garimpo legalizado em Roraima.¹⁸⁹

A mistura de ouro ilegal e legal para exportação é frequentemente feita por redes afiliadas a corretoras designadas e DTVMs.¹⁹⁰

De acordo com um estudo do Instituto Escolhas, que investiga as empresas envolvidas na lavagem de ouro ilegal no Brasil, as quatro maiores DTVMs comercializaram cerca de 90 toneladas de ouro de 2015 a 2020, o equivalente a cerca de um quinto da produção do país. A maior parte – cerca de 79 toneladas (valendo cerca de 3,8 bilhões de dólares à época) – era de origem suspeita.¹⁹¹

Algumas das maiores DTVMs costumam controlar toda a cadeia do ouro, a começar pelos títulos e permissões de mineração. As empresas associadas à DTVM incluem aquelas envolvidas em levantamentos geológicos, extração, compradores de ouro em vários estados e refino.¹⁹²

Até agora as DTVMs podiam facilmente evitar a responsabilidade ao comprar ouro ilegal da Amazônia. Promulgada em 2013, a Lei nº 12.844 – que regulamenta a compra, a venda e o transporte de ouro – exige que os vendedores, e não os compradores, provem que o ouro tem origem legal.¹⁹³ Os vendedores autodeclararam as fontes do ouro, fornecendo cópias dos números das licenças de mineração, disse Rodrigues.

Qualquer um pode dizer “o ouro saiu dessa área, com a permissão de mineração X, e ninguém vai verificar”, disse Rodrigues. “As DTVMs e lojas ficarão com esses formulários, e tudo é considerado de boa-fé.”

Em abril de 2023, no entanto, o Supremo Tribunal Federal contestou o princípio da “boa-fé” e concedeu liminar para suspender a prática, obrigando o estabelecimento de uma nova política regulatória. A decisão reforça os esforços do atual governo para reprimir o garimpo de ouro em terras indígenas e outras áreas de proteção ambiental.

Donos de DTVMs, familiares e associados são acusados de envolvimento com o garimpo ilegal.

O Ministério Público Federal tem ido atrás das DTVMs. Em agosto de 2021, promotores entraram com uma ação civil contra a FD'Gold, a Carol DTVM e a OM DTVM, três das maiores empresas desse tipo, acusando-as de despejar 4,3 toneladas de ouro ilegal nos mercados nacional e internacional ao longo de dois anos.¹⁹⁴ A ação pede a suspensão de suas operações e multa de 10,6 bilhões de reais por danos sociais e ambientais.

Uma DTVM foi acusada de orquestrar uma vasta rede que esquentava ouro do território Yanomami.¹⁹⁵ A rede veio à tona após uma operação policial em 2015 que desmantelou uma operação com cerca de 600 garimpeiros que extraíam ouro no limite norte da reserva.¹⁹⁶ Segundo a polícia e o Ministério Público, mais de 20 lojas de ouro de Boa Vista recebiam o minério produzido ilegalmente, que era refinado e enviado a 30 mineradoras legalizadas de propriedade da DTVM nas cidades de Manaus (AM); Itaituba e Santarém (PA); e Porto Velho (RO).¹⁹⁷ Documentos foram falsificados para indicar que o ouro seria oriundo de minas legais em três estados. As mineradoras também fundiram o ouro em barras de 250 gramas que foram enviadas a uma DTVM.¹⁹⁸

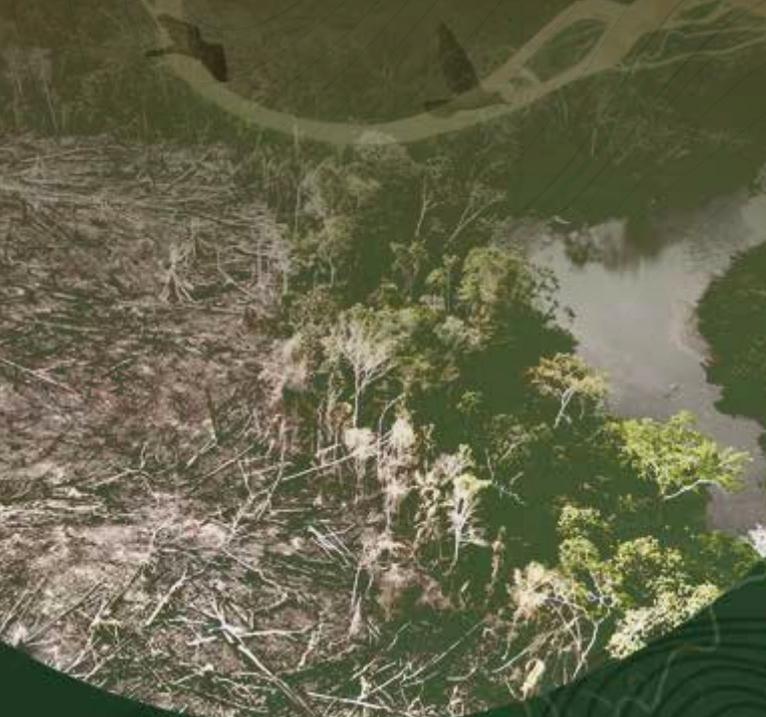
Através da rede, a DTVM recebia cerca de duas toneladas de ouro por ano, segundo o chefe de uma unidade regional de combate ao crime organizado entrevistado pelo site Amazônia Real. A DTVM acusada, no entanto, nunca foi identificada publicamente.¹⁹⁹

Desde que tomou posse, Lula lançou uma cruzada para fortalecer a legislação frouxa que facilita o esquentamento ou lavagem de ouro. Um dos primeiros passos é a introdução da Resolução nº 129 da ANM, órgão responsável pela fiscalização de atividades de mineração no país.²⁰⁰ Com a implementação dessa resolução, os compradores de ouro agora precisam dispor de sistemas que comprovem a legalidade do ouro extraído.²⁰¹

TRÁFICO DE MADEIRA

COLOMBIA

PERU



TRÁFICO DE MADEIRA

A floresta outrora intocada agora sente as mãos predatórias dos traficantes de madeira nas duas regiões amazônicas de tríplice fronteira.

Madeireiros ilegais agora ocupam o norte da Amazônia brasileira. Conforme estudo de 2019 que analisou a extração ilegal de madeira na Floresta Nacional de Anauá, madeireiras e serrarias estão se mudando dos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia para Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. A região passou a ser vista como uma “um El Dorado madeireiro”, graças às grandes extensões de floresta, ao baixo custo da terra e à falta de controle sobre o desmatamento e a exploração madeireira, segundo os autores do estudo.²⁰²

A extração ilegal de madeira nas regiões de tríplice fronteira é mais intensa na Amazônia peruana, onde uma operação multinacional com muitos tentáculos tem como alvo espécies de madeira de alto valor, como epená (*Virola calophylla*), cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*) e cedro-cheiroso (*Cedrela odorata*). As árvores são derrubadas, transformadas em pranchas e, em algum momento, são exportadas. O processo inclui a legalização da madeira por meio de licenças de extração e transporte, serrarias e corretores antes do envio a capitais como Bogotá e Lima ou para mercados internacionais como a China.²⁰³

Uma cidade construída sobre a madeira na tríplice fronteira

Aninhada em uma curva do rio Javari, perto da fronteira com a Colômbia e o Brasil, a cidade de Islândia, no Peru, está situada em um canto ideal para receber carregamentos de madeira.

“Em Islândia há serrarias gigantes”, disse um membro da comunidade indígena Fray Pedro, localizada no Peru. “Os madeireiros da região levam muita madeira para processar em Islândia.”²⁰⁴

Determinar a origem dessa madeira recém-processada é difícil.²⁰⁵ As serrarias usam vários meios para camuflar suas atividades ilegais, inclusive falsificando registros de entrada e saída da madeira de suas instalações.²⁰⁶

Parte do material processado em Islândia é levado para Leticia, na Colômbia, a 45 minutos de barco. As remessas são pequenas – avaliadas em menos de mil dólares cada – para evitar impostos de importação. Segundo relatório de 2019 da Environmental Investigation Agency (EIA), organização britânica que estuda crimes ambientais, cerca de 250 famílias da cidade colombiana vizinha de Puerto Nariño compram madeira de serrarias de Islândia.²⁰⁷

A cadeia madeireira na tríplice fronteira entre Peru, Colômbia e Brasil



1. São derrubadas espécies valiosas de madeira.



2. A madeira é transportada por via fluvial, mediante alvarás de transporte, até as serrarias da região, a maioria delas localizadas na localidade peruana de Islândia.



3. Nas serrarias a madeira é cortada em tábuas, vigas e tábuas, processo conhecido como transformação primária. O processamento secundário também pode ocorrer, onde é embutido em portas, mesas e pisos.



4. A madeira processada vai parar em cidades como Bogotá, na Colômbia ou Lima, no Peru. Também é vendido nos mercados internacionais dos Estados Unidos e China.



insightcrime.org

Maio 2023

Fontes: Trabalho de campo da InSight Crime e Agência de Investigação Ambiental (EIA)

As importações de madeira devem ser autorizadas pela Autoridade Nacional de Licenças Ambientais da Colômbia (ANLA), que atesta se a procedência do material é legal. A investigação da EIA, no entanto, constatou que a ANLA não havia autorizado nenhuma importação de madeira para Leticia entre 2015 e 2019, muito embora quase 10 mil metros cúbicos de pranchas tenham chegado à cidade nesse período. As pequenas remessas podem ter como objetivo evitar não apenas tributações, mas também o controle da ANLA. Grande parte da madeira importada para a Colômbia não é declarada, segundo relatório da EIA.²⁰⁸

Um relatório de 2012 do Banco Mundial revelou que cerca de 80% da madeira do Peru foi extraída ilegalmente.²⁰⁹ O ex-diretor do Organismo de Supervisão de Recursos Florestais e Fauna Silvestre do Peru (Osinfor) – entidade que supervisiona e controla o uso florestal e de animais silvestres –, Rolando Navarro confirmou que isso segue acontecendo.

Patrones madeireiros exploram comunidades indígenas

Os *patrones*, patrões da madeira visam comunidades indígenas no Peru por sua capacidade de obter licenças e concessões para extrair madeira em suas terras.²¹⁰ Os patrões prometem empregos e renda para as comunidades, mas muitas vezes entregam apenas exploração.

No Peru, a madeira é extraída sob a proteção de autoridades ambientais por meio de concessões florestais e licenças de exploração.²¹¹ Planos operacionais anuais (POAs) deveriam controlar as atividades, mas acabam acobertando a madeira extraída ilegalmente, pois as informações nesses planos podem ser falsificadas e com frequência não são verificadas.²¹²

Um especialista florestal peruano, que falou sob anonimato por questões de segurança, disse que as comunidades indígenas Matsés em Loreto se arrependeram de seus acordos comerciais com um suposto patrão madeireiro chamado Teodulfo Palomino Ludeña.

Em 2013, Palomino abordou a comunidade indígena Matsés de Fray Pedro, próxima à fronteira com o Brasil, apresentando-se como comerciante de madeira e oferecendo trabalho e auxílio econômico, inclusive ajudando jovens a terem acesso ao ensino superior, afirmou um membro da comunidade de Fray Pedro, que falou sob anonimato por temer represálias.²¹³

A comunidade de Fray Pedro concordou em negociar com Palomino.²¹⁴ Em novembro de 2013, os indígenas assinaram um “contrato exclusivo de fornecimento e comercialização” com ele e sua empresa, a Lanc Forest SAC, o que lhe permitiu explorar ativamente o território da comunidade, segundo documentos do Ministério Público de Loreto.²¹⁵

Em 2019, surgiram suspeitas sobre Palomino quando agentes do Osinfor inspecionaram planos de manejo, e o madeireiro demonstrou nervosismo. “Não entendíamos porque ele estava ficando tenso se era para estar fazendo tudo certo”, disse um integrante da comunidade de Fray Pedro. “E ele nos pediu para não deixar o Osinfor entrar para fiscalizar.”²¹⁶

Palomino estava preocupado com árvores de pé que deveriam ter sido cortadas, disse outro membro da comunidade Fray Pedro. Essas árvores haviam sido registradas no plano de manejo florestal como se tivessem sido extraídas. Ao vê-las ainda em pé, os fiscais do Osinfor suspeitariam de inconsistências nas informações do plano de manejo.

Logo depois, líderes comunitários tomaram conhecimento de uma longa lista de irregularidades, incluindo a suposta extração de volumes excessivos de madeira e o uso do plano de manejo da comunidade para lavar madeira extraída ilegalmente.²¹⁷

Palomino também teria adulterado livros contábeis da comunidade, falsificando assinaturas de lideranças.

“Palomino queria nos tirar mais de 80 mil hectares de terra e disse que supostamente estávamos doando o território para ele”, acrescentou o integrante da comunidade.

O livro contábil, segundo a população local, havia desaparecido.

Palomino não extrai mais madeira no território de Fray Pedro, mas a comunidade continua sofrendo as consequências de suas ações. Autoridades florestais multaram a comunidade em quase 200.000 soles (cerca de 50 mil dólares) por violações. Além disso, a licença para extração de madeira da comunidade e a aprovação de outros planos de manejo no território foram suspensas.²¹⁸

Madeira ilegal “lavada” na capital amazônica do Peru

Os principais clientes das serrarias da Islândia estão em Iquitos, no Peru, capital do imenso departamento amazônico de Loreto. Iquitos é um importante ponto de trânsito e processamento de madeira, e os intermediários nas cadeias produtivas da madeira são conhecidos por “esquentar” madeira ilegal.²¹⁹

Promotores peruanos acusaram Elizabeth Lazares de La Cruz, chefe de uma empresa madeireira com sede em Iquitos, de estar envolvida em uma enorme rede de tráfico conhecida como “Los Duros del Amazonas”.²²⁰

De acordo com a documentação do tribunal analisada pelo Ojo Público, Lazares de La Cruz teria usado a empresa para lavar madeira de origem ilegal da Amazônia peruana, inclusive do departamento fronteiriço de Loreto.²²¹

Ex-diretor do Osinfor, Navarro considera Lazares uma corretora e disse que ela tinha contatos no governo regional de Loreto e em serrarias locais. Lazares também tinha os documentos necessários para fazer a madeira ilegal parecer legal e depois vendê-la para contatos em Lima e no exterior.²²²

“Ela confere o produto no campo e garante o atendimento das solicitações das empresas”, afirma Navarro. “Ela está fazendo o trabalho braçal e é quem está sujando os sapatos.”²²³

COCA E TRÁFICO DE DROGAS



COCA E TRÁFICO DE DROGAS

A floresta amazônica e a bacia hidrográfica compartilhada por Peru, Colômbia e Brasil fornecem uma cobertura ideal para o cultivo e processamento da coca. Como resultado, surgiu ali uma cadeia de tráfico de cocaína – que começa com a coca cultivada no Peru. A infraestrutura criminosa criada para alimentar esse comércio também protege e promove crimes ambientais, como desmatamento, tráfico de madeira e a mineração ilegal de ouro. As áreas remotas têm pouca presença do Estado, e a densa folhagem torna atividades ilícitas e grupos armados praticamente invisíveis.

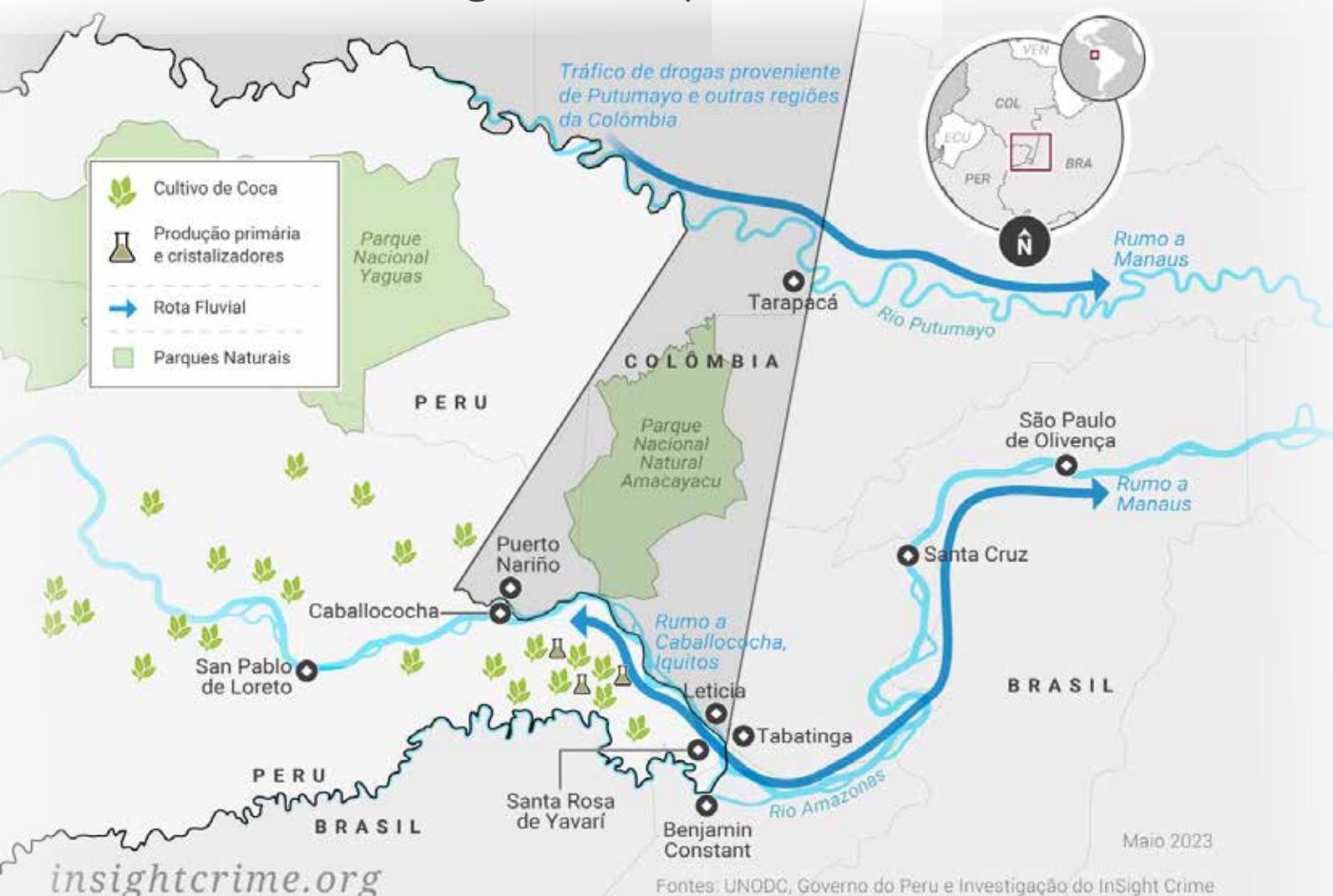
A tríplice fronteira onde Colômbia, Brasil e Venezuela se encontram mantém seu papel de longa data como corredor da cocaína.²²⁴

Embora não seja conhecido como um centro de produção de drogas, o lado venezuelano pode estar oferecendo novos cultivos de coca.

Um piloto em Puerto Ayacucho, cidade no estado venezuelano do Amazonas, disse ter observado o cultivo de coca nos municípios de Autana e Maroa, no noroeste do país.²²⁵

Embora o piloto não tenha fornecido mais detalhes sobre o cultivo naquela região, a coca tem aparecido cada vez mais ao longo da fronteira da Venezuela com a Colômbia, conforme investigação do InSight Crime de 2022.²²⁶

Tráfico de drogas na tríplice fronteira



Uma explosão do cultivo de coca na Amazônia peruana

Até poucos anos atrás, a região da tríplice fronteira do Peru era relativamente livre de coca. Atualmente, criminosos estão limpando a rica e verdejante floresta tropical ao longo do rio Amazonas, e abrindo caminho para o cultivo ilícito.

A cultura da coca na Amazônia peruana começou mais ao sul da tríplice fronteira, no Vale do Alto Huallaga, que se estende por 322 quilômetros ao longo do rio Huallaga, no centro do Peru.²²⁷ No início da década de 2010, o cultivo em massa para o comércio de cocaína deslocou-se para o sul – Vale de Apurímac, Ene e Vale do rio Mantaro –, uma região de selva montanhosa ligeiramente maior que Porto Rico, conhecida por sua sigla em espanhol, VRAEM.²²⁸

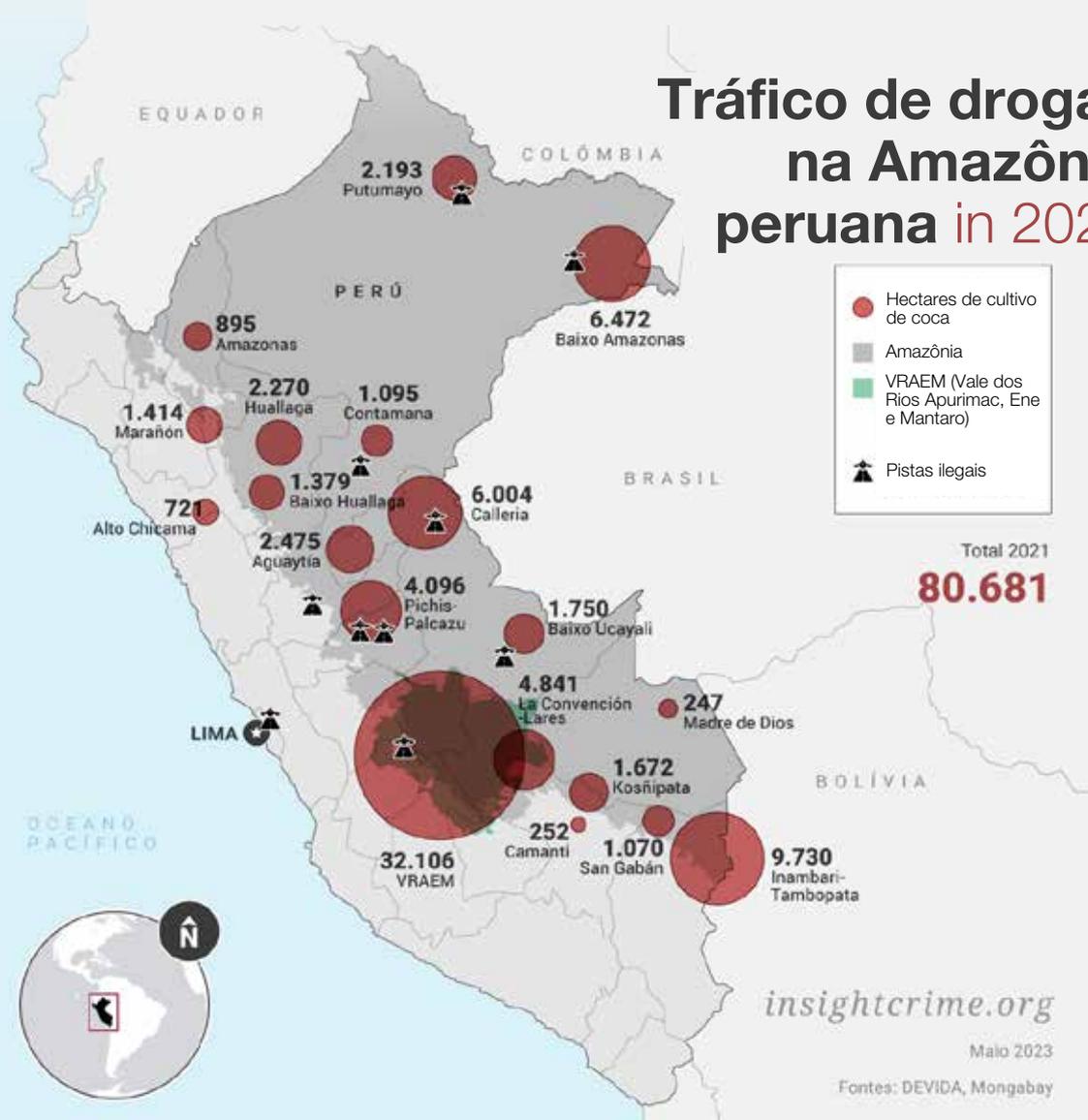
Ao longo de uma década, uma facção da guerrilha Sendero Luminoso²²⁹ se escondeu na região de VRAEM, garantindo plantações de coca e transportando cocaína em nome de diferentes clãs.²³⁰ O governo tentou erradicar a coca na região, mas obteve pouco êxito. A presença militar, entretanto, parece ter empurrado o cultivo de coca para outras partes do país, especialmente para a floresta amazônica ao longo da tríplice fronteira do Peru com Colômbia e Brasil. Anteriormente, o cultivo de coca era mínimo na região.

Loreto, o imenso departamento que abrange mais da metade da Amazônia do país, registrou apenas 12% da coca cultivada no Peru em 2004.²³¹ Em 2012, a província de Mariscal Ramón Castilla, em Loreto, que faz divisa com Colômbia e Brasil, registrou 440 hectares de coca em 2012.²³² Já em 2020, a área ocupada por plantações de coca na região do Baixo Amazonas de Loreto – compreendendo Mariscal Ramón Castilla e as províncias vizinhas de Maynas e Requena – aumentou para 4.247 hectares, segundo relatório de 2021 do Observatório Peruano de Drogas.²³³ Em 2021, o número cresceu mais de 50%, atingindo 6.472 hectares, segundo o relatório de 2022 do Observatório.²³⁴

Segundo autoridades de segurança da Colômbia e do Peru, o cultivo de coca está aumentando na região fronteiriça peruana.²³⁵ Juan Mojica e Santos Mojica, líderes da comunidade indígena colombiana de Nazareth, a cerca de uma hora de Leticia, disseram que as plantações cultivadas no lado peruano do rio se tornaram um problema para sua comunidade.²³⁶

Inúmeros indivíduos, inclusive adolescentes em idade escolar, cruzam o rio para trabalhar como *raspachines*, trabalhadores que recebem diárias para colher e processar folhas de coca, afirmaram os líderes comunitários.²³⁷

Tráfico de drogas na Amazônia peruana in 2021



Segundo investigação do jornal peruano La República, comunidades indígenas e rurais empobrecidas na província de Mariscal Ramón Castilla, no Peru, estão sendo pagas para cultivar coca.²³⁸

Os traficantes também pagam às comunidades por sacos de folhas de coca, conhecidos como “arrobos”.²³⁹ Em alguns casos, negociam com líderes comunitários pagamentos mensais em troca do acesso a seus territórios.²⁴⁰ Os livros contábeis mantidos pelas assembleias comunitárias contêm até mesmo itens de aluguel de terras de traficantes e projetos financiados por eles, de ainda acordo com a reportagem do La República.²⁴¹

Pistoleiros ligados a traficantes também invadiram terras de comunidades indígenas para instalar fazendas de coca.²⁴²

Um funcionário da prefeitura de Mariscal Ramón Castilla, que pediu anonimato por motivos de segurança, disse temer que a província

amazônica se transforme em mais um VRAEM para os traficantes.²⁴³ O cultivo de coca dobrou nos últimos quatro anos, e seus 6.362 hectares de coca representaram quase todas as plantações ilícitas no Baixo Amazonas em 2021, de acordo com o último relatório governamental sobre drogas. O Baixo Amazonas era a terceira maior área de cultivo do país.²⁴⁴

“Estamos em uma área que não é prioritária para o Estado”, afirmou. “Essa é uma das razões por trás do aumento das plantações de coca. Estamos sozinhos aqui.”

Durante anos, as autoridades peruanas concentraram seus esforços antinarcóticos no VRAEM. Elas ignoraram a tríplice fronteira, enquanto organizações criminosas se aproveitavam das características naturais da região. Suas artérias fluviais numerosas e mata densa conectam a Colômbia e o Peru – os principais países produtores de drogas – com um dos mais importantes pontos de saída internacional de cocaína, o Brasil.

Incursoes em laboratórios rudimentares na floresta, nas províncias peruanas de Putumayo e Mariscal Ramón Castilla, revelam que a coca não é apenas cultivada, mas também processada na região.

As autoridades anunciaram a apreensão de tambores de gasolina, cimento e calcário, materiais usados na produção da pasta base da cocaína.²⁴⁵

Por exemplo, uma operação em março de 2020 destruiu dois laboratórios perto do rio Orosa, a meio caminho do rio Amazonas desde Leticia.²⁴⁶ O acampamento continha meia dúzia de tanques de 2 mil litros, usados para misturar folhas de coca com solventes.²⁴⁷ Em fevereiro de 2021, 600 quilos de cocaína processada foram descobertos em um acampamento no rio Atucari, na fronteira entre Colômbia e Peru.²⁴⁸

Drogas e crimes ambientais também parecem andar lado a lado. Por exemplo, uma operação realizada em 2019 em Mariscal Ramón Castillo levou ao desmantelamento de construções de madeira para armazenar folhas de coca, cocaína e madeira ilegal.²⁴⁹

Não está claro quem controla o cultivo de coca e os laboratórios de processamento na região amazônica do nordeste do Peru.

Policiais colombianos mencionaram um grupo chamado Clan Chuquizuta. Os indígenas e as comunidades rurais de Mariscal Ramón Castilla descreveram os traficantes que os pagam em termos gerais como “narcobenfeitores”.

O cenário mais provável é que os traficantes peruanos dessa região atuem como autônomos fornecendo serviços para grupos brasileiros e colombianos.



Ao longo de trechos do rio Amazonas, no Peru, observa-se o cultivo de coca. Santa Rosa de Yavarí, Peru, agosto de 2022. Fotografia de Seth Robbins

Santa Rosa é uma pequena ilha na Amazônia pertencente ao Peru, próxima de Leticia, na Colômbia, e da cidade de Tabatinga, na fronteira com o Brasil. Lanchas longas com toldos de plástico transportam moradores de e para o píer de madeira da ilha.

Um soldado que faz guarda no porto disse que os contrabandistas evitam a ilha. Em vez disso, eles passam à noite, usando canais menores para escapar da fiscalização, afirmou.²⁵⁰

Ao norte da ilha, em um amplo trecho de rio, estão as comunidades de Gamboa e Chinería. Um alto oficial militar do Peru, que pediu anonimato por não estar autorizado a falar, disse ter ouvido falar do cultivo de coca na região.²⁵¹

Grupos armados, rotas de drogas e crimes ambientais

O rio Amazonas e sua vasta rede de afluentes e córregos fornecem rotas de contrabando do Peru para a Colômbia e o Brasil. A debandada das FARC após 2016 acabou com a hegemonia do grupo colombiano na região, abrindo caminho para uma mistura crescente de grupos armados competindo por territórios e nós na cadeia do narcotráfico.

Os nomes dos grupos mudam em meio à fluidez desse cenário criminoso. Lealdades nacionais e políticas são amplamente irrelevantes. Alianças e inimigos se produzem facilmente. Indo cada vez mais fundo nesse canto da Amazônia para controlar os corredores das drogas, esses grupos armados expandiram sua atuação para incluir crimes ambientais, particularmente a mineração ilegal de ouro.

Durante a pandemia de covid-19, as operações de segurança do governo colombiano caíram pela metade, segundo relatório da Fundação Ideas para la Paz (FIP).²⁵² Com autoridades de Estado cada vez mais ausentes, o departamento colombiano

do Amazonas começou a ter forte presença de grupos armados, principalmente na área do rio Putumayo, segundo Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura e Meio Ambiente do departamento.²⁵³

Homens armados fecharam aldeias, confinando as pessoas em suas casas, afirmou um líder indígena que falou sob condição de anonimato por temer represálias. À noite, embarcações de todos os tamanhos, provavelmente transportando drogas, podem ser ouvidas ao longo das hidrovias de Tarapacá.

“Tem droga, tem coca”, contou a liderança indígena. “Eles estão em nosso território derrubando a mata. Invadem nossos rios para garimpar”.

A liderança indígena disse que os pistoleiros que ameaçaram sua comunidade se autodenominavam integrantes do grupo Sinaloa.²⁵⁴ Agentes de direitos humanos e um representante da Organização Nacional de Povos Indígenas da Amazônia Colombiana afirmaram que também escutaram relatos de pessoas que teriam sido ameaçadas pelo grupo Sinaloa.²⁵⁵

O nome Sinaloa parece não ter nenhuma conexão com o notório cartel mexicano. Em vez disso, foi usado às vezes por membros dos Comandos da Fronteira – uma confluência de células ex-FARC e remanescentes da organização colombiana de narcotráfico La Constru.²⁵⁶ Os Comandos da Fronteira surgiram em 2017 após a dissolução do Bloco Sul das FARC. Os membros se descreveram como contrários às injustiças cometidas pelos comandantes das FARC, incluindo não compartilhar sua riqueza com os soldados rasos.

Presença da Máfia das ex-FARC na tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil

Frente Carolina Ramirez

Filiado à facção dissidente de Néstor Gregorio Vera Fernandez, vulgo "Ivan Mordisco"

Líder



Yeison Alexis Ojeda Gilon,
vulgo "Danilo Alvizú"

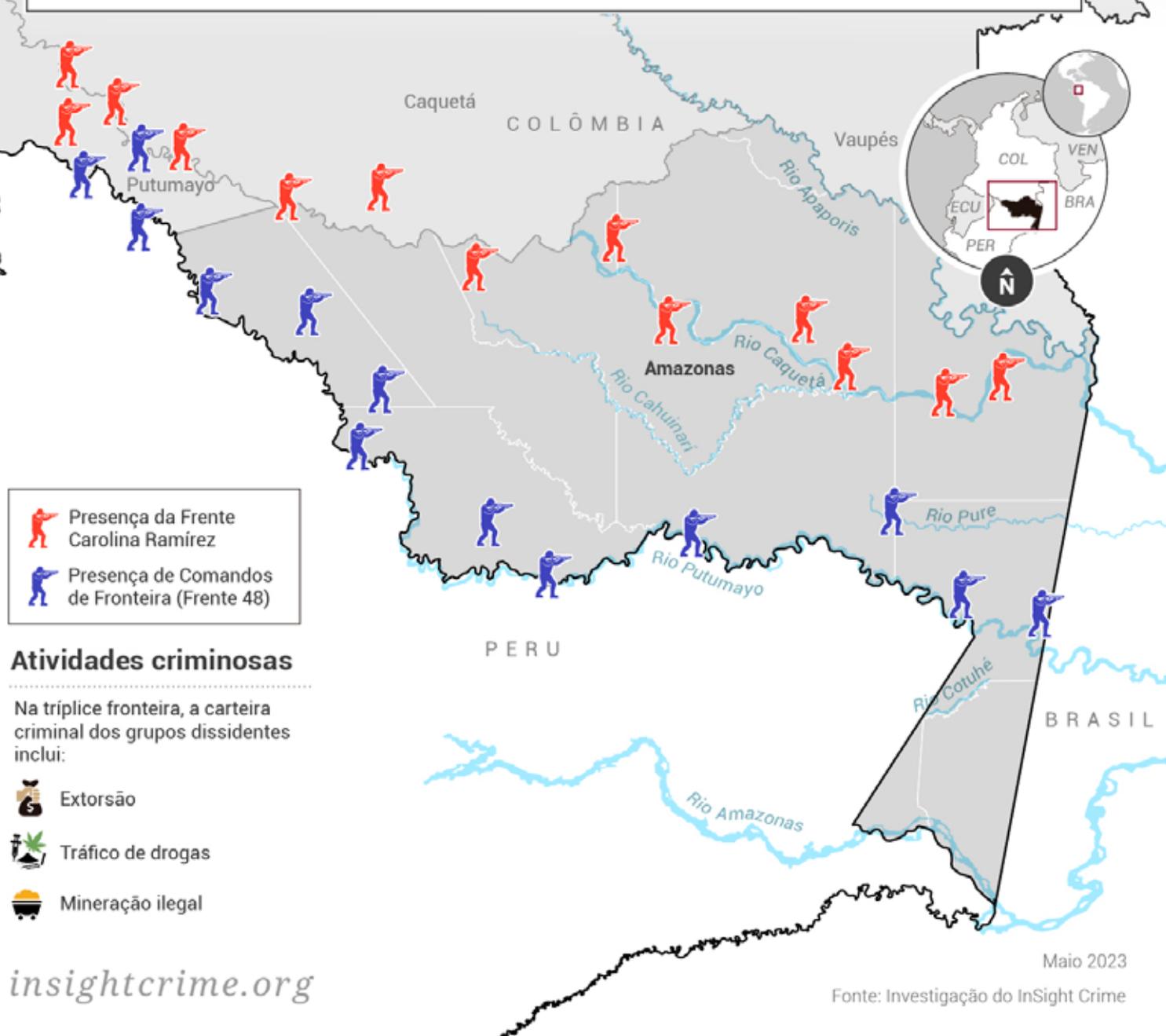
Comandos da Fronteira (Frente 48)

Filiado à facção dissidente da Segunda Marquetalia, liderada por Luciano Marin, conhecido como "Ivan Marquez"

Líder



Giovanni Andrés Rojas,
vulgo "Araña"



De acordo com um relatório do *think tank* A la Orilla del Río, que estuda a região amazônica colombiana, os Comandos da Fronteira aceitam “todos os tipos de combatentes, independentemente de sua origem e história na luta armada”. Os soldados de infantaria recebem 2 milhões de pesos (cerca de 450 dólares) por mês, o dobro do salário mínimo colombiano.²⁵⁷

“Ninguém sabia o que eles faziam com todo aquele dinheiro”, afirmou o membro aos investigadores. “Aqui decidimos que esses recursos vão para quem está na luta.”

Os Comandos da Fronteira, que os militares colombianos apelidaram de “estrutura residual 48”, controla grande parte do corredor ao longo do rio Putumayo, segundo autoridades. A influência do grupo se estende até o departamento colombiano de Nariño, um importante centro de produção e tráfico de cocaína, via Putumayo.²⁵⁸

Com cerca de 300 homens, a extensão da influência dos Comandos da Fronteira no interior do departamento colombiano do Amazonas não é clara.

O agente de direitos humanos que trabalha com comunidades no Amazonas disse que o grupo opera mais como um clã paramilitar do tráfico, ampliando seu alcance à medida que recruta grupos menores e faz alianças com grupos brasileiros. O controle social e o recrutamento de jovens fazem parte de seu *modus operandi*.²⁵⁹

“Eles tomam todas as decisões sobre essas comunidades”, disse o agente de direitos humanos.

O crime organizado brasileiro entra na Amazônia

A frágil cooperação governamental transfronteiriça e a falta de controle alfandegário e de migração na tríplice fronteira Colômbia-Peru-Brasil a tornaram um ímã para as quadrilhas de traficantes do Brasil, que alimentam o maior mercado doméstico de narcóticos da América Latina e a via da cocaína para a Europa.

No porto de Tabatinga (no estado brasileiro do Amazonas), pichações com os nomes “Os Crias” e “Voz Da Morte” sinalizam quais são os grupos dominantes. Os Crias são aparentemente uma nova gangue da qual pouco se sabe. Uma reportagem de julho de 2020 em A Crítica, veículo que cobre o estado do Amazonas, afirma que o grupo é uma facção da Família do Norte (FDN)²⁶⁰ e também aliado do PCC.²⁶¹



Pichações com nomes de gangues no porto de Tabatinga. Tabatinga, Brasil, agosto de 2022. Fotografia de Seth Robbins

Autoridades colombianas confirmaram que Os Crias se separaram da FDN, mas não mencionaram uma eventual ligação da facção com o PCC.²⁶²

Os Crias parecem ter deslocado a Família do Norte em Tabatinga nos últimos três anos. Acredita-se que o grupo controle as vendas de drogas nas ruas da tríplice fronteira. A facção também está por trás de um ataque armado ao único banco na ilha de Santa Rosa, no Peru, e a uma série de assassinatos no Brasil e na Colômbia.²⁶³

O envolvimento mais amplo da facção no tráfico de drogas não está claro. A reportagem do A Crítica afirma que Os Crias têm feito alianças com grupos colombianos e peruanos para controlar o tráfico na região e afastar o Comando Vermelho, principal rival do

PCC. Presidente da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio Lima publicou em 6 de junho de 2022 um tuíte afirmando que Os Crias estão tentando controlar o Vale do Javari no Brasil, uma grande faixa de floresta tropical localizada ao longo da fronteira peruana.²⁶⁴

Embora o novo grupo só possa controlar o importante corredor de drogas se formar alianças com traficantes poderosos e grupos criminosos maiores, sua possível disseminação no Vale do Javari é alarmante.

A pesca ilegal, o tráfico de drogas, a extração ilegal de madeira, a mineração e a pecuária proliferaram no Vale do Javari, a segunda maior reserva do Brasil e lar de vários grupos indígenas isolados. Uma onda de piratas atacando barcos que transportam drogas na

região acrescentou uma perigosa dimensão transnacional a esses crimes ambientais.²⁶⁵

O Vale do Javari é onde o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista Bruno Araújo Pereira foram assassinados em junho de 2022, enquanto trabalhavam em uma reportagem.²⁶⁶ Três pescadores foram presos e indiciados pelo crime – um deles confessou e levou a polícia até o local onde estavam os corpos.

Um quarto homem, Rubens Villar Coelho, que admitiu ter relações comerciais com os pescadores, também está sendo investigado. Preso sob acusação de posse de documentos falsos, Coelho – que atende pelo pseudônimo de “Colômbia”, mas é peruano – é suspeito de comandar uma operação de pesca ilegal, afirmam os promotores.

O chefe da Polícia Federal do Amazonas, Alexandre Fontes, afirmou em entrevista coletiva em Manaus que, segundo o inquérito policial, Colômbia foi o mandante dos assassinatos.²⁶⁷

“Não tenho dúvidas de que Colômbia foi o mentor”, disse Fontes.²⁶⁸

Antes dos assassinatos, Pereira investigava a pesca ilegal e foi visto fotografando a caça ilegal de pirarucu – um enorme peixe de água doce – e tracajá – tartaruga que tem a carne e os ovos consumidos por humanos. Ambas as espécies são protegidas na reserva do Vale do Javari.

De acordo com um colaborador de Pereira que sabia da investigação, um dos pescadores acusados dos assassinatos, Amarildo da Costa Oliveira, fornecia peixes e tartarugas para Coelho, enviando as carnes para mercados de peixe do outro lado da fronteira, em Leticia. A imprensa informou que moradores e investigadores também suspeitam do envolvimento de Coelho no tráfico de drogas.

RESILIÊNCIA DO ESTADO



RESILIÊNCIA DO ESTADO

Legislações nacionais deficitárias e interesses conflitantes se cruzam nas regiões de tríplice fronteira da Amazônia, e os compromissos para proteger a Floresta mudam conforme o governo.

O ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro reduziu os esforços para combater a extração de madeira, a pecuária e a mineração ilegais como parte de uma campanha agressiva que visaria o desenvolvimento comercial da Amazônia. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma reversão total dessa postura do governo federal.

Já o ex-presidente colombiano Iván Duque (2018-2022) colocou o crime ambiental no centro de sua política de segurança, mas fez pouco quando o desmatamento disparou. O atual presidente colombiano, Gustavo Petro, considera a proteção da Amazônia um dos pilares de sua agenda.

O presidente do Peru, Pedro Castillo, por sua vez, oscilou entre afirmar que uma ação rápida é necessária para conter o desmatamento e promover o desenvolvimento econômico da região. Sua deposição e prisão após uma tentativa de dissolver o Congresso em dezembro de 2022 aumentou ainda mais o caos político no país, empurrando as preocupações ambientais ainda mais para baixo na lista de prioridades do Peru.

Por fim, o presidente venezuelano Nicolás Maduro desfez todas as proteções da região amazônica do país e está se beneficiando de sua pilhagem.

Marco legal e vontade política em cada país

Brasil

Entre os fatores mais relevantes do arcabouço legal brasileiro, destaca-se o federalismo e o papel preponderante dos Poderes Executivos, tanto em nível estadual quanto nacional. O governo Bolsonaro buscou intensamente desmontar a proteção de terras indígenas e áreas ambientais protegidas na região para permitir ou autorizar o desenvolvimento econômico e a mineração. Isso invariavelmente trouxe estradas e outros tipos de infraestrutura, que frequentemente são uma porta de entrada para crimes ambientais em larga escala na Amazônia, incluindo o desmatamento ilegal ligado à agropecuária. Lula prometeu combater a perda da cobertura florestal durante sua campanha eleitoral, em 2022. Mas sem reformas significativas que protejam a região, um futuro presidente pode reverter os esforços de Lula com facilidade.

A Amazônia brasileira, designada por lei como Floresta Amazônica, tem cerca de 500 milhões de hectares e representa cerca de 60% da floresta. Aproximadamente um terço das florestas brasileiras são demarcadas como terras indígenas. Após o fim do regime militar em 1985, a nova Constituição reconheceu os direitos dos povos indígenas às suas terras e à autodeterminação, garantindo portanto que seus interesses se sobreponham aos do governo.²⁶⁹

As Terras Indígenas do Alto Rio Negro e Yanomami, que somam 18 milhões de hectares, ocupam a maior parte das terras na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia. A do Alto Rio Negro, que abriga 23 povos, foi decretada Terra Indígena em 1998,²⁷⁰ enquanto a TI Yanomami foi decretada em 1992.²⁷¹ A invasão em massa

de garimpeiros criou um desastre ambiental e humanitário na TI Yanomami, no Brasil, e no Parque Nacional Yapacana, na Venezuela.

No território Yanomami, as três Bases de Proteção Etnoambiental fechadas pelo governo precisam ser restabelecidas. Há mais de quatro anos, um juiz federal ordenou que o governo reabra as bases, mas a medida ainda não foi concretizada. A Hutukara Associação Yanomami e o ISA pediram a criação de pelo menos três novas bases de monitoramento de rios. As empresas de transporte aéreo que facilitam o garimpo devem ser fechadas e seus proprietários processados.

A Constituição brasileira determina que qualquer busca ou exploração de recursos minerais ou hídricos pelo governo em terras indígenas só pode ocorrer após consulta a esses grupos.²⁷² Bolsonaro e legisladores aliados, no entanto, buscaram mudar os limites geográficos e/ou o status legal de terras protegidas para abri-las a projetos privados de mineração, agricultura e infraestrutura.

Em fevereiro de 2020, Bolsonaro enviou ao Congresso o projeto de lei 191/2020, que permitia a regulamentação do garimpo e de outras atividades econômicas em terras indígenas.²⁷³ Dois anos depois, o projeto foi suspenso²⁷⁴ em decorrência de forte mobilização social.²⁷⁵ Em março de 2023, o governo Lula solicitou ao Congresso que abandonasse o projeto de lei.

Legisladores locais também tentaram facilitar a regulamentação do garimpo em áreas protegidas. Em Roraima, deputados aprovaram um projeto de lei que afrouxa as regulamentações sobre o uso de mercúrio na mineração de pequena escala²⁷⁶ e outra que proíbe a destruição de equipamentos de mineração apreendidos.²⁷⁷

Críticos afirmam que a retórica e a recusa de Bolsonaro em reprimir a extração ilegal de madeira, a mineração e a pecuária estimularam o desmatamento.²⁷⁸ No governo Bolsonaro, o Ibama – responsável pela fiscalização ambiental e com poderes administrativos de sanção – teve seu orçamento e número de funcionários reduzidos.²⁷⁹

Em 2019, no primeiro ano de Bolsonaro como presidente, o desmatamento atingiu 9.178 quilômetros quadrados, quase o dobro do observado no ano anterior. Nos dois anos seguintes, a perda de floresta ficou acima de 8 mil quilômetros quadrados, e 2022 foi o pior de sua gestão, com 9.227 quilômetros quadrados desmatados de janeiro a outubro, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).²⁸⁰ Partes da Amazônia brasileira já deixaram de ser sumidouros para se tornarem emissoras de carbono.²⁸¹

“Não há segurança climática para o mundo sem uma Amazônia protegida”, disse Lula em discurso na COP27, realizada pela ONU em novembro de 2022, no Egito.²⁸² “Não mediremos esforços para zerar o desmatamento e a degradação de nossos biomas até 2030.”

Lula já foi bem-sucedido na redução do desmatamento em seus mandatos anteriores – e grande parte da comunidade internacional apoiará seus esforços.²⁸³ Após dois meses no cargo, o novo presidente iniciou sua campanha de combate ao crime ambiental. Uma força-tarefa integrada por polícias, forças armadas e órgãos ambientais foi mobilizada para expulsar garimpeiros da Terra Yanomami.²⁸⁴ A desintração dos garimpeiros da Terra Yanomami poderia aliviar as pressões que esse povo indígena sofre há anos por conta da mineração ilegal. No entanto, garimpeiros estão fugindo para a fronteira venezuelana e podem em breve chegar a outros cantos da Bacia Amazônica para continuar sua pilhagem. Criar programas alternativos de desenvolvimento nas fronteiras e fortalecer a cooperação multilateral são, portanto, essenciais para evitar que uma crise semelhante ocorra em outros territórios.

“É extremamente importante não apenas encerrar uma atividade prejudicial como a mineração ilegal de ouro ou a extração ilegal de madeira, mas também oferecer oportunidades econômicas robustas como alternativas a essa atividade”, afirmou Daniel Nepstad, presidente e diretor-executivo da organização sem fins lucrativos Earth Innovation em entrevista recente ao InSight Crime.²⁸⁵

Por exemplo, o Brasil deve fortalecer programas como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), administrado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB); fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil; e promover a inovação tecnológica no setor florestal.²⁸⁶

Lula, no entanto, também deve encontrar resistência de pessoas que atualmente vivem na Amazônia brasileira. No segundo turno presidencial de 2022, Bolsonaro venceu em oito dos 10 municípios amazônicos que mais haviam desmatado no ano anterior, segundo relatório a rede de organizações da sociedade civil Observatório do Clima.²⁸⁷

Venezuela

Desesperado para recuperar as receitas perdidas por conta das sanções às exportações de petróleo, o governo de Maduro trocou o petróleo pelo ouro e demonstra pouca vontade política para proteger o meio ambiente.

Inicialmente, Maduro tentou controlar a mineração desenvolvendo o Arco Mineiro do Orinoco (AMO), uma região em forma de meia-lua que atravessa três estados e tem o tamanho de Cuba.²⁸⁸

Criada no escopo de um novo marco para a mineração em 2016,²⁸⁹ a região rica em ouro foi o cerne do plano de Maduro para gerar novas receitas em meio a uma crise econômica crescente. Após a criação do AMO, o presidente disse que bilhões de dólares em negócios de mineração foram fechados com empresas estrangeiras.²⁹⁰

Mas a corrupção, o controle criminoso das áreas de mineração e a ameaça de sanções internacionais ao comércio de ouro venezuelano fizeram com que o apetite dos pequenos empresários internacionais desaparecesse. Nenhum projeto formal foi concretizado.

Mineradores ilegais, no entanto, invadiram o AMO e outras áreas.²⁹¹ Para supervisionar a corrida ilegal do ouro, o governo recorreu a um atoleiro de representantes, incluindo autoridades locais, grupos armados colombianos e militares da Venezuela.²⁹² O regime de Maduro e seus aliados absorvem grande parte dos recursos da mineração ilegal de ouro, segundo o Departamento do Tesouro dos EUA.²⁹³

Fundadora do SOS Orinoco, Cristina Vollmer Burelli, explicou essa dinâmica sucintamente na *Americas Quarterly*, publicação focada na América Latina.²⁹⁴ “Autoridades civis e militares que respondem a Maduro e sua camarilha controlam o acesso a combustível, mercúrio, motobombas e áreas de mineração – e lucram bastante com esse controle”, afirmou Burelli.

Em 2019, o Tesouro dos EUA impôs sanções à Minerven, mineradora estatal da Venezuela, alegando seu envolvimento em operações ilegais envolvendo ouro.²⁹⁵ A Minerven funde ouro e está totalmente ciente de suas origens ilegais, segundo um político da oposição em Bolívar que falou ao InSight Crime em 2020 sob anonimato por motivos de segurança.²⁹⁶

O ouro fundido nos fornos da Minerven é transportado para os cofres do Banco Central da Venezuela, em Caracas, de onde pode ser vendido para o exterior.²⁹⁷ O ouro venezuelano teria sido comprado pelo governo da Turquia²⁹⁸ e por entidades em Uganda²⁹⁹ e nos Emirados Árabes Unidos.³⁰⁰

Ex-diretor do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin) da Venezuela, Manuel Christopher Figuera descreveu repetidamente o sistema à imprensa como “um empreendimento criminoso” no qual Maduro, sua família e outros cúmplices usam o Banco Central para movimentar o ouro fora do país.³⁰¹

Paradoxalmente, a Venezuela promoveu alguns dos primeiros esforços para proteger suas florestas amazônicas da exploração madeireira e da mineração, estabelecendo parques e uma “vigorosa política de conservação” no estado venezuelano do Amazonas em 1978.³⁰² Naquele ano, toda a extração comercial foi proibida na Amazônia venezuelana. Em 1989, a mineração também foi proibida.³⁰³

Conforme nosso relatório anterior, “Amazônia saqueada: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos”,³⁰⁴ a Venezuela tem um arcabouço legal destinado a proteger a Amazônia. A Lei Orgânica do Meio Ambiente (2006) orienta a gestão dos recursos naturais e estabelece os direitos constitucionais para um meio ambiente seguro e ecologicamente equilibrado.³⁰⁵ O país também conta com a Lei Penal do Meio Ambiente (2012), que estabelece como devem ser tratados os crimes ambientais no país.³⁰⁶

Tais proteções, no entanto, foram minadas ou efetivamente desmanteladas pelos governos de Chávez e Maduro.³⁰⁷

Desde 2011, a Venezuela se recusa a publicar números sobre desmatamento – o país os compila, mas os mantém em sigilo, conforme entrevista de um funcionário do governo ao site Mongabay. No entanto, a ONG Observatório de Política Ecológica da Venezuela calcula que mais de um quarto das florestas do país desapareceu entre 2016 e 2020.³⁰⁸

Segundo o Global Forest Watch, entidade não-governamental que monitora florestas por meio de dados de satélite, a Venezuela teve um de seus maiores picos de desmatamento em 2021. Cerca de 54 mil hectares foram perdidos – mais que o dobro da floresta primária perdida em 2020.³⁰⁹

A Venezuela se isolou das plataformas multilaterais que promovem a cooperação na Amazônia. As relações diplomáticas com os países vizinhos também foram rompidas. Mas a recente aproximação entre Maduro e os novos presidentes de Brasil e Colômbia pode abrir uma nova era nas relações e cooperação entre a Venezuela e as duas nações.³¹⁰ Na COP27, no Egito, Maduro também pediu esforços renovados para a cooperação multilateral de proteção à Amazônia.³¹¹

Em janeiro de 2023, militares da Venezuela realizaram seis operações para destruir equipamentos utilizados na mineração ilegal no Parque Nacional Yacapana, na fronteira com a Colômbia.³¹² Mesmo com esses esforços e o anúncio de Maduro de proteger a Amazônia em meio a grupos armados e elementos estatais corruptos que lucram com a extração do ouro na região – incluindo o próprio Maduro –, seguem pairando dúvidas sobre um compromisso real do governo.³¹³

Colômbia

Desde o acordo de paz de 2016 com as FARC, o governo colombiano perdeu uma oportunidade crucial para levar instituições e forças de segurança a regiões amazônicas antes dominadas pela guerrilha, prolongando o período de terra-sem-lei de grandes áreas da floresta.³¹⁴

Em 2017, o desmatamento atingiu o recorde anual de aproximadamente 220 mil hectares.³¹⁵

Controlar o desmatamento nunca pareceu tão difícil. O ex-presidente Iván Duque prometeu cortar a taxa pela metade até o final de seu mandato de quatro anos, em agosto de 2022.³¹⁶ A perda de florestas, no entanto, saltou de cerca de 159 mil hectares³¹⁷ em 2019 para 174 mil hectares³¹⁸ em 2021 – e 2022 não parece ter sido um ano melhor. Entre janeiro e março, a perda florestal aumentou 10% em relação a 2021³¹⁹ – e especialistas afirmam que a tendência de alta provavelmente continuou.³²⁰

A Colômbia acaba de aprovar novas leis para combater crimes ambientais, mas é cedo ainda para avaliar a efetividade dessas legislações.

Em 2021, a Colômbia criminalizou o desmatamento e o financiamento da invasão de territórios ecologicamente relevantes.³²¹ As novas leis fortalecem o arcabouço legal colombiano, especificando que os patrocinadores de crimes ambientais enfrentarão duras penas.³²² Mas procuradores e forças de segurança há muito falham em desvendar as redes

por trás do desmatamento ilegal.³²³ Nos últimos anos, campanhas e intervenções militares – como a Operação Artemisa, que tentou erradicar o crime ambiental na Colômbia entre 2019 e 2022 – tiveram pouco impacto na redução do desmatamento, pois visaram desproporcionalmente agricultores e madeireiros pobres, os quais estão na base da pirâmide do crime.³²⁴

A diretora de um grupo sem fins lucrativos que trabalha com comunidades rurais pobres disse ao site Mongabay que teme que os agricultores colombianos possam ser processados cada vez mais sob as novas leis.³²⁵

Como Lula no Brasil, o presidente colombiano Petro tem falado abertamente sobre o combate ao desmatamento e a proteção da Amazônia.³²⁶ Durante a campanha presidencial, Lula prometeu conter a ocupação desordenada da Amazônia e combater as atividades ilegais que impulsionam o desmatamento, como queimadas e a compra irregular de terras para a pecuária, um veículo comum da lavagem de dinheiro do tráfico.³²⁷

Petro colocou o crime ambiental como prioridade em sua política de segurança, buscando afastar-se da “guerra às drogas” para se aproximar da proteção ambiental. Seus esforços para proteger a Amazônia, no entanto, enfrentam os desafios de escassez de recursos e da resistência do agronegócio, bem como de neutralizar as organizações criminosas que há muito tempo corrompem políticos e autoridades locais para proteger seus interesses.³²⁸

Petro tem procurado revitalizar a cooperação regional e repetidamente exigiu apoio da comunidade internacional para uma abordagem diferente da de seus antecessores. Na 77ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2022, Petro disse que os esforços para acabar com a coca levaram violência para as florestas da Colômbia, enquanto os combustíveis fósseis que contribuem para a mudança climática permanecem protegidos.³²⁹

“O que é mais venenoso para a humanidade, cocaína, carvão ou petróleo?”, questionou.

Petro quer implementar um programa para remunerar entre 400 e 600 dólares por mês aos camponeses que substituam o cultivo de coca pela preservação das florestas,³³⁰ uma iniciativa semelhante ao Programa Famílias Guarda-Floresta, implementado no início dos anos 2000, no qual famílias camponesas tiveram que se comprometer a substituir cultivos ilícitos para poder receber benefícios de programas de desenvolvimento.³³¹

Na COP27, Petro afirmou que seu país pretende destinar 200 milhões de dólares por ano ao longo das próximas duas décadas para proteger a Amazônia.³³²

Conclamando contribuições, ele defendeu a “abertura de um fundo” sustentado por doações de empresas e governos estrangeiros.³³³

Peru

O Peru tem um amplo arcabouço legal que protege sua região amazônica. Embora existam instrumentos e dispositivos diferentes para regular as atividades de mineração, extração de madeira e animais silvestres, a principal lei voltada às questões ambientais no Peru é a Lei Geral do Meio Ambiente (2005).³³⁴

A legislação visa regular a proteção e a conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e dos danos ambientais.³³⁵ Da mesma forma, foram criados diversos instrumentos que ampliam a capacidade do Ministério do Meio Ambiente, entidade máxima do assunto em nível nacional.³³⁶

Os esforços do Peru são bem-intencionados, mas não efetivos. No final de 2021, o governo do Peru criou a Reserva Yavarí Tapiche, uma área protegida de 1,1 milhão de hectares perto da fronteira com o Brasil.³³⁷ Embora a criação da reserva tenha sido um passo importante em quase 20 anos, as agências governamentais ainda não anularam ou removeram 47 concessões florestais concedidas ilegalmente

pelo governo regional de Loreto, segundo a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Floresta Peruana (Aidesepe).³³⁸

Essa falha caracteriza grande parte das tentativas do Peru de proteger sua parte da Amazônia do desmatamento ilegal. Em 2015, o país ratificou a Lei Nacional de Florestas e Fauna Silvestre, um estatuto abrangente que regula a extração de madeira.³³⁹ Um ano antes, o governo se comprometeu a certificar que a madeira comprada e vendida no país tinha procedência legal. O governo também se comprometeu em sua Estratégia Nacional Multissetorial de Combate à Extração Ilegal (ENLTI 2021-2025) para criar um sistema de vigilância florestal e um laboratório forense capaz de identificar a madeira e melhor coordenar órgãos governamentais encarregado de rastrear o transporte do material.³⁴⁰

Apesar de tudo isso, a região amazônica do Peru teve seu pior desmatamento das últimas duas décadas em 2020, quando mais de 203 mil hectares foram destruídos, muitos deles devido à extração ilegal de madeira.³⁴¹ Além disso, a comissão agrícola do Congresso peruano está tentando alterar a lei florestal do país para permitir que as pessoas cultivem e criem em suas terras sem consulta prévia ao Ministério do Meio Ambiente, facilitando a destruição de florestas potencialmente sensíveis.³⁴² A instabilidade política crônica do país indica que uma melhora a curto prazo é improvável.

No Peru, um novo projeto de lei preocupa defensores do meio ambiente e organizações da sociedade civil com a tentativa de alterar a Lei de Proteção aos Povos Indígenas em Isolamento e em Situação de Contato Inicial (PIACI).³⁴³

A proposta permitiria aos governos regionais decidir sobre a criação de reservas em seus territórios, atribuição atualmente reservada ao governo nacional.³⁴⁴ Segundo um representante da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (ORPIO), tal proposta colocaria em risco as comunidades

indígenas isoladas que vivem nesses territórios. Elas ficariam à mercê das atividades florestais e agrícolas impulsionadas pelos governos regionais e pelo agronegócio. Ademais, todas as reservas indígenas reconhecidas até agora seriam imediatamente avaliadas para determinar sua continuidade, revogação ou extinção.³⁴⁵

Acordos multilaterais

Acordos entre os países de tríplice fronteira e tratados internacionais existem, mas são desrespeitados. A ausência do Estado nas regiões de fronteira significa que há pouca ou nenhuma dissuasão dos criminosos. Para tornar a situação ainda mais complexa, as forças militares de diferentes países instaladas perto das áreas de fronteira possuem atribuições legais, competências e capacidades variadas para atuar contra a criminalidade transnacional e são pouco preparadas para combater crimes ambientais.³⁴⁶

Outras barreiras à efetividade da cooperação multilateral são o compromisso desigual das diferentes nações com a proteção do meio ambiente, a falta de canais de comunicação permanentes e os desafios geográficos. Finalmente, as necessidades de financiamento tanto para o policiamento quanto para os meios de subsistência econômicos associados à proteção efetiva do meio ambiente excedem os orçamentos nacionais e demandam auxílio internacional.

Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela estão entre os oito países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que visa promover o desenvolvimento sustentável na região.³⁴⁷ Enquanto os países membros elaboram uma nova Agenda Estratégica de Cooperação para o período 2021-30,³⁴⁸ diversos fatores podem limitar a capacidade da organização atingir seus objetivos.

Projetos anteriores buscaram fortalecer os esforços institucionais e civis em torno da gestão, do manejo e do monitoramento de recursos hídricos e florestais, bem como de espécies da flora e da fauna.³⁴⁹ No entanto, o êxito desses projetos foi limitado devido à falta de recursos financeiros e à lentidão na tomada de decisões na OTCA. Até agora, o combate aos crimes ambientais não figura entre as prioridades da organização. Além disso, os países envolvidos tiveram que pesar o desenvolvimento econômico potencial contra as proteções ambientais, o que impediu esforços colaborativos de impacto para combater o crime ambiental.³⁵⁰

Venezuela, Peru, Colômbia e Brasil assinaram a Convenção de Minamata, que visa reduzir a poluição por mercúrio relacionada à mineração, embora a Venezuela ainda não a tenha ratificado. O tratado até agora demonstrou pouco efeito.³⁵¹

Durante os primeiros 100 dias de mandato do presidente Petro, o Congresso colombiano ratificou o Acordo de Escazú (2018),³⁵² tratado regional que visa proteger os defensores do meio ambiente e exige que os Estados membros forneçam acesso público às informações ambientais.³⁵³ Petro assinou o acordo antes da COP27, cumprindo uma de suas promessas de campanha.³⁵⁴ Por mais de três anos, o Congresso da Colômbia não havia ratificado o acordo.³⁵⁵

No entanto, Peru e Brasil³⁵⁶ até agora se recusaram a ratificar o acordo, enquanto a Venezuela nem sequer o assinou.³⁵⁷

Os quatro países assinaram e ratificaram a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES). O tratado protege espécies ameaçadas pelo comércio internacional legal e ilegal.³⁵⁸ No entanto, o conhecimento das autoridades sobre como aplicar essa ferramenta ainda precisa melhorar nas zonas de tríplice fronteira, o que limita sua efetividade.

Presidentes e diplomatas de todos esses países se reuniram em Leticia ao longo dos anos para traçar acordos de proteção da Amazônia. Um deles ainda leva o nome da cidade. O Pacto de Leticia (2019) – cujos sete signatários incluem Brasil, Colômbia e Peru – buscou expandir a cooperação regional para combater o desmatamento.³⁵⁹ Mas especialistas afirmaram à Reuters em 2021 que o pacto falhou em grande parte devido a financiamento limitado, interesses conflitantes e incapacidade de conduzir ações de campo.³⁶⁰ A Venezuela não foi convidada para a cúpula.

Em uma recente mudança na política externa colombiana e venezuelana, Petro e Maduro restauraram as relações entre os dois países, reabrindo fronteiras, restabelecendo relações diplomáticas e realizando negociações.³⁶¹ Na reunião da COP27, em novembro de 2022, os dois presidentes se uniram e se comprometeram a combater as mudanças climáticas e proteger a Amazônia – uma grande reversão para Maduro, que não havia demonstrado nenhuma disposição anterior de unir tais esforços, embora provavelmente o acordo não seja nada mais do que um discurso da boca para fora.³⁶²

Desde que tomou posse, Lula também trabalhou para restabelecer as relações bilaterais com a Venezuela. “Vamos restabelecer a relação civilizada entre dois Estados autônomos, livres e independentes”, disse Lula na cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), após sua vitória eleitoral.³⁶³

Tanto Petro quanto Lula propuseram a criação de uma cúpula amazônica inédita, prevista para ser realizada no Brasil em agosto de 2023.³⁶⁴ Esse evento será organizado pela OTCA, agregando peso institucional para atuar na Amazônia.³⁶⁵

Grupos da sociedade civil e comunidades indígenas

Tanto a sociedade civil quanto as comunidades indígenas desempenham papéis cruciais na documentação do desmatamento e dos crimes ambientais.

Monitorar a Amazônia é uma tarefa gigantesca. Mas ONGs, agências de notícias e universidades se uniram para monitorar o desmatamento promovido, por exemplo pela mineração ilegal. Esse acompanhamento geralmente é feito por meio de dados de satélite, tecnologia de mapeamento e algoritmos para rastrear a perda florestal. Exemplos de tais projetos incluem MapBiomas,³⁶⁶ o Monitor da Mineração na Amazônia do Pulitzer Center,³⁶⁷ o Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP),³⁶⁸ a RAISG³⁶⁹ e muitos mais.

O aperfeiçoamento da detecção e das imagens de mineração ilegal chamaram a atenção para a devastação que ocorre na Amazônia, incluindo suas regiões de tríplex fronteira. O monitoramento pela sociedade civil também deixa claro onde falta fiscalização.

Veículos de notícias dedicados a investigações sobre a Amazônia, como o InfoAmazonia,³⁷⁰ o Repórter Brasil³⁷¹ e mais recentemente o Sumaúma³⁷² revelaram a sofisticação do garimpo na Terra Yanomami e como é lavado o ouro extraído de lá. A Agência Nacional de Parques Naturais da Colômbia, em aliança com diferentes organizações, criou o programa “Parques, Como Vamos”.³⁷³ Esse projeto faz parte do Sistema de Parques Naturais Nacionais (SPNN) e visa produzir informações detalhadas sobre ameaças ambientais, estado de conservação e governança em parques nacionais.³⁷⁴

Na Venezuela, o grupo de vigilância SOS Orinoco expôs a mineração ilegal e o desmatamento na região amazônica do país. Formado por um consórcio de especialistas que trabalham anonimamente, o grupo vem

documentando a presença de grupos do crime organizado em garimpos nos estados venezuelanos de Bolívar e Amazonas.³⁷⁵

No Peru, investigações e reportagens recorrentes sobre crimes ambientais na região amazônica são realizadas por veículos de imprensa como Ojo Público³⁷⁶ e organizações como a Proética³⁷⁷, a Transparência Internacional no Peru, a Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA)³⁷⁸ e a Agência de Investigação Ambiental (EIA).³⁷⁹ Representantes da ORPIO, que reúne mais de 500 comunidades indígenas, se manifestaram contra a modificação da Lei do PIACI, que poderia resultar em mais crimes ambientais.³⁸⁰

Os efeitos devastadores do garimpo sobre o povo Yanomami também foram bem documentados por grupos da sociedade civil, acadêmicos e pelos próprios Yanomami.³⁸¹ Os relatórios destacaram questões médicas, como exposição ao mercúrio e surtos de malária; abusos de mulheres, incluindo estupros; dependência de álcool e outras drogas; e ataques aos Yanomami, mortos em confrontos com garimpeiros e outros criminosos.³⁸²

O problema é que comunidades indígenas e ativistas ambientais também são frequentemente abandonados para defenderem sozinhos as regiões amazônicas de tríplice fronteira. Os perigos de confrontar mineradores ilegais e outros criminosos os tornam vulneráveis a ameaças, ataques e assassinatos.

Segurança e justiça criminal

As autoridades têm presença dispersa e inconstante nas regiões amazônicas de tríplices fronteira.

As regiões fronteiriças do Brasil são patrulhadas por um conjunto de unidades militares: o 7º Comando Aéreo Regional; uma base naval pertencente ao 6º Distrito Naval;³⁸³ e o Comando Militar da Amazônia, composto por três brigadas de infantaria de floresta.³⁸⁴

O Brasil também tem três forças policiais. A Polícia Federal é responsável por salvaguardar as leis federais e patrulhar aeroportos e fronteiras;³⁸⁵ a Polícia Militar é de atribuição dos estados e, em termos de organização, responsável por patrulhar e responder a emergências. As PMs estão subordinadas aos governadores de cada estado³⁸⁶ – quando convocados pelo Governo Federal, integrantes das polícias estaduais podem atuar como parte da Força Nacional de Segurança Pública; por fim, a Polícia Civil é uma força policial estadual que realiza trabalhos de perícia e investigação, atuando como um departamento investigativo dos estados.³⁸⁷

No entanto, três postos de segurança do governo foram fechados na Terra Yanomami entre 2015 e 2016 por razões orçamentárias, incluindo o Korekorema BAPE, que, como mencionado anteriormente, controlava o acesso ao rio Uraricoera.³⁸⁸

As comunidades indígenas começaram a lutar contra a invasão garimpeira em suas terras, muitas vezes queimando balsas e destruindo equipamentos. No entanto, conforme discutido anteriormente neste relatório, os garimpeiros retaliaram, alvejando os Yanomami que tentaram impedi-los de trafegar.³⁸⁹ Depois que pistoleiros em uma lancha atiraram contra os Yanomami em maio de 2021, o governo autorizou a convocação da Força Nacional de Segurança Pública para proteger a reserva por apenas 90 dias, enquanto os garimpeiros se mantêm presentes de modo permanente.³⁹⁰ Esse episódio aponta os desafios geográficos das áreas de tríplice fronteira, onde as operações policiais enfrentam obstáculos físicos e orçamentários para operar a longo prazo. Isso se traduz, ademais, em desafios de coordenação de ações conjuntas entre os países.

Procuradores e outras autoridades realizaram operações de combate ao garimpo na Terra Yanomami, adentrando sedes de empresas e apreendendo ouro, aviões e equipamentos. Mas eles enfrentam obstáculos, e as investigações nem sempre desembocam em condenações. Segundo o *New York Times*, um tribunal rejeitou vários pedidos da Polícia Federal para ordenar a prisão de Rodrigo Martins de Mello, empresário do transporte aéreo cujas aeronaves foram apreendidas devido ao suposto uso em operações de garimpo.³⁹¹

Em resposta a vários ataques ao povo Yanomami por garimpeiros, em fevereiro de 2023 o governo federal recém-empossado enviou uma força-tarefa para proteger as comunidades Yanomami e expulsar os invasores.³⁹²

Já no caso da Venezuela, as forças de segurança nacionais participaram ativamente de operações de mineração ilegal na Amazônia. Segundo o *SOS Orinoco*, uma parte do ouro extraído na reserva Yacapana é entregue ao chefe dos militares em Puerto Ayacucho.³⁹³ As ações militares contra garimpos são poucas e para manter as aparências. Os militares venezuelanos mantêm uma base na reserva destinada a abrigar cerca de 1.500 soldados encarregados de combater

a mineração ilegal, mas apenas um punhado deles está atualmente lotado na base, mostrando o quanto a presença dos militares – provavelmente cúmplices – não é efetiva diante das atividades ilegais.³⁹⁴

Na Colômbia, três batalhões do Exército estão instalados nas regiões fronteiriças com a Venezuela e o Brasil.³⁹⁵ A Marinha também tem um batalhão.³⁹⁶ As Forças Armadas colombianas têm realizado campanhas para conter a extração ilegal de ouro na região da tríplice fronteira, como a operação Anostomus, em 2015.³⁹⁷ Críticos observaram que a estratégia militar de operações maciças para combater crimes ambientais tende a resultar somente na captura de atores de baixo escalão, como os próprios trabalhadores mineiros.³⁹⁸

O Peru conta com uma polícia nacional que lidera o combate a ilícitos nas fronteiras com o apoio dos militares.³⁹⁹ A Marinha e a Aeronáutica também dão suporte às operações. As responsabilidades de vigilância na tríplice fronteira são atribuições da 5ª Divisão do Exército.⁴⁰⁰ As forças de segurança peruanas têm desempenhado um papel ativo na luta contra o crime ambiental, especialmente contra a mineração ilegal de ouro. No entanto, esses esforços têm se concentrado longe da tríplice fronteira, no departamento de Madre de Dios. Esse departamento fica na fronteira leste do Peru com o Brasil e é um dos principais centros de extração ilegal de ouro no Peru.⁴⁰¹

A maioria das operações realizadas em ambas as regiões da tríplice fronteira visa impedir a mineração ilegal, até porque esse é o principal crime em ambas as regiões. Além disso, porque em todas as regiões da tríplice fronteira, tropas e policiais não conseguiram manter presença constante em ambientes remotos, o que seria fundamental para combater o conjunto de crimes ambientais encontrados nestas zonas.

Um funcionário do gabinete da prefeitura de Santa Rosa, cidade insular do Peru na tríplice

fronteira, disse que procuradores e autoridades florestais, de mineração e proteção ambiental estão localizados longe da área.⁴⁰²

Autoridades colombianas e peruanas, por exemplo, se uniram para traçar estratégias contra o tráfico de madeira na fronteira,⁴⁰³ mas operações maiores – como a Operação Amazonas, que resultou na maior apreensão de madeira de origem ilegal na história do Peru – ainda não se concretizaram na área da tríplice fronteira.⁴⁰⁴

Guardas florestais da Colômbia foram expulsos de seus postos no departamento de Amazonas por ameaças de grupos armados. Os guardas também devem navegar por cursos d'água complicados – para chegar às áreas protegidas do rio Puré, perto da fronteira com o Brasil, as patrulhas devem percorrer 600 quilômetros, um trajeto que normalmente leva quatro dias.⁴⁰⁵

A agência de proteção ambiental brasileira não tem escritório em Tabatinga desde 2018.⁴⁰⁶ O Diretor da Divisão Técnica Ambiental do Ibama entre 2018 e 2019, Hugo Loss, afirmou que essa base é crucial na tríplice fronteira devido à complexidade dos crimes praticados na região.⁴⁰⁷

CONCLUSÕES E OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO

Uma série de atores e dinâmicas criminosas convergem nas regiões amazônicas de tríplice fronteira, criando um conjunto único de desafios para o combate ao crime ambiental.

Primeiro, as regiões são um epicentro de níveis crescentes de produção e tráfico de cocaína, que irão exacerbar os crimes ambientais existentes. Com o desmantelamento das FARC, grupos criminosos, antigos e novos, surgiram para assumir o controle das rotas de drogas na Amazônia. Nas regiões em que as FARC negociaram com comunidades locais e indígenas, esses novos grupos se mostraram dispostos a lucrar com toda e qualquer atividade ilícita, sem consideração pelas comunidades. A prevalência e o poder crescente dos grupos provavelmente serão catalisadores de mais crimes ambientais.

Segundo, os crimes cometidos na região ultrapassam fronteiras nacionais e, de fato, são potencializados por lacunas de fiscalização em cada país. As balsas de extração ilegal de ouro se movem ao longo de hidrovias compartilhadas, particularmente aquelas que atravessam o Brasil, a Colômbia e o Peru, tornando a cidade peruana de Iquitos um importante polo amazônico para economias ilícitas. As serrarias de Islandia, no Peru, processam madeira ilegal, que é vendida em Leticia, na Colômbia, e em Tabatinga, no Brasil. Grupos armados colombianos migraram para o Parque Nacional Yapacana, na Venezuela, e arredores para controlar o garimpo ilegal de ouro. O ouro extraído de lá é levado para o Brasil, onde é lavado. O tráfico de animais silvestres também é transnacional.

Terceiro, o desmatamento nas tríplices fronteiras é menor do que em outras partes da Amazônia, mas vem piorando.

A dificuldade de transporte, principalmente devido à falta de estradas, provavelmente impediu até o momento crimes ambientais mais devastadores, como o desmatamento para a pecuária. Mas o palco já está montado para essa atividade e outros crimes ambientais. A extração ilegal de madeira, por exemplo, parece estar aumentando nas regiões de Yavarí, no Peru, e Tarapacá, na Colômbia. Em Roraima, que abriga parte da Terra Yanomami, incêndios florestais têm sido associados a esquemas de tráfico de terras.⁴⁰⁸

Entretanto, há medidas que podem e devem ser tomadas agora para frear o avanço dos crimes ambientais nesses territórios sensíveis, aproveitando um momento político singularmente positivo na região.

Escutar e priorizar as comunidades indígenas

Quando a sociedade civil, ONGs e grupos de conservação se concentram na proteção da floresta, as comunidades indígenas da Amazônia são frequentemente esquecidas ou vistas apenas como vítimas, mas eles são a primeira linha de defesa contra o desmatamento.

Uma declaração de líderes indígenas colombianos, em uma reunião realizada em julho de 2022, em Leticia, destacou o papel dos indígenas como autoridades ambientais em seus territórios. Essas lideranças pediram às autoridades governamentais que respeitem seus territórios dentro de um estado

plurinacional, com políticas interculturais, e que as comunidades sejam incluídas na gestão ambiental e nos planos de uso da terra, bem como nas ações que estão sendo desenvolvidas para enfrentar o garimpo ilegal.⁴⁰⁹ Sob o governo Lula, os grupos indígenas brasileiros obtiveram algumas vitórias importantes, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas, chefiado pela líder indígena Sonia Guajajara, e a nomeação de outra liderança, Joenia Wapichana, a primeira mulher indígena a ser eleita Deputada Federal, para presidir a Funai.

Os governos devem priorizar o fornecimento de serviços básicos a essas comunidades. Escolas em muitas áreas indígenas, em particular, precisam tanto de financiamento quanto de professores. As deficiências na educação podem levar à falta de oportunidades, deixando crianças e adolescentes vulneráveis ao recrutamento por grupos criminosos. A segurança deve ser incrementada e os indígenas precisam poder confiar que serão protegidos se tiverem contato com soldados e forças policiais.

Em escala nacional, a promoção de um estado inclusivo e intercultural é essencial para proteger os direitos indígenas e as demarcações de terras, que servem como baluartes contra o desmatamento em larga escala na Amazônia. Por exemplo, as taxas de perda de vegetação nativa entre 2005 e 2012 foram 17 vezes menores em territórios indígenas do que em áreas desprotegidas da Amazônia brasileira, conforme estudo publicado em março de 2022 na revista *Biological Conservation*.⁴¹⁰ Segundo levantamento do MapBiomas, menos de 1% do desmatamento ocorreu em terras indígenas entre 1985 e 2020.⁴¹¹

Aumentar a presença do Estado

As regiões de tríplice fronteira têm um problema histórico de governança fraca que foi agravado pela covid-19. É hora de o Estado responder aos grupos armados que se tornaram a autoridade *de facto*. É necessário tanto uma presença constante das forças de segurança quanto um maior papel do Estado de modo geral.

Governos nacionais, autoridades judiciais e comunidades indígenas devem se unir para criar um sistema de governança formal e inclusivo nessas regiões. A presença mais ampla do Estado deve se basear em avanços no que tange questões legais fundamentais, como titulação de terras, formas coerentes de governança e incorporação legal que atinja os níveis locais mais externos. Na Colômbia, por exemplo, na ausência de um governo local, vastas extensões de áreas não municipalizadas se tornaram uma terra de ninguém política.⁴¹² Na Amazônia colombiana, as áreas não municipalizadas foram criadas pela Corte Constitucional da Colômbia em 1991, como designação de terra intermediária, até que pudessem se tornar municípios ou serem anexadas pelos existentes, Leticia e Puerto Nariño. Isso ainda não ocorreu.⁴¹³ Direitos e gestão fundiária e territorial também são fundamentais na dinâmica do crime ambiental brasileiro. Áreas extensas da Amazônia brasileira são consideradas Florestas Públicas Não Destinadas. Essas áreas permanecem extremamente vulneráveis à grilagem de terras e ao desmatamento. No entanto, devido ao seu status não designado, elas permanecem em grande parte desprotegidas, recebendo atenção insuficiente das autoridades de Estado.⁴¹⁴

Preencher lacunas legais

Cada um dos países citados deve garantir que sua legislação nacional seja o mais robusta possível para regular dinâmicas econômicas que promovem desmatamento, o uso ilegal de mercúrio para mineração de ouro e o tráfico de madeira e animais silvestres. Entre as possíveis áreas de foco, destaca-se o fortalecimento da regulação de armas de fogo, a fim de taxá-las para impedir atividades criminosas, conforme citado anteriormente no caso da operadora de minas brasileira Dona Iris. Outra tática seria focar naqueles que fornecem apoio aéreo às operações de mineração ilegal por meio de empresas não licenciadas. Uma regulação mais rígida para importação de mercúrio por meio da cooperação com o setor privado é essencial para proteger o meio ambiente e a saúde daqueles que vivem na região. Por fim, regulações e controles mais rigorosos sobre a importação e exportação de madeira são essenciais para evitar a venda de madeira ilegal nas regiões de tríplice fronteira.

Foco nas necessidades econômicas

O Estado deve garantir que as necessidades básicas das populações sejam atendidas, apesar das dificuldades logísticas e de desenvolvimento inerentes a essas áreas, de modo a evitar que grupos armados ocupem esse vazio. Por exemplo, em uma localidade, as refeições escolares e o combustível nem sempre chegavam às comunidades, contexto aproveitado pelos pistoleiros que controlam as comunidades, os quais passaram a vender produtos, gasolina e arroz. A erradicação das plantações de coca não são uma solução duradoura. Opções adequadas, como a substituição de culturas ou o ecoturismo devem ser desenvolvidas como alternativas.⁴¹⁵ O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime apoiou muitos modelos de desenvolvimento alternativo nos últimos 25 anos, auxiliando o acesso ao mercado para produtos lícitos e o cultivo de árvores frutíferas. As pesquisas do órgão

indicam que o desenvolvimento alternativo deve ocorrer de modo holístico, mediante esforço internacional.⁴¹⁶ O novo impulso para a bioeconomia na região oferece muitas oportunidades para a Amazônia, mas a nova economia florestal deve ser inclusiva e atender às necessidades das populações locais.

Dedicar foco e recursos a tratados multilaterais

Tratados multilaterais não são uma panaceia, mas podem ajudar a superar mudanças de caráter eleitoral, tornando o descumprimento mais visível no âmbito internacional e politicamente caro. Como foi claramente demonstrado mais recentemente no Brasil e na Colômbia, mudanças de governo e nas prioridades presidenciais sujeitam muitas políticas-chave a avanços ou retrocessos, a reboque do calendário político. A instabilidade crônica do Peru também prejudicou a capacidade do país de desenvolver políticas e operações, e o regime da Venezuela desconsiderou a maioria de suas obrigações políticas.

Os muitos acordos regionais que já existem precisam ser ratificados, financiados e implementados. Com relação à OTCA, os países membros devem se unir em torno de seus objetivos, em particular fornecendo ou implementando, por meio de fundos multilaterais e bancos de desenvolvimento, recursos financeiros suficientes para aumentar a colaboração internacional e reduzir o nível de impunidade dos grupos criminosos que operam nas regiões fronteiriças.

Para tornar o Acordo de Escazú mais efetivo e proteger lideranças ambientais que estão sendo assassinadas impunemente, Brasil e Peru precisam seguir os passos da Colômbia, que ratificou o acordo em 2022.⁴¹⁷ E as declarações do presidente venezuelano Maduro na COP27 no sentido de proteger a Amazônia não podem ser apenas da boca para fora. Um primeiro passo seria a Venezuela aderir e implementar o Acordo de

Escazú, o que ajudaria a trazer transparência às informações ambientais e exigiria que o país respondesse a questões difíceis sobre o desmatamento que ocorre em sua área amazônica.⁴¹⁸

Aperfeiçoar a cooperação operacional entre as autoridades judiciais

Interromper atividades ilegais requer esforços conjuntos de vigilância e sanção por militares e forças policiais em todos os países das tríplexes fronteiras, a começar pela implementação de pontos de controle alfandegário e de migração ao longo das fronteiras, onde atualmente eles não existem.

Embora haja um foco considerável nos esforços militares, é preciso dedicar maior atenção à cooperação civil (policial e judicial), de modo a sancionar não apenas quem for flagrado traficando, mas também os que lucram com as atividades criminosas. Investigações coordenadas, processos penais e acordos de extradição são essenciais. O compartilhamento de inteligência e as investigações de crimes financeiros são especialmente importantes no que diz respeito à mineração ilegal de ouro. É difícil, mas não impossível, estabelecer nexos entre aqueles que estão realmente se beneficiando muito além da região amazônica.

Cada tipo de crime ambiental requer uma combinação diferente de ações das forças de segurança. No que diz respeito ao ouro, ações coordenadas devem ser tomadas para impedir que as dragas usem e abusem das fronteiras internacionais para se esconder, por meio, por exemplo, da criação de patrulhas constantes ou postos militares permanentes ao longo dos principais rios usados por balsas de dragagem ilegais. O uso de drones, uma alternativa mais barata para patrulhas permanentes, pode permitir ações específicas contra alvos do tráfico de madeira e animais silvestres, e a tecnologia de satélite também pode superar deficiências na capacidade dos governos regionais de monitorar áreas remotas e densamente florestadas. É necessário

aperfeiçoar a fiscalização de serrarias em Islandia, no Peru, para evitar o processamento e a lavagem de madeira ilegal no Peru e nos países vizinhos. Sistemas de rastreamento devem ser implementados para verificar se a madeira processada na região foi extraída legalmente.

Por fim, as autoridades nacionais devem ampliar seus esforços legais e buscar financiamento internacional para proteger e conservar os parques e reservas nacionais e expulsar criminosos dessas regiões.

Notas finais

- 1 Todas as pessoas cujos nomes são citados neste relatório concordaram em falar oficialmente com o InSight Crime. Por questões de segurança, outras fontes se manifestaram sob condição de anonimato.
- 2 Folha de S. Paulo, "[Invasão em terra indígena chega a 20 mil garimpeiros, diz líder ianomâmi](#)", 16 de maio de 2019.
- 3 SOS Orinoco, "[La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yacapana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional](#)", janeiro de 2019.
- 4 Ibid.
- 5 Entrevista ao InSight Crime, especialista em mineração em San Fernando de Atabapo, na Venezuela, Puerto Inírida, Guainía, Colômbia, 7 de março de 2022.
- 6 Sistema de Informação de Luta contra as Drogas, "[Reporte N. 07 - Superficie cultivada con arbusto de hoja de coca monitoreada en 2021](#)", setembro de 2022.
- 7 InSight Crime, "[The Cocaine Pipeline to Europe](#)", 9 de fevereiro de 2021.
- 8 Fórum Brasileiro de Segurança Pública, "[Cartografias das violências na região amazônica](#)", 1º de novembro de 2021.
- 9 Entrevista ao InSight Crime, agente de direitos humanos, Leticia, Colômbia, 9 de agosto de 2022.
- 10 Entrevistas ao InSight Crime, agente de direitos humanos e questões indígenas, Leticia, Colômbia, 9 a 13 de agosto de 2022.
- 11 Tom Phillips, "[Revealed: Brazil goldminers carve illegal 'Road to Chaos' out of Amazon reserve](#)", The Guardian, 12 de dezembro de 2022.
- 12 InSight Crime, "[Ex-FARC Mafia Profile](#)", 20 de outubro de 2022.
- 13 InSight Crime, "[ELN Profile](#)", 19 de outubro de 2022.
- 14 InSight Crime, "[PCC Profile](#)", 9 de março de 2020.
- 15 Reuters, "[U.S. Treasury eyes Brazil drug gang ties to illegal Amazon gold mines](#)", 17 de agosto de 2022; Clara Britto, "PCC approaches miners to launder money", Repórter Brasil, 7 de julho de 2021.
- 16 Comunicado à imprensa do Ministério Público Federal (MPF), "[MPF pede suspensão de instituições financeiras que compraram ouro ilegal no Pará](#)", 30 de agosto de 2021; Robert Muggah, "[Brazil's illegal gold rush is fueling corruption, violent crime and deforestation](#)", Mongabay, 14 de janeiro de 2022; André Schröder, "[Yanomami crisis sparks action against illegal gold in the Amazon](#)", Mongabay, 28 de fevereiro de 2023.
- 17 Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (SINCHI), "[Minería Impactos sociales en la Amazonia](#)", abril de 2019.
- 18 Procuradoria-Geral da Colômbia, "[Freno a la minería ilegal en el corazón de la Amazonia](#)", comunicado à imprensa, 20 de agosto de 2022.
- 19 Entrevista ao InSight Crime, militar, Leticia, Amazonas, 9 de agosto de 2022.
- 20 Ibid.
- 21 Parques Naturais Nacionais da Colômbia, "[Contenido de mercurio en comunidades étnicas de la subregion planicie en la Amazonia Colombia](#)", 2018.
- 22 Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (SINCHI), "[Minería Impactos sociales en la Amazonia](#)", abril de 2019.
- 23 Entrevistas ao InSight Crime, militar, Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022; agente de direitos humanos, 9 de agosto de 2022.
- 24 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), "[Colombia explotación de oro de aluvión, Evidencias a partir de percepción remota 2021](#)", junho de 2022.
- 25 Ibid.
- 26 Entrevista ao InSight Crime, Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Produtividade do Departamento do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022.
- 27 Entrevista ao InSight Crime, Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Produtividade do Departamento do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022.
- 28 Entrevista ao InSight Crime, Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Produtividade do Departamento do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022.
- 29 Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (SINCHI), "[Minería Impactos sociales en la Amazonia](#)", abril de 2019.
- 30 Ibid.
- 31 Entrevista ao InSight Crime, José Reinaldo Mucca, diretor de Assuntos Indígenas do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2021.
- 32 Semana, "[Los dragones del oro](#)", 6 de março de 2009.
- 33 Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (SINCHI), "[Minería Impactos sociales en la Amazonia](#)", abril de 2019.
- 34 Entrevistas ao InSight Crime, policiais, Leticia, Colômbia, 9 de agosto de 2022; militar, Leticia, 10 de agosto de 2022.
- 35 Entrevista ao InSight Crime, Antonio Torres, côsul do Brasil em Leticia, Leticia, Colômbia, 10 de agosto de 2022.
- 36 El Nuevo Siglo, "[Seis brasileños detenidos por minería ilegal en Amazonia](#)", 13 de setembro de 2022.

- 37 El Tiempo, [“Incautan 10 dragas con la que hacían minería ilegal en la Amazonía”](#), 20 de agosto de 2020.
- 38 Diego Gonzaga, [“This is what illegal mining in the Amazon looks like”](#), Greenpeace, 30 de novembro de 2021.
- 39 Entrevista ao InSight Crime, militar, Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022; Tom Phillips, [“Revealed: Brazil goldminers carve illegal ‘Road to Chaos’ out of Amazon reserve”](#), The Guardian, 12 de dezembro de 2022.
- 40 Governo do Brasil, [“Ibama e Funai iniciam retomada do território Yanomami”](#), 8 de fevereiro de 2023.
- 41 Entrevista ao InSight Crime, José Reinaldo Mucca, diretor de Assuntos Indígenas do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2021.
- 42 Entrevista ao InSight Crime, militar, Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022.
- 43 Entrevista ao InSight Crime, militar, Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022; Entrevista ao InSight Crime, Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Produtividade do Departamento do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022.
- 44 Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas (SINCHI), [“Minería Impactos sociales en la Amazonia”](#), abril de 2019.
- 45 Entrevista ao InSight Crime, militar, Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022.
- 46 InSight Crime, [“Exploring Illegal Mining in Colombia’s Amazon”](#), 8 de setembro de 2021.
- 47 InSight Crime, [“Border Command”](#), 11 de junho 2022.
- 48 Entrevista ao InSight Crime, agente de direitos humanos, 9 de agosto 2022.
- 49 Entrevista ao InSight Crime, José Reinaldo Mucca, diretor de Assuntos Indígenas do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2021.
- 50 Entrevista ao InSight Crime, delegado da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022.
- 51 Entrevista ao InSight Crime, agente de direitos humanos, 9 de agosto 2022.
- 52 Ibid.
- 53 InSight Crime, [“Exploring Illegal Mining in Colombia’s Amazon”](#), 8 de setembro de 2021.
- 54 Entrevista ao InSight Crime, delegado da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022.
- 55 Parques Nacionales Nacionales da Colômbia, [“Contenido de mercurio en comunidades étnicas de la subregion planicie en la Amazonia Colombia”](#), 2018.
- 56 Organização Mundial da Saúde (OMS), [“Exposure to Mercury: A Major Health Concern”](#), 2021.
- 57 [“Mina Maraya Cerro Yapacana”](#), vídeo, Facebook, SOS Orinoco, publicado em 6 de março de 2018.
- 58 Comunicado à imprensa do Governo da Venezuela, [“12 Aniversario del Parque Nacional Cerro Yapacana”](#), 12 de dezembro de 2021.
- 59 SOS Orinoco, [“La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yapacana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional”](#), janeiro de 2019.
- 60 SOS Orinoco, [“La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yapacana, Amazonas Venezolano | Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional - Actualización al 2020”](#), 30 de abril de 2020.
- 61 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“ECONOMÍA ILEGAL - MINERÍA ILEGAL”](#).
- 62 Ibid.
- 63 SOS Orinoco, [“La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yapacana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional”](#), janeiro de 2019.
- 64 Entrevista ao InSight Crime, Luis Alejandro Acosta, jornalista, Puerto Inírida, Guainía, 6 de março 2022.
- 65 InSight Crime, [“Maduro’s El Dorado: Gangs, Guerrillas and Gold in Venezuela”](#), 17 de novembro de 2021.
- 66 Entrevistas ao InSight Crime, Puerto Inírida, Guainía, 6 a 11 de março de 2022.
- 67 Entrevista ao InSight Crime, Luis Alejandro Acosta, jornalista, Puerto Inírida, Guainía, 6 de março 2022.
- 68 InSight Crime, [“Inviting War into Venezuela”](#), 13 de outubro de 2021.
- 69 InSight Crime, [“The Colombo-Venezuelan Guerrillas: How Colombia’s War Migrated to Venezuela”](#), 3 de outubro de 2022.
- 70 InSight Crime, [“Criminal Activities of the FARC and Rebel Earnings”](#), 21 de maio de 2013.
- 71 Ibid.
- 72 Rodolfo Castillo e Viviana Salas, [“Estado de Conservación del Parque Nacional Yapacana”](#), Special Report for BioParques, setembro de 2007.
- 73 Entrevista ao InSight Crime, Luis Alejandro Acosta, jornalista, Puerto Inírida, Guainía, 6 de março de 2022.
- 74 InSight Crime, [“Ex-FARC Mafia, Venezuela and the Current International Climate”](#), 11 de novembro de 2019.
- 75 InSight Crime, [“How Venezuela Became a Cemetery for the ex-FARC Mafia Leadership”](#), 3 de outubro de 2022.
- 76 Entrevista ao InSight Crime, Luis Alejandro Acosta, jornalista, Puerto Inírida, Guainía, 6 de março de 2022.
- 77 Ibid.
- 78 Ibid.

- 79 Entrevista ao InSight Crime, lideranças comunitárias indígenas, Puerto Inírida, Guainía, 9 de março de 2022.
- 80 Ibid.
- 81 Ibid.
- 82 Ibid.
- 83 Ibid.
- 84 SOS Orinoco, "[La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yacapana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional](#)", janeiro de 2019.
- 85 Entrevista ao InSight Crime, Luis Alejandro Acosta, jornalista, Puerto Inírida, Guainía, 6 de março de 2022.
- 86 Entrevista ao InSight Crime, lideranças comunitárias indígenas, Puerto Inírida, Guainía, 9 de março de 2022.
- 87 Defensoria Pública da Colômbia, "[Alerta Temprana 056-19](#)", 30 de dezembro de 2019.
- 88 Entrevista ao InSight Crime, funcionário público em Vichada, Puerto Carreño, Colômbia, 1º de março de 2022.
- 89 Entrevista ao InSight Crime, integrante de organização de direitos indígenas, Puerto Inírida, Guainía, 7 de março de 2022.
- 90 Hutukara Associação Yanomami, "[Um Yanomami é morto e outro ferido após ataque armado em Napolepi, no rio Uraricoera](#)", carta, 4 de outubro de 2022.
- 91 Ibid.
- 92 Samantha Rufino, "[Líder indígena morre e adolescente fica ferido após ataque a tiros de garimpeiros na TI Yanomami](#)", O Globo, 5 de outubro de 2022.
- 93 Ibid.
- 94 Hutukara Associação Yanomami, "[Um Yanomami é morto e outro ferido após ataque armado em Napolepi, no rio Uraricoera](#)", carta, 4 de outubro de 2022.
- 95 Ibid.
- 96 Manuela Andreoni, Blacki Migliozi, Pablo Robles e Denise Lu, "[The Illegal Airstrips Bringing Toxic Mining to Brazil's Indigenous Land](#)", The New York Times, 2 de agosto de 2022.
- 97 Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental (ISA), "[Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo](#)", abril de 2022; Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS), "[Onchocerciasis: The Last Challenge](#)", junho de 2018.
- 98 Ibid.
- 99 Ibid.
- 100 Ibid.
- 101 Ibid.
- 102 Fábio Bispo, "[Polícia investiga atuação da milícia no fornecimento de armas para garimpo na Terra Yanomami](#)", InfoAmazonia, 18 de fevereiro de 2022.
- 103 João Gabriel, "[Relatório aponta militares comprados pelo garimpo na TI Yanomami no início da gestão Bolsonaro](#)", Folha de S. Paulo, 26 janeiro de 2023.
- 104 Hutukara Associação Yanomami, "[Um Yanomami é morto e outro ferido após ataque armado em Napolepi, no rio Uraricoera](#)", carta, 4 de outubro de 2022.
- 105 Manuela Andreoni, Blacki Migliozi, Pablo Robles e Denise Lu, "[The Illegal Airstrips Bringing Toxic Mining to Brazil's Indigenous Land](#)", The New York Times, 2 de agosto de 2022; Tom Phillips, "[Brazil launches operation to drive illegal miners from Yanomami lands](#)", The Guardian, 8 de fevereiro de 2023.
- 106 Murilo Pajolla, "[Bolsonaro estimulou avanço de garimpeiros sobre os Yanomami; relembre casos e declarações](#)", Brasil de Fato, 6 de maio de 2022.
- 107 Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental (ISA), "[Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo](#)", abril de 2022.
- 108 Ibid.
- 109 Ibid.
- 110 Ibid.
- 111 Bruno Kelly, [foto aérea](#), Amazônia Real, 4 de julho de 2021.
- 112 Dário Kopenawa, "[Na região do Homoxi os garimpeiros ilegais derrubando posto de Saúde Yanomami...](#)", tuite, 22 de março de 2022.
- 113 Martha Raquel, "[Vídeo: garimpeiros mudam trajeto do Rio Mucajá \(RR\) e comemoram](#)", Brasil de Fato, 2 de abril de 2021.
- 114 Ibid.
- 115 Philippe Dozolme, "[Mercury Usage in Gold Mining and Why It Is a Problem](#)", ThoughtCo, 22 de julho de 2019.

- 116 Jacqueline Gerson, Natalie Szponar, Angelica Almeyda Zambrano, et al., "[Amazon forests capture high levels of atmospheric mercury pollution from artisanal gold mining](#)", Nature Communications, Vol. 13, 28 de janeiro de 2022.
- 117 Olaf Malm, "[Gold Mining as a Source of Mercury Exposure in the Brazilian Amazon](#)", Environmental Research, Vol. 77, 1998.
- 118 Survival International, "[The Yanomami](#)", 2022.
- 119 Claudia M. Vega, Jesem D.Y. Orellana, Marcos W. Oliveira, Sandra S. Hacon, Paulo C. Basta, "[Human Mercury Exposure in Yanomami Indigenous Villages from the Brazilian Amazon](#)", International Journal of Environmental Research and Public Health, Vol. 15, 2018.
- 120 Fernando Trujillo, Carlos A. Lasso, María Claudia Diazgranados, Oriana Farina, Luis E. Pérez, Aniello Barbarino, e Magdalena González, "[Evaluación De La Contaminación Por Mercurio En Peces De Interés Comercial Y De La Concentración De Organoclorados Y Organofosforados En El Agua Y Sedimentos De La Orinoquia](#)", Fundación Omacha, junho de 2019.
- 121 Ana Claudia Santiago de Vasconcellos, Sylvio Romério Briglia Ferreira, Ciro Campos de Sousa, Marcos Wesley de Oliveira, "[Health Risk Assessment Attributed to Consumption of Fish Contaminated with Mercury in the Rio Branco Basin, Roraima, Amazon, Brazil](#)", Toxics, Vol. 10, agosto de 2022.
- 122 Environmental Protection Agency (EPA), "[Información básica sobre el mercurio](#)".
- 123 Ao Ponto, "[O drama Yanomami: 'Até eu peço ajuda pro garimpeiro'](#)", O Globo, 25 de novembro de 2021.
- 124 Ibid.
- 125 Laura Trajber Waisbich, Carolina Andrade e Lycia Brasil, "[Guia para enfrentamento de crimes ambientais](#)", Instituto Igarapé e Interpol, 2021.
- 126 Bruno Mazolli, Raoni Rajão, et. al, "[Legalidade da Produção de Ouro No Brasil](#)", Ministério Público Federal, Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (UFMG), Centro de Sensoriamento Remoto (UFMG), 2021.
- 127 Melina Risso, Julia Sekula, Lycia Brasil, Peter Schmidt e Maria Eduarda Pessoa de Assis, "[O ouro ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia: uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações Indígenas](#)", Instituto Igarapé, abril de 2021.
- 128 Ana Carolina Bragança, "[Manual de Atuação Mineração Ilegal](#)", Ministério Público Federal, 2020.
- 129 Ana Carolina Bragança, "[Manual de Atuação Mineração Ilegal](#)", Ministério Público Federal, 2020; Laura Trajber Waisbich, Carolina Andrade e Lycia Brasil, "[Guia para enfrentamento de crimes ambientais](#)", Instituto Igarapé, dezembro de 2021.
- 130 Laura Trajber Waisbich, Carolina Andrade e Lycia Brasil, "[Guia para enfrentamento de crimes ambientais](#)", Instituto Igarapé, dezembro de 2021.
- 131 MapBiomas, "[Área Ocupada pela Mineração no Brasil cresce mais de 6 Vezes entre 1985 E 2020](#)", agosto de 2021.
- 132 Sally K. Springer, Bernhard G. Peregovich e Mario Schmidt, "[Capability of social life cycle assessment for analyzing the artisanal small-scale gold mining sector—case study in the Amazonian rainforest in Brazil](#)", The International Journal of Life Cycle Assessment, 2020.
- 133 Jimmy Carillo, "[Conoce a los 'Garimpeiros', Mineros informales sin fronteras](#)", Las Rutas Del Oro, 23 de março de 2015.
- 134 Eduardo Militao, "[Garimpeiros ilegais do Brasil invadem área ianomâmi na Amazônia venezuelana](#)", UOL, 19 de junho de 2022.
- 135 Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental (ISA), "[Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo](#)", abril de 2022.; Piero Locatelli e Guilherme Henrique, "[R\\$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo](#)", Ouro do Sangue Yanomami, 24 de junho de 2021.
- 136 Ibid.
- 137 Ibid.
- 138 O Globo e Rede Amazônica, "[Mulher dona de garimpo é citada em relatório sobre ataque a tiros contra comunidade na Terra Yanomami](#)", 26 de junho de 2022.
- 139 Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental (ISA), "[Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo](#)", abril de 2022.
- 140 Ibid.
- 141 Ibid.
- 142 Patrícia Campos Mello e Mathilde Missionero, "[Traficantes de pessoas mudam tática e atraem mulheres para dívidas impagáveis](#)", Folha de S. Paulo, 18 de outubro de 2021.
- 143 Juliana Dama e Valéria Oliveira, "[Vídeo mostra garimpeiros armados e prontos para 'fazer guerra' antes de ataque em comunidade na Terra Yanomami](#)", O Globo, 10 de agosto de 2021.
- 144 Ibid.
- 145 Emily Costa, "[PCC amplia atuação na Terra Indígena Yanomami](#)", Amazônia Real, 17 de agosto de 2021.
- 146 O Globo, "[Foragido suspeito de participar de ataques em comunidade na Terra Yanomami é preso em Boa Vista](#)", 10 de agosto de 2021.
- 147 Emily Costa, "[PCC amplia atuação na Terra Indígena Yanomami](#)", Amazônia Real, 17 de agosto de 2021.
- 148 Amazônia Real, "[Como o PCC se infiltrou nos garimpos em Roraima](#)", 11 de maio de 2021.
- 149 Felipe Pereira, "[PCC atua em área de garimpo em Roraima](#)", UOL, 1º de fevereiro de 2022.
- 150 Ibid.

- 151 Laura Trajber Waisbich, Terine Husek, e Vinicius Santos, [“TERRITÓRIOS E CAMINHOS DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: da floresta às demais cidades do país”](#), Instituto Igarapé, julho de 2022.
- 152 Isabela Camargo e Andréia Sadi, [“PF tem quase 70 inquéritos para investigar garimpo ilegal em Terra Yanomami”](#), G1 Globo, 31 de janeiro de 2023.
- 153 Agência Brasil, [“Justiça pede que Funai reabra postos de vigilância em terra Yanomami”](#), 24 de novembro de 2018.
- 154 Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental (ISA), [“Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”](#), abril de 2022.
- 155 Ibid.
- 156 Ibid.
- 157 Hutukara Associação Yanomami, [“Um Yanomami é morto e outro ferido após ataque armado em Napolepi, no rio Uraricoera”](#), carta, 4 de outubro de 2022.
- 158 Lula, [“Mais que uma crise humanitária, o que vi em Roraima foi um genocídio. Um crime premeditado contra os Yanomami, cometido por um governo insensível ao sofrimento do povo brasileiro”](#), Twitter, 22 de janeiro de 2023.
- 159 Flávio Dino, [“Em relação aos sofrimentos criminosos impostos aos Yanomamis, há fortes indícios de crime de genocídio e outros crimes, que serão apurados pela Polícia Federal, conforme ofício que enviarei na segunda-feira”](#), Twitter, 21 de janeiro de 2023.
- 160 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), [“Ibama e Funai iniciam retomada do território Yanomami”](#), 8 de fevereiro de 2023.
- 161 Ibid.
- 162 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), [“Ibama e Funai iniciam retomada do território Yanomami”](#), 8 de fevereiro de 2023; Amanda Perobelli, [“Brazil agencies launch raid against illegal gold miners in Yanomami lands”](#), Reuters, 8 de fevereiro de 2023.
- 163 Naiara Galarraga Gortázar, [“Brazil launches large-scale operation against the latest gold rush on indigenous land”](#), El País, 13 de fevereiro de 2023.
- 164 Vinicius Sassine, [“Garimpo na terra yanomami vive inflação no preço de voo clandestino e busca de fuga a país vizinho”](#), Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro de 2023; Anthony Boadle, [“Brazil readies task force to expel miners from Yanomami lands, officials say”](#), Reuters, 1º de fevereiro de 2023.
- 165 Vinicius Sassine, [“Garimpo na terra yanomami vive inflação no preço de voo clandestino e busca de fuga a país vizinho”](#), Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro de 2023.
- 166 Comunicado à imprensa da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), [Operação Yanomami: 66 aeronaves foram impedidas de voar](#), 20 de setembro de 2021.
- 167 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), [“Ibama embarga 59 pistas de pouso clandestinas que atendiam garimpo na Terra Indígena Yanomami”](#), 9 de setembro de 2021.
- 168 Hyury Potter, [“As Pistas da Destruição”](#), The Intercept Brasil, 2 de agosto de 2022.
- 169 Manuela Andreoni, Blacki Migliozi, Pablo Robles e Denise Lu, [“The Illegal Airstrips Bringing Toxic Mining to Brazil's Indigenous Land”](#), The New York Times, 2 de agosto de 2022.
- 170 Naiara Galarraga Gortázar, [“Brazil launches large-scale operation against the latest gold rush on indigenous land”](#), El País, 13 de fevereiro de 2023.
- 171 Manuela Andreoni, Blacki Migliozi, Pablo Robles e Denise Lu, [“The Illegal Airstrips Bringing Toxic Mining to Brazil's Indigenous Land”](#), The New York Times, 2 de agosto de 2022.
- 172 Scott Mistler-Ferguson, [“Small Aircraft Feed Illegal Mining Operations in Brazil's Amazon”](#), InSight Crime, 6 de outubro de 2021; Piero Locatelli e Guilherme Henrique, [“R\\$ 200 mil por semana: como funciona o mercado de aeronaves que apoia o garimpo ilegal na TI Yanomami”](#), Repórter Brasil, 24 de junho de 2021.
- 173 Ibid.
- 174 Jonathan Watts, [“‘We have the worst record in the world’: the deadly business of Brazil's bush pilots”](#), The Guardian, 4 de abril de 2017.
- 175 Piero Locatelli and Guilherme Henrique, [“R\\$ 200 mil por semana: como funciona o mercado de aeronaves que apoia o garimpo ilegal na TI Yanomami”](#), Repórter Brasil, 24 de junho de 2021.
- 176 Ibid.
- 177 Ibid.
- 178 Rede Amazônica, [“Empresário defensor de garimpo é investigado pela Polícia Federal por exploração na Terra Yanomami”](#), 20 de maio de 2022.
- 179 Vinicius Sassine, [“Empresário bolsonarista é denunciado sob suspeita de chefiar garimpo em área Yanomami”](#), Folha de S. Paulo, 2 de dezembro de 2022.
- 180 Sam Cowie e David Biller, [“Tarnished Gold: Aircraft, Fuel, Key to Illegal Mining”](#), Associated Press, 11 de Janeiro de 2022.

- 181 Fabio Serapião e Vinicius Sassine, "[Grupo suspeito de garimpo ilegal em terra yanomami movimentou mais de R\\$ 200 milhões. diz PF](#)", Folha de S. Paulo, 19 de maio de 2022.
- 182 Rede Amazônica, "[Empresário defensor de garimpo é investigado pela Polícia Federal por exploração na Terra Yanomami](#)", 20 de maio de 2022.
- 183 João Gabriel, "[Congresso terá ao menos oito empresários ou articuladores do garimpo e da mineração](#)", Folha de S. Paulo, 13 de outubro de 2022.
- 184 Ibid.
- 185 Fabio Serapião, "[Filho de garimpeiro que movimentou R\\$ 200 mi é preso após queda de helicóptero](#)", Folha de S. Paulo, 8 de novembro de 2022.
- 186 Maria Fernanda Ribeiro e Clara Britto, "['Compro tudo': ouro Yanomami é vendido livremente na rua do Ouro, em Boa Vista](#)", Repórter Brasil, 24 de junho de 2021.
- 187 Ibid.
- 188 Ibid.
- 189 João Fellet, "[Roraima exporta 194 kg de ouro à Índia sem ter nenhuma mina operando legalmente](#)", BBC News Brasil.
- 190 Banco Central do Brasil, "[Das lavras ao mercado: conheça o caminho do ouro e o papel do BC nesse segmento](#)", 23 de fevereiro de 2017; Zachary Skidmore, "[Illegal gold in the Brazilian Amazon](#)", Mining Technology, 10 de março 2022.
- 191 Instituto Escolhas, "[Gold Under the Microscope: More than 200 tons of Brazilian Gold Are Potentially Illegal](#)", fevereiro de 2022.
- 192 Ibid.
- 193 Lei nº 12.844, art. 14.
- 194 Comunicado à imprensa do Ministério Público Federal (MPF), "[MPF pede suspensão de instituições financeiras que compraram ouro ilegal no Pará](#)", 30 de agosto 2021.
- 195 Kátia Brasil, "[Ouro da terra yanomami era vendido em empresa da Avenida Paulista](#)", Amazônia Real, 18 de maio de 2015.
- 196 Inaê Brandão, "[Extração ilegal em garimpo de RR movimentou quase R\\$ 1 bi, diz PF](#)", O Globo, 7 de maio de 2015.
- 197 Kátia Brasil, "[PF desarticula organização criminosa de extração de ouro na reserva Yanomami](#)", Amazônia Real, 7 de maio de 2015.
- 198 Kátia Brasil, "[Ouro da terra yanomami era vendido em empresa da Avenida Paulista](#)", Amazônia Real, 18 de maio de 2015.
- 199 Ibid.
- 200 Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Mineração, "[RESOLUÇÃO ANM Nº 129, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023](#)", 27 de fevereiro de 2023.
- 201 Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Mineração, "[RESOLUÇÃO ANM Nº 129, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023](#)", 27 de fevereiro de 2023; Sean Doherty, "[Brazil Targets Illegal Gold Miners With Force and Legislation](#)", InSight Crime, 7 de março de 2023; Anthony Boadle e Lisandra Paraguassu, "[Exclusive: Brazil plans legislation to crack down on laundering of illegal gold](#)", Reuters, 16 de fevereiro de 2023.
- 202 Tiago M. Conde, Niro Higuchi, Adriano J. N. Lima, "[Illegal Selective Logging and Forest Fires in the Northern Brazilian Amazon](#)", Forests, janeiro de 2019.
- 203 Environmental Investigation Agency (EIA), "[Condenando el Bosque](#)", 2019.
- 204 Entrevista por telefone ao InSight Crime, membro da comunidade Matsés de Fray Pedro, 30 de agosto de 2022.
- 205 InSight Crime e Instituto Igarapé, "[As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana](#)", 1º de setembro de 2021.
- 206 InSight Crime e Instituto Igarapé, "[As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana](#)", 2 de junho de 2022; James Bargent, "[Peru's Patrones and Their Patrons](#)", InSight Crime, 18 de setembro de 2020.
- 207 Environmental Investigation Agency (EIA), "[Condenando el Bosque](#)", 2019.
- 208 Ibid.
- 209 Marilyne Pereira et. al, "[Justice for Forests Improving Criminal Justice Efforts to Combat Illegal Logging](#)", Banco Mundial, 2012.
- 210 Entrevistas por telefone ao InSight Crime, Rolando Navarro, 9 de junho de 2022; lideranças indígenas em Loreto, 8, 15 e 30 de agosto de 2022.
- 211 USAID, "[Flows, Supply, Demand and Characteristics of the Timber Supply Chain](#)", março de 2021; Corporación Autónoma Regional de Cundinamarca, "[Permiso para el aprovechamiento forestal de bosques naturales únicos, persistentes y domésticos](#)", Greenpeace, "[Imaginary Trees, Real Destruction](#)", março de 2018.
- 212 360 Grados, "[Islandia una frontera abierta para la madera ilegal](#)", Los patrones de la selva amazónica colombiana, 2019.
- 213 Entrevistas por telefone ao InSight Crime, especialista florestal peruano, 10 de junho de 2022; membro da comunidade indígena Matsés de Fray Pedro, 30 de agosto de 2022.
- 214 Entrevistas por telefone ao InSight Crime, lideranças indígenas em Loreto, 8, 15 e 30 de agosto de 2022.
- 215 Distrito Fiscal de Loreto, Procuradoria Especializada em Assuntos Ambientais. "Carpeta fiscal No 25015200-02-2021".

- 216 Entrevistas por telefone ao InSight Crime, membro da comunidade indígena Matsés de Fray Pedro, 30 de agosto de 2022; lideranças indígenas em Loreto, 8, 15 e 30 de agosto de 2022.
- 217 Entrevistas por telefone ao InSight Crime, membro da comunidade indígena Matsés de Fray Pedro, 30 de agosto de 2022; lideranças indígenas em Loreto, 8, 15 e 30 de agosto de 2022.
- 218 Distrito Fiscal de Loreto, Procuradoria Especializada em Assuntos Ambientais. “Carpeta fiscal No 25015200-02-2021”; Entrevistas por telefone ao InSight Crime, membro da comunidade indígena Matsés de Fray Pedro, 30 de agosto de 2022; lideranças indígenas em Loreto, 8, 15 e 30 de agosto de 2022.
- 219 Nelly Luna Amancio, “Operación Amazonas: la historia del mayor decomiso de madera de origen ilegal”, Ojo Público, 3 de dezembro de 2015.
- 220 Geraldine Santos, “Los Duros del Amazonas: empresarios y funcionarios investigados por red de tráfico de madera”, Ojo Público, 5 de março de 2022.
- 221 Geraldine Santos, “Los Duros del Amazonas: empresarios y funcionarios investigados por red de tráfico de madera”, Ojo Público, 5 de março de 2022; Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA), “Así operaba en Loreto organización dedicada al tráfico ilegal de madera”, Actualidad Ambiental, 14 de março de 2022.
- 222 Entrevista por telefone ao InSight Crime, Rolando Navarro, ex-diretor do Osinfor, 10 de junho de 2022.
- 223 Ibid.
- 224 Ibid.
- 225 Entrevista por telefone ao InSight Crime, piloto em Amazonas e Bolívar, Puerto Ayacucho, Amazonas, Venezuela, 2 de março de 2022.
- 226 Venezuela Investigative Unit, “Venezuela’s Move to Cocaine Production: Crops, Chemists and Criminal Evolution”, InSight Crime, 2 de maio de 2022.
- 227 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), “Perú. Monitoreo de Cultivos de Coca 2004”, junho de 2005.
- 228 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), “Cultivos de coca y desarrollo humano”, fevereiro de 2014.
- 229 InSight Crime, “Shining Path”, 23 de maio de 2021.
- 230 Hannah Stone, “US Indicts Shining Path Rebels as Drug War Focus Shifts to Peru”, InSight Crime, 23 de julho de 2014.
- 231 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), “Perú. Monitoreo de Cultivos de Coca 2004”, junho de 2005.
- 232 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), “Cultivos de coca y desarrollo humano”, fevereiro de 2014.
- 233 Sistema de Informação de Luta contra as Drogas (SISCOD), “Reporte N. 03 – Octubre 2021. Producción estimada de hoja de coca en el Perú, 2020”, outubro de 2021.
- 234 Sistema de Informação de Luta contra as Drogas (SISCOD), “Reporte N. 07 - Superficie cultivada con arbusto de hoja de coca monitoreada en 2021”, setembro de 2022.
- 235 Entrevista ao InSight Crime, militares, Leticia, Amazonas, 10 e 8 de agosto de 2022.
- 236 Entrevista ao InSight Crime, Juan Mojica e Santos Mojica, representantes da comunidade indígena de Nazareth, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022.
- 237 Entrevista ao InSight Crime, Juan Mojica e Santos Mojica, representantes da comunidade indígena de Nazareth, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022; entrevista ao InSight Crime, Leticia, Amazonas, 8 de agosto de 2022.
- 238 Pamela Huerta Bustamante, “Narcobenefactores, el tributo del narco en los márgenes de la Amazonía peruana”, La República, 6 de março de 2022.
- 239 Ibid.
- 240 Ibid.
- 241 Ibid.
- 242 Dan Collins, “Peru’s indigenous communities fear rising violence from drug traffickers”, Reuters, 28 de junho de 2022.
- 243 Entrevista por telefone ao InSight Crime, funcionário da prefeitura de Mariscal Ramon Castilla, 20 de setembro de 2022.
- 244 SISCOD, “SUPERFICIE CULTIVADA CON ARBUSTO DE HOJA DE COCA MONITOREADA EN 2021”, setembro de 2022.
- 245 Governo do Peru, “Ocho laboratorios de droga fueron destruidos por fuerzas del orden durante operación Armagedon IV, en el Putumayo”, 24 de outubro de 2019.
- 246 Governo do Peru, “Fuerzas del orden destruyen laboratorios clandestinos de droga e intervienen a 4 personas”, 14 de março de 2020.
- 247 Ibid.
- 248 Governo do Peru, “Loreto: Fuerzas del orden detienen a cuatro presuntos narcotraficantes colombianos e incautan más de media tonelada de clorhidrato de cocaína”, 13 de fevereiro de 2021.
- 249 RPP Noticias, “Ejército destruyó 40 laboratorios del narcotráfico en frontera con Colombia y detuvo a más de 50 personas”, 23 de outubro de 2019.
- 250 Entrevista ao InSight Crime, soldado da Marinha, Santa Rosa, Peru, 11 de agosto de 2022.
- 251 Ibid.

- 252 Fundación Ideas para la Paz (FIP), [“Dinámicas de la confrontación armada y su impacto humanitario y Ambiental. Tendencias en la pandemia. Enero a abril de 2020”](#), 2020.
- 253 Entrevista ao InSight Crime, Jhon Fredy Valencia, secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Produtividade do Departamento do Amazonas, Leticia, Amazonas, 12 de agosto de 2022.
- 254 Entrevistas ao InSight Crime, lideranças indígenas na XXXVII Mesa Permanente de Concertación Interadministrativa entre las Autoridades Indígenas y la Gobernación del Amazonas, Leticia, Amazonas, 10 August 2022.
- 255 Entrevista ao InSight Crime, delegado da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), Leticia, Amazonas, 10 de agosto de 2022.
- 256 InSight Crime profile, [“The Border Command”](#), atualização em 11 de junho de 2022.
- 257 A la Orilla del Rio, [“Las guerras del posacuerdo: ¿quiénes son los Comandos de Frontera?”](#), 13 de abril de 2022.
- 258 O trabalho de campo do InSight Crime obteve material de fontes militares da Colômbia e mapas de rotas de tráfico.
- 259 Entrevista ao InSight Crime, agente de direitos humanos, 9 de agosto de 2022.
- 260 InSight Crime, [“Family of the North”](#), 5 de março de 2020.
- 261 Joana Queiroz, [“‘Os Crias’: surge uma nova facção criminosa no Amazonas”](#), A Crítica, 24 de julho de 2022.
- 262 Entrevista ao InSight Crime, policial, Leticia, Amazonas, 8 de agosto de 2022.
- 263 Diario del Distrito Judicial de Loreto, [“Policía muere en asalto al Banco de la Nación de Santa Rosa”](#), 18 de dezembro de 2021.
- 264 Renato Sérgio Lima, [tuite](#), 6 de junho de 2022.
- 265 Vinicius Sassine, [“Piratas atacam traficantes e garimpeiros, simulam PF e ampliam violência em rios da Amazônia”](#), Folha de S. Paulo, 1º de agosto de 2022.
- 266 The Guardian, [“Three charged in Brazil with murder of Dom Phillips and Bruno Pereira”](#), 22 de julho de 2022.
- 267 Tom Phillips, [“Brazilian police name alleged ‘mastermind’ behind murders of Dom Phillips and Bruno Pereira”](#), The Guardian, 23 de Janeiro de 2023.
- 268 Ibid.
- 269 Governo do Brasil, [“Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”](#).
- 270 Instituto Socioambiental (ISA), [“Terra Indígena Alto Rio Negro”](#).
- 271 Instituto Socioambiental (ISA), [“Terra Indígena Yanomami”](#).
- 272 Luís Roberto Barroso e Patrícia Perrone Campos Mello, [“In Defense of the Amazon Forest: The Role of Law and the Courts”](#), Harvard International Law Journal, março de 2021.
- 273 Projeto de Lei, [PL 191/120](#).
- 274 Rafael Neves, [“Após críticas, projeto de mineração em terras indígenas trava na Câmara”](#), UOL, 12 de abril de 2022.
- 275 Fabiano Maisonnave, [“Mining companies back away from Brazil’s Indigenous areas”](#), Associated Press, 20 de maio de 2022.
- 276 Rádio Nacional, [“STF anula lei de Roraima que liberava uso do mercúrio no garimpo”](#), 16 de setembro de 2021.
- 277 Comunicado à imprensa do MPF, [“Lei estadual de Roraima que restringe combate ao garimpo é inconstitucional”](#), 5 de julho de 2022.
- 278 Bruno Meyerfeld, [“Brazil: Deforestation in the Amazon can be traced to Jair Bolsonaro’s policies”](#), Le Monde, 30 de outubro de 2022.
- 279 Katie Jones, Maria Fernanda Ramírez e Juan Diego Cárdenas, [“GameChangers 2021: How Organized Crime Devoured the Amazon Rainforest”](#), InSight Crime, 28 de dezembro de 2021.
- 280 Roberto Peixoto, [“Amazônia: 2022 já tem pior marca da série histórica de alertas de desmate do Inpe”](#), O Globo, 28 de outubro de 2022.
- 281 Luciana V Gatti, Luana S. Basso, Miller, John B. Miller, et al, [“Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change”](#), Nature, Vol. 595, 14 de julho de 2021.
- 282 Reuters, [“COP27:Brazil’s Lula says Amazon rainforest vital to global climate security”](#), 16 de novembro de 2022.
- 283 Adriana Ramos, Ilona Szabó, Marcio Astrini e Beto Veríssimo, [“Lula: plano prevê combate a crimes ambientais e desmatamento, sem detalhar ações”](#), Plenamata, 27 de setembro de 2022.
- 284 Vinicius Sassine, [“Garimpo na terra yanomami vive inflação no preço de voo clandestino e busca de fuga a país vizinho”](#), Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro de 2023; Anthony Boadle, [“Brazil readies task force to expel miners from Yanomami lands, officials say”](#), Reuters, 1º de fevereiro de 2023.
- 285 Chris Dalby, [“Sticks and Carrots: Lula’s Balancing Act in Brazil’s Crime-Wracked Amazon”](#), InSight Crime, 1º de fevereiro de 2023.
- 286 Carlos Henrique Pires Luiz e Valdir Adilson Steinke, [“Recent Environmental Legislation in Brazil and the Impact on Cerrado Deforestation Rates”](#), Sustainability, 2 de julho de 2022.
- 287 Felipe Werneck, [“Bolsonaro amplia vantagem em cidades que mais desmatam na Amazônia”](#), Observatório do Clima, 27 de outubro de 2022.
- 288 Luis Palacios, [“Orinoco’s Mining Arc: An environmental crime with global effects”](#), Environmental, Natural Resources, & Energy Blog, Lewis and Clark Law School, 19 de agosto de 2020.

- 289 Gaceta Oficial de la República de Venezuela, "[Delimitación de la Zona de Desarrollo Estratégico Nacional Arco Minero del Orinoco](#)", 24 de fevereiro de 2016.
- 290 Reuters, "[Venezuela says signs \\$5.5 bln mining deals with companies](#)", 26 de agosto de 2016.
- 291 Bram Ebus, "[Venezuela's Mining Arc boom sweeps up Indigenous people and cultures](#)", Mongabay, 15 de Janeiro de 2018.
- 292 InSight Crime, "[Maduro's El Dorado: Gangs, Guerrillas and Gold in Venezuela](#)", 17 de novembro de 2021.
- 293 Comunicado à imprensa do Tesouro dos EUA, "[Treasury Sanctions Venezuela's State Gold Mining Company and its President for Propping Up Illegitimate Maduro Regime](#)", 19 de março de 2019.
- 294 Cristina Vollmer Burelli, "[The Destruction of Venezuela's Amazon Is Going Virtually Unnoticed](#)", Americas Quarterly, 18 de outubro de 2022.
- 295 Comunicado à imprensa do Tesouro dos EUA, "[Treasury Sanctions Venezuela's State Gold Mining Company and its President for Propping Up Illegitimate Maduro Regime](#)", 19 de março de 2019.
- 296 Entrevista por telefone ao InSight Crime, político de oposição, 12 de junho de 2020.
- 297 Transparencia Venezuela, "[Oro mortal](#)", dezembro de 2019.
- 298 Mark Lowen, "[Turkey warned over Venezuela gold trade](#)", BBC, 2 de fevereiro de 2019.
- 299 Gabriele Steinhauser e Nicholas Bariyo, "[How 7.4 Tons of Venezuela's Gold Landed in Africa—and Vanished](#)", The Wall Street Journal, 18 de junho de 2019.
- 300 Mayela Armas, "[UAE's Noor Capital says it bought 3 tonnes of gold from Venezuela](#)", Reuters, 1º de fevereiro de 2019.
- 301 Lisseth Boon e Lorena Meléndez, "[BCV: la exprimidora oficial del oro venezolano](#)", RunRunes.
- 302 Otto Huber, "[Conservation and Environmental Concerns in the Venezuelan Amazon](#)", Biodiversity and Conservation, outubro de 2001.
- 303 Ibid.
- 304 InSight Crime e Instituto Igarapé, "[Amazônia saqueada: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos](#)", 9 de novembro de 2022.
- 305 Temas ambientales, "[Leyes Ambientales de Venezuela](#)", InSight Crime e Instituto Igarapé, "[Amazônia saqueada: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos](#)", 9 de novembro de 2022.
- 306 Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, "[Ley Penal del Ambiente](#)", 2 de maio de 2012.
- 307 Francisco Dallmeier e Cristina V. Burelli, "[The World Must Act to Stop Venezuela's Environmental Destruction](#)", The Washington Post, 22 de fevereiro de 2021.
- 308 Elsa Gabriela Rodríguez, "[Situación socioambiental de Venezuela 2021](#)", Observatorio de Ecología Política de Venezuela, fevereiro de 2022.
- 309 Global Forest Watch, "[Venezuela](#)".
- 310 Ana Cucalón, "[Colombia y Venezuela restablecen relaciones bilaterales con la llegada de embajadores a Bogotá y Caracas](#)", CNN, 29 de agosto de 2022; El Nuevo Siglo, "[Lula anuncia que Brasil restablecerá relaciones con Venezuela](#)", 23 de janeiro de 2023.
- 311 Venezuela Investigative Unit, "[Doubts Remain Over Venezuela's Efforts to Stop Illegal Mining](#)", InSight Crime, 17 de fevereiro de 2023.
- 312 Venezuela Investigative Unit, "[Doubts Remain Over Venezuela's Efforts to Stop Illegal Mining](#)", InSight Crime, 17 de fevereiro de 2023; Fabiana Márquez, "[Desmantelan campamento de minería ilegal en el Parque Nacional Yapacana](#)", Venezuela News, 30 de Janeiro de 2023.
- 313 Venezuela Investigative Unit, "[Doubts Remain Over Venezuela's Efforts to Stop Illegal Mining](#)", InSight Crime, 17 de fevereiro de 2023.
- 314 Katie Jones e Maria Fernanda Ramírez, "[Deforestation in Colombia's Amazon: Outlining the Problem](#)", InSight Crime, 1º de setembro de 2021.
- 315 Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales (IDEAM), "[Resultados de monitoreo de la deforestación 2019](#)", 9 de julho de 2020.
- 316 Oliver Griffin, "[Colombia's President Duque confident in cutting deforestation in half](#)", Reuters, 28 de outubro de 2020.
- 317 Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales (IDEAM), "[Resultados de monitoreo de la deforestación 2019](#)", 9 de julho de 2020.
- 318 Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, "[Se reduce y se contiene la deforestación en Colombia durante los últimos cuatro años](#)", comunicado à imprensa, 15 de julho de 2022.
- 319 EFE, "[Deforestación aumentó 10% en el primer trimestre en Colombia](#)", 21 de julho de 2022.
- 320 César Giraldo Zuluaga, "[Los 5 puntos claves de la estrategia del Gobierno Petro para frenar la deforestación](#)", El Espectador, 7 de setembro de 2022.
- 321 El Tiempo, "[Ley crea seis nuevos delitos ambientales y fortalece las sanciones de cinco delitos ya existentes](#)", 10 de agosto de 2021.
- 322 Antonio Paz Cardona, "[Punto de quiebre en la Amazonía peruana y colombiana: las raíces de los delitos ambientales | ENTREVISTA](#)", Mongabay, 12 de junho de 2022.
- 323 Katie Jones e Maria Fernanda Ramírez, "[A Long Way to Go: Responses to Environmental Crime in Colombia's Amazon](#)", InSight Crime, 29 de setembro de 2021.
- 324 Dejusticia, "[Campaña Artemisa en Serranía de La Macarena no puede atropellar los derechos del campesinado](#)", 25 de fevereiro de 2020; David Tarazona e Julián Parra De Moya, "[Artemisa: radiografía de una operación gubernamental que no frenó la deforestación en Colombia](#)", Mongabay, 5 de dezembro de 2022.
- 325 Christina Noriega, "[Colombia's new anti-deforestation law provokes concern for small-scale farmers](#)", Mongabay, 10 de janeiro de 2022.

- 326 El Tiempo, "[Gustavo Petro: salvar la selva amazónica es 'asunto de seguridad nacional'](#)", 19 de agosto de 2022.
- 327 Gustavo Petro, "[Programa de Gobierno 2022-2026](#)", comunicado à imprensa.
- 328 Camilo Andrés Garzón, "[MEMO PARA PETRO: EL PAÍS QUE RECIBE EN TEMAS AMBIENTALES](#)", La Silla Vacía, 15 de junho de 2022.
- 329 UN Affairs, "[Irrational war on drugs, destruction of the Amazon, expose humanity's failures, Colombia's Petro tells UN](#)", comunicado à imprensa, 20 de setembro de 2022.
- 330 Caracol Noticias, "[Presidente Petro propone pagarles a campesinos cocaleros si cambian cultivos por conservar la selva](#)", 22 de outubro de 2022.
- 331 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), "[Des-Cifrando. Las familias guardabosques. Indicadores año 2006](#)", outubro de 2007.
- 332 Simon Jessop e Jake Spring, "[COP27 Countries band together to keep forest promise](#)", Reuters, 7 de novembro de 2022.
- 333 Ibid.
- 334 Governo do Peru, "[Ley General del Ambiente, Ley N. 28611](#)", 2013.
- 335 Ministerio do Ambiente, "[Compendio de la Legislación Ambiental Peruana](#)".
- 336 Governo do Peru, "[Ley General del Ambiente, Ley N. 28611](#)", 2013.
- 337 El Comercio, "[Ministerio de Cultura: inscripción de reserva Yavari Tapiche en Sunarp brinda seguridad jurídica en más de un millón de hectáreas](#)", 27 de dezembro de 2021.
- 338 Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (Aidesep), "[AIDSESEP y ORPIO reiteran a Serfor pedido de anulación de las 47 concesiones forestales ilegales en territorios de los Pueblos Indígenas en Aislamiento](#)", comunicado à imprensa, 14 de novembro de 2022.
- 339 Timber Trade Portal, "[Legal Framework for Forest Management and Timber Trade of Peru](#)", Overview.
- 340 Elisabetta Marinoni e Scott Mistler-Ferguson, "[State Resilience: Little Political Will for Protecting Peru's Amazon](#)", InSight Crime, 2 de junho de 2022.
- 341 Yvette Sierra Praeli, "[Perú alcanza cifra de deforestación más alta en los últimos 20 años](#)", Mongabay, 7 de outubro de 2021.
- 342 Nicol León, "[Congreso insiste en aprobar ley que fomenta deforestación en la Amazonía](#)", Infobae, 10 de novembro de 2022.
- 343 Yvette Sierra Praeli, "[Los desafíos ambientales de Perú en el 2023: nuevos gobernadores regionales, leyes ambientales en peligro y la deforestación imparable de la Amazonía](#)", Mongabay, 16 de janeiro de 2023.
- 344 Entrevista por telefonea o InSight Crime, representante da ORPIO, 24 de junho de 2022; Yvette Sierra Praeli, "[Perú: proyecto de ley pone en peligro a pueblos indígenas en aislamiento al negar su existencia](#)", Mongabay, 6 de fevereiro de 2023.
- 345 Ibid.
- 346 InSight Crime e Instituto Igarapé, "[Amazônia saqueada: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos](#)", 9 de novembro de 2022; Elisabetta Marinoni e Scott Mistler-Ferguson, "[State Resilience: Little Political Will for Protecting Peru's Amazon](#)", InSight Crime, 2 de junho de 2022; InSight Crime e Instituto Igarapé, "[As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana](#)", 1º de setembro de 2021.
- 347 Ministério de Relações Exteriores do Brasil, "[Amazon Cooperation Treaty Organization – ACTO](#)", 10 de novembro de 2020; María Antonia Tigre, "[Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis](#)", Leiden, Boston, 2017.
- 348 Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, "[Organización del Tratado de Cooperación Amazónica \(OTCA\)](#)".
- 349 Ibid.
- 350 María Antonia Tigre, "[Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis](#)", Leiden, Boston, 2017.
- 351 Minamata Convention on Mercury, "[Parties and signatories](#)".
- 352 Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, "[Aprobado Acuerdo de Escazú a 63 días de iniciar Gobierno del presidente Petro](#)", comunicado à imprensa, 10 de outubro de 2022.
- 353 United Nations, "[Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean](#)", 2018.
- 354 Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, "[Presidente Gustavo Petro sanciona la ley que aprueba el Acuerdo de Escazú](#)", comunicado à imprensa, 5 de novembro de 2022.
- 355 Ámbito Jurídico, "[Tras más de tres años, Congreso aprueba Acuerdo de Escazú](#)", 11 de outubro de 2022.
- 356 Matias Jara, "[Defensores ambientales: catorce países de América Latina han ratificado Acuerdo de Escazú](#)", Ojo Público, 12 de outubro de 2022.
- 357 Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), "[Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe](#)".
- 358 CITES, "[What is CITES?](#)".
- 359 Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, "[Pacto de Leticia por la Amazonía](#)".
- 360 Anastasia Moloney e Fabio Teixeira, "[Two years on, forest pact's 'good intentions' do little to protect Amazon](#)", Reuters, 6 de setembro de 2021.

- 361 Portafolio, "[Las claves de la primera reunión entre Petro y Maduro: de qué hablaron](#)", 1 novembro de 2022.
- 362 AFP, "[Presidentes Maduro y Petro se unen para protección de la Amazonía](#)", 8 novembro de 2022.
- 363 Ibid.
- 364 Guilherme Balza, "[Lula articula inédita Cúpula da Amazônia para este semestre](#)", G1 Globo, 4 de janeiro de 2023.
- 365 Ibid.
- 366 MapBiomias, "[About](#)".
- 367 Amazon Mining Watch, "[About](#)".
- 368 Monitoring of the Andean Amazon Project (MAAP), "[About](#)".
- 369 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), "[What is RAISG](#)".
- 370 InfoAmazonia, "[About](#)".
- 371 Repórter Brasil, "[About](#)".
- 372 Ana María Machado, Talita Bedinelli e Eliane Brum, "[No conseguimos ni contar los cuerpos](#)", Sumaúma, 20 de janeiro de 2023.
- 373 Parques Nacionales Cómo Vamos, "[Informe de Indicadores 2022](#)".
- 374 Ibid.
- 375 SOS Orinoco, "[La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yapacana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional](#)", janeiro de 2019.
- 376 Ojo Público, "[Nosotros](#)".
- 377 Proética, "[¿Quiénes Somos?](#)".
- 378 Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA), "[Quiénes somos](#)".
- 379 Environmental Investigation Agency (EIA), "[About us](#)".
- 380 Entrevista por telefone ao InSight Crime, representante da ORPIO, 24 de junho de 2022; Yvette Sierra Praeli, "[Perú: proyecto de ley pone en peligro a pueblos indígenas en aislamiento al negar su existencia](#)", Mongabay, 6 de fevereiro de 2023.
- 381 Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental (ISA), "[Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo](#)", abril de 2022.
- 382 Ibid.
- 383 Marta Ranucci, "[BRASIL: SEGURIDAD, DEFENSA E INTEGRACIÓN REGIONAL. ¿LA AMAZONIA COMO OPORTUNIDAD O LÍMITE DEL CAMINO AL LIDERAZGO?](#)", Instituto Español de Estudios Estratégicos, 6 de fevereiro de 2014; Juan Carlos Aristizábal Cortés, "[Crimen Organizado Transnacional en la Triple Frontera entre Brasil, Colombia y Perú](#)", Seguridad y Poder Terrestre, dezembro de 2022.
- 384 Ibid.
- 385 Governo do Brasil, "[Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#)".
- 386 Ibid.
- 387 Ibid.
- 388 Agência Brasil, "[Justiça pede que Funai reabra postos de vigilância em terra Yanomami](#)", 24 de novembro de 2018.
- 389 Ibid.
- 390 Ibid.
- 391 Manuela Andreoni, Blacki Migliozi, Pablo Robles e Denise Lu, "The Illegal Airstrips Bringing Toxic Mining to Brazil's Indigenous Land", New York Times, 2 de agosto de 2022.
- 392 Anthony Boadle, "[Brazil readies task force to expel miners from Yanomami lands, officials say](#)", Reuters, 1º de fevereiro de 2023.
- 393 SOS Orinoco, "[La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yapacana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional](#)", janeiro de 2019.
- 394 Ibid.
- 395 Ejército Colombia, "[Divisiones Ejército de Colombia](#)".
- 396 Marinha da Colômbia, "[Reseña Histórica de la Fuerza Naval del Oriente](#)".
- 397 Comunicado à imprensa do Governo da Colômbia, "[Anostomus: exitoso resultado contra la minería ilegal y criminal](#)", 10 de maio de 2015.
- 398 Ana Jimena Bautista, "[Artemisa: Operación anticampesina vestida de verde](#)", Dejusticia, 5 de abril de 2022.
- 399 Juan Carlos Aristizábal Cortés, "[Crimen Organizado Transnacional en la Triple Frontera entre Brasil, Colombia y Perú](#)", Seguridad y Poder Terrestre, dezembro de 2022.
- 400 Ibid.
- 401 Actualidad Ambiental, "[Madre de Dios: 1200 policías y 300 militares realizarán operativos contra minería ilegal](#)", 19 de fevereiro de 2019.
- 402 Entrevista ao InSight Crime, funcionário da prefeitura, Santa Rosa, Peru, 11 de outubro de 2022.

- 403 WWF, "[Perú y Colombia unen esfuerzos para detener el tráfico de madera](#)", 18 de novembro de 2021.
- 404 Nelly Luna Almancio, "[Operación Amazonas: la historia del mayor decomiso de madera de origen ilegal](#)", Ojo Público, 3 de dezembro de 2015.
- 405 Defensoria Pública da Colômbia, "[Alerta Temprana No. 002-21](#)", 26 de janeiro de 2021.
- 406 Anna Beatriz Anjos e Bruno Fonseca, "[Vale do Javari teve multa recorde por pesca ilegal de pirarucu no Amazonas](#)", Publica, 8 de junho de 2022.
- 407 Ibid.
- 408 Caio Freitas Paes, "[Brazil's Roraima state at mercy of 2019 wildfires as federal funds dry up](#)", Mongabay, 25 de junho de 2019.
- 409 Entrevista ao InSight Crime na XXXVII Mesa Permanente de Coordinación Interadministrativa, Leticia, Amazonas, 10 de julho de 2022.
- 410 Helena N. Alves-Pinto, "[The role of different governance regimes in reducing native vegetation conversion and promoting regrowth in the Brazilian Amazon](#)", Biological Conservation, Vol. 267, março de 2022.
- 411 MapBiomas, "[Vegetação nativa perde espaço para a agropecuária nas últimas três décadas](#)", agosto de 2021.
- 412 Naidú Duque-Cante, "[Áreas no municipalizadas y autonomía de los pueblos indígenas en Colombia](#)", Ciudad y Territorio Estudios Territoriales, 22 de junho de 2020.
- 413 Ibid.
- 414 Laura Trajber Waisbich, Terine Husek e Vinicius Santos, "[TERRITÓRIOS E CAMINHOS DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: da floresta às demais cidades do país](#)", Instituto Igarapé, julho de 2022.
- 415 Entrevista por telefone ao InSight Crime, funcionário da prefeitura de Mariscal Ramón Castilla, 20 de setembro de 2022.
- 416 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), "[Alternative Development Success Stories](#)".
- 417 Global Witness, "[In Colombia, implementing the Escazú Agreement is a matter of life and death](#)", 7 de outubro de 2022.
- 418 Lisseth Boon, "[ACUERDO ESCAZÚ | A Venezuela no le interesa firmar el pacto regional para proteger el planeta](#)", Tal Cual, 22 de abril de 2021.



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



**InSight
Crime**

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Para saber mais sobre o programa de segurança climática do Instituto Igarapé acesse: igarape.org.br/climate-security

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br

InSight Crime é uma organização sem fins lucrativos dedicada a estudar a principal ameaça à segurança nacional e cidadã na América Latina e no Caribe: o crime organizado. Por uma década, o InSight Crime cruzou fronteiras e instituições – como um amálgama de veículo jornalístico, think tank e recurso acadêmico – para aprofundar e orientar o debate sobre o crime organizado nas Américas. Relatórios no local, investigação minuciosa e investigações de alto impacto têm sido marcas registradas da organização desde a sua criação.

Para saber mais sobre a cobertura do InSight Crime sobre crimes ambientais, visite: es.insightcrime.org/indepth/delitos-ambientales

info@insightcrime.org
facebook.com/InSightCrime
twitter.com/insightcrime

www.insightcrime.org

Apoio:



NICFI Norway's
International Climate
and Forest Initiative



UK Government

Autores

Jeremy McDermott

Diretor de projeto

María Fernanda Ramírez

Gerente de projetos do InSight Crime

Seth Robbins e Juan Diego Cárdenas

Pesquisadores do InSight Crime

Annie Pforzheimer

Reportagens adicionais

Sean Doherty

Investigação de fontes abertas

Desenho e diagramação

Ana Isabel Rico, Juan José Restrepo e

María Isabel Gaviria

Designers gráficos do InSight Crime

Elisa Roldán

Diretora criativa do InSight Crime

Raphael Durão

Coordenador criativo do Instituto Igarapé

André Guttierrez

Designer gráfico e diagramador do Instituto Igarapé

Tradução

Ricardo Romanoff

Edição

Seth Robbins, Peter Appleby e

Juan Diego Posada

Editores do InSight Crime

Mike LaSusa

Subdiretor de conteúdo do InSight Crime

Revisão

Melina Risso

Diretora de pesquisa do Instituto Igarapé

Laura Waisbich e Katherine Aguirre

Pesquisadoras do Instituto Igarapé

Carolina Andrade

Assessora de programa de clima e segurança do Instituto Igarapé

Comunicação

Eliane Azevedo

Gerente de Comunicação do Instituto Igarapé

Ana Carolina Duccini

Coordenadora de Comunicação do Instituto Igarapé



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



InSight
Crime